

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**A Institucionalização de Padrões Tecnológicos pelo PRONAF:
uma análise do processo de adoção técnica na gestão de
propriedades agrícolas familiares de Maringá-PR**

MAÍSA GOMIDE TEIXEIRA

MARINGÁ

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A Institucionalização de Padrões Tecnológicos pelo PRONAF:
uma análise do processo de adoção técnica na gestão de
propriedades agrícolas familiares de Maringá-PR**

Autora: Maísa Gomide Teixeira

Dissertação submetida ao Programa de Pós
Graduação em Administração – UEM/ UEL, da
Universidade Estadual de Maringá como quesito
parcial de obtenção do Grau de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof. Dr. João Marcelo Crubellate

MARINGÁ

2007

MAÍSA GOMIDE TEIXEIRA

**A Institucionalização de Padrões Tecnológicos pelo PRONAF:
uma análise do processo de adoção técnica na gestão de
propriedades agrícolas familiares de Maringá-PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 29 de junho de 2007

Prof. Dr. João Marcelo Crubellate (PPA/UEM)

Prof. Dr. João Luiz Passador (USP-Ribeirão Preto)

Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa (PPA/UEM)

Agradecimentos

Aos professores e funcionários do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá que me acolheram e me proporcionaram crescimento desde quando cheguei à cidade. Mais especificamente sou grata aos professores do Programa do Mestrado que me ‘desconstruíram’ ao apresentarem-me às realidades alternativas que trouxeram tantas mudanças em minha pessoa, dentre as positivas relevo as de maior segurança e autoconfiança. É grande o meu reconhecimento ao professor João Marcelo Crubellate que, com muita paciência e humildade, qualidades as quais admiro muito, contribuiu enormemente para a realização deste trabalho.

Aos colegas de turma não poderia deixar de expressar minha gratidão. Contribuíram em muito para minha formação e, muitas vezes, bastou um sorriso amigo ou algumas palavras de apoio para que me estimulasse a seguir em frente enfrentando os desafios desta etapa da minha vida. Particularmente, devo muito ao colega e amigo Agnaldo Keiti Higuchi que sempre esteve presente quando precisei de uma mão. As suas sábias palavras e intrigantes comentários em nossas discussões, seja durante as habituais corridas ou na sala de estudo, foram muito proveitosos. Já sinto falta deles!

Manifesto minha gratidão aos amigos e companheiras que dividiram comigo o espaço dos três ou quatro lares que residi. Da Gisela e Adson, da Renata e da Roberta sentirei saudades. Aos companheiros do Mestrado em Economia, dos quais ressalto o Fernando Fonseca e o Darlan Christiano Kroth, sempre guardarei um enorme carinho, tendo sido muito importantes nesta empreitada. Da mesma forma, minha prima Leda que esteve sempre presente estabelecendo os laços familiares através de sua atenção e apoio será lembrada. Agradeço também ao Job, amigo e atual vizinho que enorme contribuição prestou na edição desta dissertação. Ao grande companheiro George Frederico B. Kling de Moraes que, mesmo distante, me deu grande apoio, eu não poderia me esquecer de expressar sua importância. Exprimo também meu reconhecimento ao Fernando Augusto Piccinini que através de seu contato, sua energia, compreensão e incentivo, tornou esta fase da dissertação muito mais agradável.

Finalmente, aos meus irmãos, ao meu pai e à minha mãe manifesto o mais verdadeiro sentimento de gratidão pelo exemplo de vida que me deram, pelo apoio nos momentos difíceis que passei e estímulo contínuo para que eu estivesse sempre buscando melhorar como

pessoa. Mas é no meu pai, por sua dedicação e maestria acadêmica, que me espelho profissionalmente. Meus empenhos e minha superação acadêmica são fruto da sua perseverança, a qual pude acompanhar durante toda minha trajetória.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	17
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 TECNOLOGIA COMO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO	23
2.2 UMA PERSPECTIVA INTERATIVA DA TI NO PROCESSO DE DIFUSÃO DE PADRÕES.....	29
2.3 MUDANÇA ORGANIZACIONAL	38
2.4 MUDANÇA INSTITUCIONAL	54
2.5 A DIFUSÃO DE PADRÕES	62
3 METODOLOGIA	74
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	74
3.2 CATEGORIAS ANALÍTICAS E TERMOS RELEVANTES DO ESTUDO	75
3.2.1 <i>Definições conceituais e operacionais</i>	75
3.2.2 <i>Definições de Termos Relevantes</i>	79
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	84
3.4 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	87
3.5 ESTRUTURA DA PESQUISA	87
3.5.1 <i>Modelo de investigação</i>	88
3.5.2 <i>Fonte e forma de coleta de dados</i>	90
3.5.3 <i>População e amostragem</i>	92
3.5.4 <i>Forma de análise de dados</i>	98
4 ANÁLISE DOS DADOS	103
4.1 DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS OPERACIONAIS DO PRONAF	103
4.2 PRÁTICAS AGRÍCOLAS TRABALHADAS PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	107

a)	<i>Planejamento</i>	107
b)	<i>Roça</i>	107
c)	<i>Adubação</i>	108
d)	<i>Aração</i>	108
e)	<i>Capina</i>	109
f)	<i>Irrigação</i>	109
g)	<i>Correção de Solo</i>	109
h)	<i>Conservação do solo</i>	110
i)	<i>Orientação para preservação da Mata Ciliar</i>	111
4.3	I FASE DE ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO.....	112
4.3.1	<i>A dimensão contextual dos Produtores familiares de Maringá-PR</i>	112
4.3.2	<i>Detalhamento das Categorias Analíticas</i>	113
a)	<i>Valores</i>	113
b)	<i>Crenças</i>	135
c)	<i>Interesses</i>	151
4.3.3	<i>Resumo dos Resultados</i>	156
4.4	II FASE DE ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO.....	158
5	CONCLUSÕES	166
6	REFERÊNCIAS	171
7	ANEXOS	182

RESUMO

A modernização do meio rural tem sido alvo de políticas governamentais no Brasil desde o início do século passado. São tentativas de se implantar o padrão de racionalidade que acompanha a progressiva industrialização do país. No entanto, este processo conduziu a resultados contestáveis em relação aos beneficiados, promovendo a exclusão de milhares de produtores. Impossibilitados de crescer e até mesmo de acompanhar as novas tendências no setor, para muitos pequenos produtores não restaram opções a não ser aglomerar-se nos grandes centros, tendo esta questão, portanto, relação intrínseca com as condições estruturais urbanas. Atuando como política compensatória, o PRONAF foi desenvolvido visando especificamente o segmento mais pobre de produtores familiares. Para propiciar os meios de sobrevivência ao segmento e a manutenção de suas propriedades estabeleceu-se como exigência para a obtenção do financiamento a adoção dos padrões recomendados pela assistência técnica. Esta dissertação aborda o processo de difusão de padrões técnicos e a sua institucionalização baseando-se em autores que discutem tecnologia como processo de estruturação. Nesta abordagem, as pessoas constroem esquemas interpretativos ao longo de sua interação repetida com a tecnologia e, por outro lado, regras e recursos também são eleitos, estruturando esta interação contínua, o que expressa, portanto, o efeito recursivo na tecnologia e em quem a usa. Condizentemente, adota-se como referência as abordagens da Teoria Institucional que consideram os aspectos simbólicos e interpretativos da relação entre as propriedades estruturais e agência das pessoas respondendo à coerção. Para este estudo foi realizada uma pesquisa documental e de campo de natureza qualitativa visando apreender “De que modo o PRONAF-Crédito impactou na institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do Pólo Regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006?”. Os elementos da pesquisa foram separados em dois grupos principais que se apresentam em situação diferente em relação à dependência com o programa: o primeiro de produtores que estiveram envolvidos com os financiamentos do PRONAF nos primeiros anos (1997-2000) e se desligaram do programa, não se exercendo a pressão coercitiva da assistência técnica sobre eles. O outro grupo foi representado pelos produtores que ainda estavam sujeitos aos requerimentos de implantação das técnicas, seja porque contraíram a assistência financeira recentemente (de 2002 até 2006) ou porque ainda recorriam aos recursos. De ambos os grupos foram coletados dados através de entrevistas semi-estruturadas que permitiram investigar a internalização dos padrões transmitidos pela assistência técnica através da comparação de seus esquemas interpretativos. Os achados mostraram proximidade entre os esquemas interpretativos dos produtores dos dois grupos. Portanto, se os produtores que receberam suporte financeiro no primeiro estágio do programa ainda valorizam aquelas práticas e acreditam na sua eficiência como os outros produtores que estão vinculados com o programa, conclui-se que pelo menos em Maringá-PR, o PRONAF, através da coerção, está atingindo seu objetivo de modernização de pequenas propriedades e de profissionalização técnica de seus proprietários. No entanto, os resultados sugerem que a análise da difusão coercitiva de padrões institucionais deve considerar aspectos relacionais do contexto de referência do público a que se destina a transferência.

Palavras-chave: Institucionalização, Difusão tecnológica, Adoção de padrões, Internalização, PRONAF.

ABSTRACT

The diffusion processes of technical and managerial practices and their institutionalization in small rural organizations, which leads to their modernization, is analyzed in this study. The impact of the National Program for Family Farming Assistance (PRONAF), a Brazilian State program interested directly with the transfer of financial resources to the poorest segment of family farming in Brazil, is investigated. The issue is about verifying in which ways the entity responsible for technical assistance, through coercive mechanisms (since the financial assistance was dependent on following modern farming practices stipulated by that entity), generates conditions for technical professionalization among small farm owners situated in Maringá city, Brazil. Therefore, the research was based on authors who discuss technology as a structuration process where people construct certain interpretative schemes along the repeated engagement with them. However, simultaneously, rules and resources become elected structuring their continued interaction with those technologies, therefore expressing the recursive effect on both users and technology. Following this perspective, the institutional theory references consider the symbolic and interpretative aspects of the relation between structural properties and people's agency when responding to coercion. For our study a documental and field research of qualitative nature was taken place intending to grasp: "In which ways PRONAF - by credit - impacted on the institutionalization of new technological patterns on those rural family properties during the period of 1997 and 2006?". The elements researched were separated in two main groups representing different situations of dependency with the program: one of those farmers who had been involved with the loans offered by the program at the first years (1997-2000) and had broken ties with it at some time, thus were not upon the coercive links of the technical assistance; and the other group represented by the farmers who contracted the financial assistance recently (from 2002 until 2006) and were yet using the resources, therefore, were still subject to the requirements of implementing the techniques. The data was collected from both groups through interviews supported by a guide list of questions. This made possible the investigation of the internalization of the patterns transmitted by the technical assistance with the comparison of the interpretative schemes from the groups. The findings showed proximity between the interpretative schemes of the farmers in the two groups. So, if the farmers that received financial support (and the coercive pressure to follow new technical practices) at the first stages of the program still value those practices and believe in their efficiency as the farmers that are still connected to the Program, we can conclude that PRONAF is achieving, through coercion, its objective of modernizing small farms and professionalizing their technical and managerial workers. Moreover, the results also suggest that the analysis of the coercive diffusion of institutional patterns should consider cultural and relational aspects of people's contexts of reference.

Key words: Institutionalization, technology diffusion, patterns adoption, Internalization, agriculture policy program.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a evolução da representatividade do setor agrícola na economia é um fato largamente disseminado. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2005) indicam que o PIB do agronegócio responde por 32% do PIB ou renda nacional e apontam que, para cada emprego gerado no campo, têm-se três empregos na cidade. Esses números demonstram que a agropecuária ainda é importante para geração de emprego e renda e, conseqüentemente, tem impacto significativo nas questões sociais, tendo em vista, a relação intrínseca das condições estruturais urbanas com as que se observam no meio rural.

A agricultura é destacada por Silva (1982) por sua contribuição no abastecimento de matérias primas e alimentos. Porém, com base em Paiva (1976) defende-se a necessidade da ampliação das suas responsabilidades, a qual estaria condicionada ao desempenho eficaz de seu papel através da modernização. No entanto, com relação a pressuposições como esta, é vasta a literatura que discorre suas críticas ao processo de modernização que se sucedeu nos países da América Latina e o seu significado para a população rural.

São argumentos que remontam ao período que se iniciou na década de 60, caracterizado pela aplicação de modelos produtivistas de intervenção planejada da denominada Revolução Verde. Essa fase de estruturação do meio rural brasileiro foi marcada pelo acionamento de instrumental encabeçado pelo crédito rural subsidiado e a utilização dos programas de pesquisa agrônômica e extensão rural. Estes últimos, executados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Foram priorizados nestes modelos objetivos como os de elevação da produção e da produtividade com vistas à promoção do crescimento da oferta agropecuária, bem como, à normalidade do abastecimento doméstico. Ademais, mediante a incorporação de tecnologias agro-químicas e mecânicas, foram visadas a expansão e a diversificação das exportações e, não obstante, implicadas com a realização destas metas, apresentavam-se os desafios da modernização da base técnica, do fortalecimento da agroindústria e da expansão da fronteira agrícola (BUAINAIN, 1997).

Por conseguinte, como em muitos dos países capitalistas, o Estado brasileiro foi responsável pelo financiamento para a instalação das escolas de Agronomia no país e pelo patrocínio dos institutos de pesquisa. Carvalho (1992) expõe que, em conformidade com esta postura, o Estado responsabilizou-se pela elaboração das diretrizes da pesquisa agrícola, donde se extrai elementos que justificam o caráter sempre estatal destas. Assim sendo, foi o órgão que, intervindo de maneira crescente nos setores constituintes da economia após a década de 30, teve destaque no processo de desenvolvimento da agropecuária brasileira. Contudo, privilegiando as categorias que mais de imediato pudessem contribuir na superação da crise que perpassava o país, estimulou pesquisas agrícolas para que atendessem as necessidades dos grandes produtores e lançou políticas que focavam, mais especificamente, as culturas de exportação.

De acordo com Barros e Manoel (1988), o processo de modernização da agricultura brasileira se intensificou a partir da década de 70, tendo ocorrido, entretanto, de forma distinta ao longo das várias regiões do país. Os mesmos autores observam que, sendo o Brasil possuidor de grande extensão territorial caracterizada por sua heterogeneidade, possui, entre seus estados e regiões, diferenças estruturais, econômicas, sociais e climáticas não desconsideráveis. Essas diferenças, aliadas à ação de grupos de interesses, como observado por Monteiro (1995), influenciaram na geração e utilização dos processos produtivos. Sendo assim, o processo de modernização teve intensidade maior de sua absorção nos estados e regiões que possuíam as condições mais adequadas de assimilação das inovações vindas do exterior e das desenvolvidas internamente. Portanto, aqueles que não se moldavam às inovações, participaram com menor intensidade deste processo.

Com a expansão da produção industrial, a agricultura passou a se integrar à esta dinâmica onde não se distinguem mais os dois setores, reunidos agora no que se tornou comum chamarem de complexos agroindustriais ou agronegócios (MONTROYA; GUILHOTO, 2001). Os autores argumentam, com base nos fatos expostos, que “a produção rural passou a se situar economicamente entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura – a montante – e as indústrias processadoras e de serviço de base agrícola – a jusante” (p.180).

Nesse período, durante o qual um conjunto de instrumentos políticos foi acionado para modernizar o setor, ocorreram grandes alterações na forma de produzir e nas relações do setor agrícola com os demais segmentos da economia. A Revolução Verde causou transformações

importantes nos sistemas produtivos agrícolas determinando o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, de agrotóxicos e de maquinaria agrícola, transformações que, apesar das dificuldades estruturais, permitem que falemos que a agropecuária brasileira passou de fato por um processo de modernização. Contudo, conforme Peixoto (1998), tal maneira de compreender e de intervir no campo teve duas conseqüências principais: se, de um lado, contribuiu para a emergência dos grandes complexos agro-industriais, de outro, manteve os acentuados níveis de pobreza que atingiam a maioria da população rural. Sendo assim, o processo de crescimento da agricultura criou novas realidades produtivas, mas não foi capaz de resolver as principais questões sociais existentes.

A partir da década de 90, com a intensificação do processo de abertura de comércio, viu-se nos países em desenvolvimento a entrada das empresas multinacionais que, investidas de enorme poder político, influenciavam os agentes sociais na determinação de políticas que as favorecessem. Na concepção de Rattner (1980), o Estado, que se encontrava acossado frente às condições supra-estatais, foi incapaz, mais uma vez, de conduzir de forma uniforme a modernização agrícola, a qual se deu diferentemente nas regiões do Brasil e para os seus grupos constituintes, acentuando-se as disparidades.

Reforçando tal aspecto, Santos (2001) argumenta que, como conseqüência da crescente diminuição da influência do Estado, as questões sociais tornaram-se complexas, pois várias dimensões passaram a ser questionadas. Dentre as dimensões sociais críticas, citam-se: a questão da exclusão social e da concentração fundiária, a relação do homem com a natureza, as transformações tecnológicas, as transformações da agricultura familiar e sua sustentabilidade, e a diversificação das alternativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global.

Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade. Como recurso de desenvolvimento, os municípios aderiram a projetos de modernização e seus pacotes tecnológicos, o que acarretou em várias mudanças técnicas de produção sem, no entanto, alterar as estruturas agrárias vigentes, o que gerou aumento da pobreza, desemprego, degradação do meio ambiente e o êxodo rural nas regiões agrícolas (WESZ Jr.; TRENTIN, 2004). O IBGE (Censo Agropecuário 1995/96) indica que este processo levou à exclusão de trabalhadores rurais de ao redor de 100.000 propriedades agrícolas por ano, de 1985 a 1995, o que implicou em altos custos sociais para o país.

Nota-se, por conseguinte que, com as transformações mundiais, a agricultura como um todo se modificou, mas, mais especificamente com relação à agricultura familiar, o contexto não é favorável, donde se percebe uma tendência de maior concentração de renda em virtude da utilização crescente de tecnologia, de insumos modernos na atividade agrícola e em razão da concentração nos processos de agregação de valor. Portanto, de modo a acompanhar a evolução dos fatos, Montoya e Guilhoto (2001) argumentam que os resultados derivados do agronegócio para as propriedades familiares, benéficos ou adversos, dependerão dos processos de interdependência que guardam com a agroindústria, com a economia como um todo e, fundamentalmente, com as políticas econômicas setoriais e nacionais.

São muitos os desafios enfrentados na contemporaneidade por este estrato produtivo e sócio-cultural, desafios estes, a que se vem adequando, donde são citados ainda: a precariedade em termos de condições objetivas de existência, os limites fundiários, a contemplação seletiva dos recursos públicos, a seletividade econômica imposta pelos agentes do capital agroindustrial, financeiro e comercial e a fragmentação, atomização e o incipiente poder de barganha em relação aos vínculos mercantis (TEDESCO, 2001). Conterato e Schneider (2004), neste sentido, comentam que estudar a agricultura familiar significa analisar e problematizar as estratégias de reprodução que esta adota ao longo de sua trajetória histórica. Da mesma forma, reforçam que no Brasil, trabalhos como os de Abramovay (1992), Schneider (1999) e Anjos (1995) procuraram demonstrar que a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e até mesmo vem se fortalecendo pela sua crescente, mas ainda incipiente mercantilização.

Ao destacar que a unidade familiar no meio rural seja talvez a instância socioeconômica e cultural que melhor manifesta, agrega e reage em razão dos elementos constituintes dos processos sociais da modernidade, Tedesco (2001) aponta para a necessidade de relativizar as noções de atraso, de determinismo, bem como de funcionalidade. São fatos que relevam este estrato produtivo e cultural não obstante um histórico de políticas que o tratavam indiscriminadamente em face da agricultura comercial. Segundo o Manual Operacional do Crédito Rural Pronaf (BANCO DO BRASIL, 2004, p.04), o agricultor familiar tem suas especificidades definidas a partir das condições estabelecidas abaixo:

- Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional da Reforma Agrária;

- Resida na propriedade ou em local próximo;
- Detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária);
- No mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento – e/ou compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF;
- A base da exploração do estabelecimento deve ser o trabalho familiar.

Alguns dados que evidenciam a importância deste estrato social e produtivo relacionam-se com sua representatividade: mais de 84% dos imóveis rurais do país, ao redor de 4,1 milhões de estabelecimentos. Os agricultores familiares são responsáveis por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como o feijão (70%); a mandioca (84%); a carne de suínos (58%); de leite (54%); de milho (49%); e de aves e ovos (40%). Este dado é representativo se considerarmos que atualmente as propriedades de agricultura familiar, que representam 84% dos imóveis rurais, ocupam somente 20% da área agrícola do País (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001).

Outro fato que denota esta importância está na proporção de empregos por hectare. Na agricultura comercial, em média, emprega-se 1 trabalhador para cada 100 hectares cultivados, enquanto que na familiar a relação é de 10 hectares por trabalhador (AGRICULTURA FAMILIAR, EMPREGO E O LADO SOCIAL DO BIODIESEL, 2006). São dados que destacam a eficiência das propriedades de agricultura familiar em termos de produtividade e por seu potencial de emprego, no entanto, com possibilidades de aumento. Mesmo dentro da categoria de produtores familiares existem diferenças que exigem uma atenção maior em relação a estes produtores, de modo a que a parcela menos favorecida seja inserida em meio a estes dados e números.

Ao se fazer uma análise da definição de política agrícola como “o conjunto de medidas que visa orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazos para manter ou ascender o nível de vida”, Blum (2001, p. 87) argumenta que esta política agrícola nunca existiu no país, sendo que as políticas de safra, entre outras voltadas para o meio rural, deixam muito a desejar nos aspectos econômicos, de legislação e de usufruto de infraestrutura, saúde, educação e lazer, tratando os agricultores de forma indiscriminada.

Portanto, com o objetivo de contemplar os aspectos mencionados e de combater o quadro histórico de políticas concentradoras da agricultura no país, foi instituído em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), hoje conduzido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Definido como uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF visa integrar a porção mais pobre deste segmento à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe oportunidades de aumento de renda. Portanto, a sua atuação tem como foco viabilizar formas de agregação de valor ao produto e à propriedade através da profissionalização e a modernização do sistema produtivo de seu público alvo, tendo como eixos básicos (SILVA, 1999, p.09):

- o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros (PRONAF- Crédito);
- a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (PRONAF - Infra-estrutura); e
- a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF-capacitação).

As ações são desenvolvidas por intermédio do repasse de recursos, pelo Ministério da agricultura, mediante convênios, às empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que promovem eventos e cursos de acordo com o levantamento das demandas locais de agricultores familiares (SILVA, 1999). Estas funções estariam vinculadas com os propósitos de proporcionar mudança organizacional através do repasse de novas práticas organizacionais que visam a maior eficiência e competitividade das propriedades rurais familiares. Da passagem acima discorrida, se depreende as conjeturas do estudo que se referem à institucionalização dos padrões pressupondo sua relação para com a mudança.

No presente trabalho, por conseguinte, investiga-se o eixo do PRONAF-Crédito e seu inter-relacionamento com a linha de ação responsável pela capacitação e a assistência técnica. Logo, a pretensão que se tem é a de analisar a transferência e difusão de tecnologias de produção e beneficiamento, recomendadas pela assistência técnica, que acompanha a concessão dos financiamentos de custeio agrícola pelas agências financeiras às propriedades rurais. Tem como objetivo, portanto, investigar o processo de institucionalização destes novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do pólo regional de Maringá-PR, em

decorrência deste processo. Na delimitação do período de análise optou-se por contemplar os anos entre 1997 e 2006 abrangendo, assim, todo o tempo transcorrido em que a política esteve em funcionamento no município, desde sua implantação em 1995.

O universo do estudo que engloba tais atores é constituído pelo conjunto de produtores familiares da região rural de Maringá-PR e se inserem nas seguintes categorias: população de agricultores familiares que recorreram recentemente aos recursos do PRONAF e dos produtores que já vem utilizando há mais tempo e/ou se desligaram do programa em algum momento.

1.1 Formulação do Problema de Estudo

O presente estudo tem como tema de pesquisa a institucionalização de práticas organizacionais. A suposição teórica que permeia o trabalho é de que processos impostos coercitivamente ou por razões apenas utilitárias teriam duração somente enquanto a pressão se manifestar, não sendo evocados em um momento posterior. Se a adoção das práticas prescindir da coerção baseada em aspectos financeiros, estar-se-ia refutando a premissa defendida por Tolbert e Zucker (1983). Esta tem como base a noção de que os padrões impostos independem da pressão coercitiva para serem recorridos na atividade continuada dos indivíduos.

De forma distinta ao que se propõe em Tolbert e Zucker (1983), este trabalho pretende investigar se os processos impostos tenderiam a desaparecer tão logo a pressão deixasse de existir. Deste modo, portanto, podendo-se auferir quanto à fraca formação de bases cognitivas por parte dos atores em relação aos padrões impostos e estar-se-ia aproximando do modelo de Kostova e Roth (2002). Estes alegam que, à medida que os receptores dos padrões interpretam a sua relação com a unidade transmissora como coercitiva, mais se tenderia a implementar as técnicas, mas, inversamente, haveria uma menor inclinação para se internalizar estas.

Portanto, pretende-se fazer uma análise sobre a política do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF-Crédito — e a adoção de tecnologia repassada aos Agricultores familiares pela assistência técnica. A transmissão das técnicas estaria proporcionando a adoção perene ou apenas provisória? Diante destas colocações, o problema de pesquisa que permeia este estudo é:

De que modo o PRONAF-Crédito impactou na institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do Pólo Regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral que define o propósito desta dissertação é investigar o processo de institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do pólo regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006, em decorrência do PRONAF-Crédito.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Verificar e analisar os padrões tecnológico-gerenciais propostos pelo PRONAF;
- 2) Identificar as propriedades rurais familiares que contrataram os financiamentos do PRONAF – Crédito no período de 1997 a 2006;
- 3) Selecionar e agrupar as propriedades em termos de frequência e período de contratação dos financiamentos;
- 4) Analisar qual a relação entre internalização da orientação técnica e período/frequência de aquisição do financiamento;
- 5) Analisar se houve institucionalização dos padrões técnicos em meio aos produtores que adotaram o PRONAF-Crédito.

1.3 Justificativa

Dentre as razões que me aproximaram ao tema de estudo, gostaria de destacar a minha vivência com familiares e amigos que, sendo de origem rural, me introduziram a este ambiente repleto de significações, muitas vezes mais sensíveis na forma de perceber o mundo. A minha formação em Administração em que me foi proporcionada a habilitação na gestão de cooperativas possibilitou o contato com pequenos produtores durante os muitos trabalhos em

que estive envolvida com cooperativas agrícolas, o que agregou em termos de experiência com o segmento. O meu pai, como agricultor sitiante e professor de economia rural, teve também bastante influência nesta escolha já que sempre acompanhei e admirei sua forma de se reportar aos produtores. Por outro lado, através de nossas conversas sobre as políticas agrícolas, sempre me atentei aos vários fatores macro que incidem sobre a agricultura e que vêm refletindo negativamente nos pequenos produtores. Portanto, era grande o meu interesse em estar retratando em estudo esta questão e estar promovendo uma reflexão acerca do PRONAF de maneira a perceber se de fato este programa representa uma mudança na forma que o Governo considera o pequeno produtor em suas políticas públicas.

A partir das exposições apresentadas neste prefácio, a importância do trabalho assentase na consideração de que, através de políticas públicas que visem dar apoio financeiro, tanto para crédito, quanto para infra-estrutura, tenha-se um objetivo maior que sustente estas ações. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com objetivos diretos de fornecimento do crédito, estaria associado com o objetivo de indução à modernização técnica do meio rural, objetivos estes que se relacionam ao aumento da renda, à elevação da produção, à melhoria da produtividade, ao uso racional da terra, à proteção ao meio ambiente e, por conseguinte, à melhoria de vida e a fixação do homem ao campo (PRONAF, 2005). Para tanto, como mencionado, faz-se necessário apoio técnico aos produtores que desejam beneficiar-se do crédito do PRONAF de maneira que, ao se submeterem a essas exigências, estivessem contribuindo para a realização destes objetivos maiores.

O estudo apresenta relevância teórica por seu caráter de investigação dos efeitos do PRONAF em termos da difusão de padrões técnicos, de uma ordem institucional coercitiva, para uma ordem cognitiva. Tal passagem permitir-se-ia falar em internalização dos padrões recomendados pelos técnicos agrícolas por parte dos agricultores. Ressalta-se que internalização aqui significa a permanência mesmo após a retirada da coerção, logo, procura-se obter informações, a partir da abordagem Institucional, que corroborem o entendimento de que uma política governamental pode ser eficiente, em termos de indução da modernização técnica do meio rural, através de um mecanismo coercitivo, baseado no pressuposto da dependência de recursos.

Possui significância tal investigação, por propor-se a verificar, mesmo que preliminarmente, a pressuposição institucionalista de que processos de difusão coercitiva

obteriam resultados positivos na perdurância dos padrões impostos, mesmo com a retirada da coerção. A esta idéia se vincula outra suposição: a coerção não geraria mudança enquanto não houver institucionalização (TOLBERT; ZUCKER, 1983). Portanto, pode-se extrair destas colocações que, somente haveria mudança à medida que novos valores e regras se incorporam ao contexto institucional de referência dos indivíduos os quais se pretende introduzir uma prática.

Sendo assim, o estudo traz subsídios para esta questão, averiguando a dimensão da adoção proporcionada pelo processo de difusão de técnicas idealizado no PRONAF. Enfatiza-se que o Brasil - por haver uma cultura em que os brasileiros tendem a enxergar as leis de forma instrumental, ou seja, eles percebem-nas somente enquanto as associam com as conseqüentes sanções - apresenta-se como um contexto instigante de pesquisa. Pressupõe-se que a coerção não seja interpretada da mesma forma como no processo de difusão nos Estados Unidos de procedimentos de reforma civil analisado por Tolbert e Zucker (1983). Mas, o que não se sabe é se esta interpretação diferenciada acarreta, ou não, em institucionalização e conseqüentemente em mudança.

Justificando o estudo por uma outra perspectiva, Scott (1992) ressalta a importância das organizações no mundo moderno e sua significação sociológica, a qual, com devida análise poderia trazer contribuições para nosso entendimento do mundo social. Assim, defende que, ao se aumentar o entendimento de como processos sociais genéricos operam entre estruturas sociais distintas, estar-se-ia contribuindo para o conhecimento sociológico básico.

Homans (1950, *apud* Scott, 1992), apoiando tais pressupostos, coloca como fato que a organização de grandes empreendimentos formais, governamentais ou privados, na sociedade moderna é moldada em tendências que existem em todos os grupos humanos. Scott (1992) irá enfatizar que as organizações fornecem o arranjo para uma larga variedade de processos sociais básicos, tais como socialização, comunicação, a formação de normas, o exercício de poder, o estabelecimento de metas e o seu atingimento. Portanto, se esses processos sociais genéricos operam nas organizações, afirma que podemos incrementar nosso conhecimento, seja através do estudo das organizações para nosso conhecimento dos princípios que governam seus comportamentos, seja pelo estudo de qualquer outro tipo específico de sistema social.

Com estas colocações, tem-se que, a justificativa teórica do estudo amplia-se, residindo na proposta de se analisar processos básicos organizacionais em uma estrutura social

específica, que retrata as características peculiares desta nação e, portanto, apresenta importância ao testar elementos da Teoria Institucional num contexto ainda em desenvolvimento em termos de aplicação, contribuindo para reforçar a validade de suas premissas. Argyris (1957, p.17), neste sentido, esclarece:

Uma das mais importantes indicações de amadurecimento de uma ciência social é a maneira pela qual sua teoria pode realmente em um dado momento, ser usada para a compreensão (e em seguida, previsão e controle) da conduta humana; absorver os resultados conhecidos fundados em investigação científica e fornecer bases para futuras investigações em campos desconhecidos.

Defende-se que o critério da verdade da teoria é sempre a realidade. A teoria, como um esquema geral de natureza conceitual, pode incorrer perfeitamente em situação que o fenômeno ao qual se refere escapa, em parte, ou totalmente à abrangência de seus pressupostos. Sendo-as fortemente determinadas pelas condições sócio-econômicas, históricas e culturais dos povos, apresenta-se como um “crime cultural”, principalmente nas ciências humanas, o deslocamento de teorias sem as devidas adaptações (TRIVIÑOS, 1987).

Apreendeu-se em levantamento do conhecimento científico produzido no período de 2000 a 2005, que há uma tendência de maior consideração acadêmica com relação aos estudos que se apóiam na Teoria Institucional. Portanto, reforçando esta tendência, verificou-se que foi lançado na RAE-eletrônica, edição de jan./jul. 2005, um Fórum específico para abordagens Institucionalistas - A Teoria Institucional em um contexto brasileiro: Dinâmicas de inovação e imitação. Esta iniciativa representa estímulo para que mais estudos direcionem seus esforços em aplicações para fenômenos diferentes que condizem com nosso contexto, defendendo assim, uma Teoria Institucional brasileira, o que reforçaria a abrangência de suas premissas.

Com relação à relevância empírica do estudo, acredita-se que esta resida em sua contribuição ao possibilitar perceber os aspectos sobre a repercussão das técnicas, podendo implicar em adequação das políticas de transferência tecnológica direcionadas para população do meio rural, mais especificamente àquela população de pequenos produtores que são dependentes dos financiamentos estatais. Além disso, o estudo pode permitir aprimorar o entendimento sobre a difusão da tecnologia neste contexto marcado por tentativas frustradas de indução que tiveram como resultado efeitos contestáveis em relação aos beneficiados.

Verificou-se durante pesquisa bibliográfica preliminar a este estudo, que, com relação aos estudos concernentes à agricultura familiar, há uma grande incidência de artigos, especialmente nas revistas com foco rural, mas não exclusivamente. Para este fato, acredita-se que ele possa se basear em uma tendência atual de se priorizarem temas que denotam uma maior preocupação com questões sociais. E, de maneira semelhante, enfatizam-se os estudos relativos ao tema do programa PRONAF como um campo promissor, considerando a sua longevidade – no ano de 2005 completou-se dez anos de sua criação - e tendo em vista, a vulnerabilidade das políticas brasileiras considerando a predominância das políticas de governo sobre as de estado.

Reforçando o mencionado, no dia 31 de maio de 2006 a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou o projeto de lei que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (MDA, 2006): “A aprovação do projeto é extremamente importante para transformar as ações de governo em políticas públicas permanentes, em ações de Estado [...]”. Contudo, para que se possa trabalhar na superação das distorções do PRONAF, para que não sejam repassadas ano a ano tornando limitados os benefícios aos produtores, ressalta-se a importância da avaliação do programa em termos de aspectos qualitativos. Estes sim, capazes de determinar os gargalos e os detalhes que têm de ser visados para que de fato esteja-se alcançando os objetivos, para os quais o programa foi projetado.

Corroborando estas afirmações, Abramovay (2006) pondera que são evidentes os benefícios trazidos pelo acesso aos financiamentos bancários, todavia, os agricultores tendem a manter vínculos a mercados pouco propícios à valorização de seu trabalho, não inovam suas atividades e o próprio perfil das regiões em que vivem pouco se altera. Portanto, fatos como o apresentado, promovem críticas como a que o próprio autor suscita: “Bem-sucedido em alcançar metas quantitativas ambiciosas, o PRONAF não criou mecanismos para que o uso do crédito seja feito a partir de critérios e incentivos econômicos que estimulem eficiência no uso dos recursos” (p.02). Da mesma forma, sugerem indagações como: “Qual a razão do contraste entre o potencial do acesso ao crédito e seus precários resultados?” (p.02).

Deste modo, sem querer demonstrar demasiada presunção, o trabalho pretende jogar luz sobre estas questões, mesmo que preliminarmente. Apresenta importância em termos de instrumento de avaliação de política pública enfatizando como medida a internalização, em contraste com a adoção apenas formal de padrões. Portanto, ressaltando-se a necessidade já

identificada por Abramovay (2006) de avaliação do PRONAF-Crédito como programa de transferência de recursos, sendo imprescindível à observação da qualidade desta. Diferentemente, somente se estaria nutrindo um comportamento vicioso de aquisição de empréstimos e contração de dívidas.

O Paraná situa-se em primeiro lugar no ranking de trabalhos de assistência aos pequenos produtores familiares¹. Sendo assim, esta colocação justifica que a pesquisa seja realizada em nível local, nos limites de Maringá-PR, que abrangem os produtores de culturas diversas, representativas das que são cultivadas em todo o estado. Sendo o município um dos mais importantes do estado do Paraná em termos de sua participação agrícola, este dado se deve principalmente ao segmento de propriedades agrícolas comerciais, portanto, das propriedades que são caracterizadas por possuírem maior extensão territorial, geralmente aplicada à monocultura.

Entretanto, pressupõe-se que este fato seja favorável à realização da pesquisa em Maringá-PR, pois, sendo reduzido o contingente de pequenos produtores que se inserem nos critérios estabelecidos para participarem no PRONAF, este fato representa importância em termos de propiciar entre eles sentimento de grupo. Tais aspectos podem desencadear em meio aos produtores uma identidade que favoreça a análise da adoção, ou não, enquanto grupo que idealiza um objetivo comum e que se sujeita as mesmas regras e requerimentos para obterem legitimidade e suporte. Portanto, que se influenciam mutuamente como em um campo regido pelas mesmas instituições, ou, conforme Scott (1992), como pertencentes de um ambiente institucional comum.

¹ Entrevista realizada na unidade EMATER de Maringá-PR no dia 29 de setembro de 2005

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo busca apresentar o estado da arte sobre Teoria institucional e desenvolvimento tecnológico. Na primeira seção, tratou-se da questão da tecnologia perpassando-se sobre as diversas abordagens, dando-se ênfase para a perspectiva que se adota no presente estudo: tecnologia como processo de estruturação. Na segunda seção percorrem-se conteúdos que tratam da evolução da Teoria organizacional, passando-se a discutir sobre o desenvolvimento do pensamento na Teoria Institucional até culminar na passagem que retrata uma abordagem específica desta perspectiva, a qual fundamenta as premissas que suportam a pesquisa pretendida. Os tópicos seguintes, referentes à Mudança organizacional, à Mudança institucional, e à Difusão de padrões, pretendem abranger os aspectos que serão considerados durante o trabalho.

2.1 Tecnologia como Processo de Estruturação

Diante de um cenário de crescimento organizacional, num ambiente complexo e turbulento, a demandar maior conhecimento, os atributos das tecnologias se expandem. Roberts e Grabowski (2004) refletem que, diante desse fato, as diversas definições de tecnologia tornaram-se obsoletas, não contemplando mais todos os aspectos que perpassam as relações inerentes ao manuseio das tecnologias. Neste sentido, Weick (1990) declara que, em face à complexidade das novas tecnologias, há necessidade de um reexame do conhecimento tecnológico, das relações de causa-efeito nas ações humanas e da escolha de combinações diferentes de máquinas, equipamentos e métodos de produção.

Reconhecendo as mudanças ambientais, Mohrman e Mohrman Jr. (1989) percebem as mudanças organizacionais como consequência dessas alterações. Sendo assim, discutem como as mudanças ambientais são traduzidas em mudança organizacional. Argumentam ainda, que recentes tendências no ambiente organizacional, como: a crescente competição, a mudança nas expectativas do público envolvido com a organização e o desenvolvimento tecnológico e legal, têm potencial de promover mudanças que implicam em novas características organizacionais. Dentre as novas características organizacionais os autores se referem às que se relacionam com a contínua aprendizagem, a adaptação ambiental de forma

auto-alimentada, aos maiores níveis de desempenho e aos novos processos políticos de negociação com o público organizacional. Para o presente estudo, interessa a argumentação sobre as novas tecnologias e as colocações que discorrem sobre a sua implicação nos processos organizacionais.

Novas ferramentas tecnológicas que habilitam novas maneiras de se realizar o trabalho são situadas em meio aos fatores que podem engatilhar a mudança organizacional. Contudo, como esclarecem Mohrman e Mohrman Jr. (1989), o fato de iniciarem um processo de mudança não implica que efetivamente a mudança venha a ocorrer, pois podem surgir reações aos sintomas de mudança. Neste ponto, os autores suscitam a discussão sobre o sentido de se manter uma unidade de análise que coloca a organização individual como foco central. Esta abordagem estaria impossibilitando a compreensão completa da mobilização para a mudança em um contexto atual, onde as relações ocorrem em meio a uma rede complexa.

É sabido que a mudança em uma organização freqüentemente é reprimida pelas ações das outras. Na teoria institucional, tal aspecto teria sua explicação relacionada com a falta de legitimação desta mudança em meio às organizações que constituem o seu campo (MOHRMAN; MOHRMAN Jr., 1989). Garud *et al.* (2002) comentam neste respeito que nenhuma tecnologia existe no vácuo. Cada uma requer um espaço institucional com regras que governam a produção, distribuição e o consumo de artefatos associados, o que enfatiza que, de fato os campos tecnológicos estão incrustados no ambiente institucional que os molda (DACIN, VENTRESCA, BEALE, 1999; GARUD, JAIN, 1996).

Em meio aos campos tecnológicos, os significados de artefatos e os padrões de interação para os atores emergem através de um processo negociado. Neste espaço tecnológico, conforme Jain (2001, *apud* GARUD *et al.* 2002), os padrões tecnológicos constituem as facetas chaves. Estes padrões representariam as especificações de interface ou as 'regras de engajamento', como denominadas por Garud e Kumaraswamy (1993), que ditam como diferentes componentes de sistemas tecnológicos trabalham juntos para fornecer utilidade aos usuários.

Garud *et al.* (2002) comentam sobre uma rica corrente de pesquisa que vem sendo desenvolvida na perspectiva da construção social da tecnologia, explorando os processos que baseiam a emergência das instituições. Hatch (1997) discorre sobre esta abordagem no estudo da tecnologia como uma das mais proeminentes em termos de suscitar os elementos

simbólicos interpretativos em meio às teorias de sistema sócio-técnicos e, desta forma, a enfatiza como uma superação aos modelos lineares modernistas de inovação tecnológica.

No lugar de modelos lineares, teóricos da linha de pensamento do construtivismo social oferecem exames detalhados dos contextos que envolvem o desenvolvimento de novos produtos e suas tecnologias. Neste ponto de vista, Hatch (1997) observa que os efeitos de normas culturais, das relações sociais e do poder no conhecimento sobre as práticas e a produção são vistos como os moldes sociais dos produtos e das suas tecnologias. Portanto, embutido nesta visão, revela-se a crença de que o social e o tecnológico mutuamente se constituem. Como suscitado pela autora:

[...] tanto os grupos sociais, quanto as tecnologias são geradas no arranjo contingente dos conceitos, das técnicas e dos recursos que emergem com os referenciais tecnológicos relevantes. A própria sociedade está sendo construída juntamente com os objetos e artefatos (HATCH, 1997, p.153).

Nesta perspectiva não haveria uma única maneira ótima para se desenhar os artefatos, ou um arranjo ótimo destes, sendo esta flexibilidade o que denota a oportunidade para a escolha baseada em critérios não-técnicos como os valores culturais, as normas sociais ou as considerações de poder (HATCH, 1997).

Assim, Hughes (1983) comenta que novos campos tecnológicos têm de estabelecer legitimidade para gerar impulsão. As batalhas de legitimidade são manifestas não somente nas batalhas entre velhos e novos campos tecnológicos, mas também entre trajetórias tecnológicas alternativas em meio ao campo, sendo que cada uma pressupõe tornar-se o desenho predominante (GARUD, KARNOE, 2002; TUSHMAN, ANDERSON, 1986).

Garud e Rappa (1994) elucidam que, para um novo campo estabelecer sua legitimidade, um novo critério de avaliação deve emergir e ser reconhecido. A competição ao longo das tecnologias, portanto, irá ocorrer, tanto entre, quanto em meio ao critério de avaliação, sendo que, conforme Van den Belt e Rip (1987), eventualmente o estabelecimento institucional instala maior solidez em torno da disposição específica do critério de avaliação. Na medida em que este processo se desenvolve, estas facetas institucionais representam o que Hughes (1983, p.ix) chamou de “traços de ordem nas complexidades advindas da elaboração humana”.

A maior solidez referida acima exprime restrição, enquanto que, por outro lado, exprime elementos que habilitam para a ação. A partir desta lógica emerge a conotação apregoada pelos adeptos dos modelos estruturacionais da tecnologia, estes fortemente influenciados pela tradição intelectual construtivista. Portanto, como em Giddens (1984), em que, a estrutura seria tanto meio, como resultado da ação, os padrões funcionariam da mesma forma. Eles habilitam ao fornecerem aos produtores e usuários uma oportunidade para desenvolverem ou usarem diferentes partes de um sistema tecnológico, enquanto que, simultaneamente restringem sua evolução em certas direções.

Roberts e Grabowski (2004) ao se embrenharem no desafio de fornecer uma visão descritiva da tecnologia e das organizações, simultaneamente gerando um exame relacional dessa tecnologia (visão da estrutura como produto da interação humana), propõem uma fusão das concepções de posicionamento (visão da estrutura como fixa) e cultural da estrutura. Deste modo, propõem uma abordagem que representaria um avanço no desenvolvimento de uma visão mais abrangente da tecnologia e das organizações na era pós-industrial. Esclarecem que “[...] essa fusão, combinada com as mudanças mundiais, conduz à emergência de formatos mais fluidos, com fronteiras aparecendo, desaparecendo e mudando não só internamente, mas entre as organizações.” (ROBERTS; GRABOWSKI, 2004, p.325).

Expressando-se dessa forma, Roberts e Grabowski (2004) externalizam aspectos referentes à estruturação, que, em contraste com a estrutura - imbuída de componentes estáticos, seria dinâmica. Assim, citando Weick (1969), descrevem a estruturação como a propriedade emergente da ação progressiva, como produção e reprodução de um sistema social mediante o uso das regras e dos recursos dos membros em interação. Para Weick (1990), a estruturação seria um construto particularmente útil para os estudos organizacionais e tecnológicos, em razão de capacitar ao observador a sensibilidade “para procurar a redefinição contínua entre estrutura, ação e tecnologia” (p.18).

Em face da dualidade da tecnologia que é destacada através das propriedades estruturacionais, que enfatizam a tecnologia e a estrutura como processo e produto da ação e interação humana, permite-se fazer considerações mais conectadas com a realidade atual. Realidade esta que, como se apresentou anteriormente, é mutante e dinâmica exigindo novas características organizacionais, cada vez mais orgânicas. Por conseguinte, Roberts e Grabowski (2004), destacam a tecnologia como em curso de tornar-se o processo de

estruturação pelo qual as tarefas e as pessoas nas organizações mudam em resposta às demandas da sociedade pós-industrial.

Contudo, Orlikowski (2000) pondera sobre as vantagens analíticas da perspectiva estruturacional, mesmo que concordando com o seu potencial para explicar as conseqüências associadas à emergência das tecnologias e às mudanças em seu uso. A autora argumenta que o reconhecimento de seu potencial requer que, antes, a perspectiva estruturacional em tecnologia seja estendida, neste ponto, defendendo uma compreensão da interação recursiva entre pessoas, tecnologias e ação social orientada pela prática. Portanto, reporta-se à necessidade de complementar as noções de estrutura incorporada com àquela de estrutura emergente, de apropriação com aquela de consentimento (*enactment*).

Os modelos de estruturação fortemente influenciados pela tradição intelectual do construtivismo social apóiam-se nos pressupostos de moldagem social. Assim sendo, os modelos estruturacionais têm se posicionado em relação à tecnologia representando o seu desenvolvimento através de um processo político-social. Este resulta em que as estruturas sejam vistas como incrustadas em meio à tecnologia, como ilustrado em Orlikowski (1992). Neste trabalho fica aparente a suposição de que:

Agentes humanos constroem, através das tecnologias, certos esquemas interpretativos (regras refletindo o conhecimento do trabalho que se torna habitual), certas facilidades (recursos para a realização deste trabalho) e normas (regras que definem as maneiras organizacionalmente sancionadas de executar este trabalho).

Orlikowski (2000) reconhece os consideráveis benefícios das idéias dos construtivistas sociais para a perspectiva estruturacional, entretanto alerta para algumas dificuldades. Uma primeira estaria relacionada com a preposição sobre a institucionalização das tecnologias, onde se enfatiza os aspectos estáticos após o estágio de desenvolvimento. Uma outra dificuldade refere-se à preposição de que tecnologias incorporam estruturas as quais representam variadas regras sociais e interesses políticos.

A autora argumenta que haveria evidências empíricas suportando o fato de que as pessoas podem redefinir e modificar o significado, as propriedades e as aplicações tecnológicas – e realmente o fazem – mesmo após seu estágio de desenvolvimento. No tocante à segunda dificuldade, esta se explica em razão de, na perspectiva estruturacional, haver uma tendência de se situar as estruturas em meio aos artefatos tecnológicos, isto é,

como se fossem incorporadas a eles. Contudo, esta acepção demonstra-se problemática porque pressupõe uma existência material às estruturas (ORLIKOWSKI, 2000).

Apoiada em Giddens (1984), que considerava a existência das estruturas somente em termos virtuais, Orlikowski (2000) apresenta sua concepção afirmando que: a estrutura dá forma e molde à vida social, mas não é ela própria que forma ou molda, nem deve ser compreendida num sentido ativo, porque as estruturas somente existem nas atividades de agentes humanos e através delas. Somente quando elementos tecnológicos são mobilizados rotineiramente no uso que se torna possível falar que eles estruturam a ação humana, tornando-se regras e recursos na constituição de uma prática social recorrente.

Através de seu engajamento regular com uma tecnologia em particular, de maneiras e em condições específicas, usuários repetidamente elegem um arranjo de regras e recursos, os quais, estruturam suas interações contínuas com aquela tecnologia. Portanto, desta forma, a interação dos usuários com a tecnologia é recursiva: usuários moldam a estrutura tecnológica que, por sua vez, molda o seu uso (ORLIKOWSKI, 2000).

Ressalta-se a ausência de uma orientação linear nesta consideração, pois, como Orlikowski (2000) menciona, a tecnologia é, por um lado, uma entidade identificável e relativamente durável, um fenômeno organizado física, econômica, política e socialmente no tempo e espaço. No entanto, simultaneamente, o uso da tecnologia envolve uma experiência repetida, uma versão pessoalmente ordenada e editada do artefato tecnológico, sendo experimentada diferentemente ao longo dos indivíduos e, da mesma forma, a experiência se daria distintamente para os mesmos indivíduos, dependendo da época ou circunstância.

Neste sentido, os usuários da tecnologia podem também, deliberadamente ou inadvertidamente, usa-la em maneiras não antecipadas por aqueles que as desenvolveram, pois, quando escolhem usar a tecnologia, também estão escolhendo a maneira de interagir com ela. Numerosos estudos, como relatado em Orlikowski (2000), retratam o uso de tecnologias se dando de forma diferente ao pretendido, seja por erro (má compreensão) ou intenção (sabotagem, inércia), usuários frequentemente ignoram, alteram ou contornam as propriedades tecnológicas inscritas.

O uso da tecnologia seria fortemente influenciado pela compreensão dos usuários das propriedades e das funcionalidades da tecnologia, sendo esta fortemente afetada pelas

imagens, descrições, ideologias e demonstrações apresentadas pelos intermediários, tais como os treinadores, vendedores, consultores, etc (ORLIKOWSKI *et al.*, 1995).

2.2 Uma perspectiva interativa da TI no Processo de Difusão de Padrões

A suposição teórica deste estudo que suporta a análise do fenômeno da transferência de tecnologia no meio rural é baseada nas premissas institucionalista. Devido ao seu grande poder explicativo da ação, tanto individual quanto organizacional, Dacin Goodstein, Scott (2002) ressaltam a popularidade da Teoria Institucional em meio aos teóricos organizacionais que, buscam na amplitude de seu arcabouço, complemento ou contraste com as outras abordagens. Os seus pressupostos têm abarcado diversos aspectos gerenciais auxiliando a elucidar e a focar aspectos que não haviam adquirido destaque suficiente sob outras perspectivas organizacionais. Neste ponto, adentra-se brevemente em uma explanação sobre o desenvolvimento da teoria organizacional, colocando luz sobre as variações em termos de ênfase de análise que caracterizam as abordagens no estudo das organizações.

Os fatos recentes dos séculos passados são citados para apoiar Scott (1992) quando este propõe que a sociedade mudou em seus próprios elementos estruturais na qual é composta. A estrutura da sociedade moderna, conforme este mesmo autor, já não pode ser mais descrita apropriadamente como consistindo somente das relações que acontecem em meio às pessoas naturais. É reforçado que o nosso entendimento deve ser ampliado para incluir também aquelas relações entre pessoas naturais e corporativas ou, ainda, somente as relações entre estas últimas.

Atingiu-se um ponto em que a sociedade estaria reconhecendo as organizações pelo papel fundamental que exercem e, assim, estas estariam sendo visadas de forma progressiva ao longo dos anos, alcançando tamanhos, formas, modalidades e papéis distintos, não mais podendo ser caracterizadas tão diretamente. Parsons (1960) já notava os desdobramentos que se anunciavam nesta era pela importância que se creditava às organizações, ao que se pode verificar quando afirma: “O desenvolvimento das organizações é o principal mecanismo, pelo qual, numa sociedade altamente diferenciada, se é possível conseguir a realização das metas, o seu atingimento indo além do alcance do individual” (p.34). Scott (1992) reforça que muitos são os analistas que conceberam as organizações como sendo estruturas sociais criadas pelos indivíduos para apoiar a busca colaborativa pelo atingimento das metas.

Como conseqüência do atingimento desta maturidade pela sociedade em relação à percepção das organizações, elas se difundiram estando presentes em todo lugar a todo o momento. Ponderando sobre esta ubiqüidade, Coleman (1974, p.13) coloca que: “as organizações [...] esmaecem como um “papel de fundo”, razão esta, pela qual, precisaríamos ser lembrados de seu impacto”. Scott (1992), neste sentido, enfatiza que a percepção da importância das organizações para nossas vidas se apresentaria erroneamente se estas fossem vistas somente como contextos – como arranjos influenciando as atividades de atores individuais. As organizações, como afirma o sociólogo, também devem ser vistas como atores no seu próprio direito, como pessoas corporativas.

Ao destacar uma variedade de evidências e argumentos que apóiam o fato de que as organizações são merecedoras de atenção, Scott (1992) menciona que todos estes apontamentos relacionam-se ao seu significado social: sua ubiqüidade, seu impacto no poder e no status, seus efeitos em personalidade e desempenho. Continuando, refere-se a uma racionalidade diferente para justificar o estudo das organizações, ressaltando sua significação sociológica: a contribuição que o seu estudo pode trazer para nosso entendimento do mundo social. Advoga sua crença em que o estudo das organizações pode contribuir para o conhecimento sociológico básico ao aumentar nosso entendimento de como processos sociais genéricos operam entre estruturas sociais distintas.

É fato que a organização de grandes empreendimentos formais, governamentais ou privados, na sociedade moderna, é moldada em tendências que existem em todos os grupos humanos (HOMANS, 1950 *apud* SCOTT, 1992). Scott (1992) irá enfatizar que as organizações fornecem o arranjo para uma larga variedade de processos sociais básicos, tais como socialização, comunicação, a formação de normas, o exercício de poder, o estabelecimento de metas e o seu atingimento. Portanto, se esses processos sociais genéricos operam nas organizações, afirma que podemos incrementar nosso conhecimento, seja através do estudo das organizações para nosso conhecimento dos princípios que governam seus comportamentos, seja pelo estudo de qualquer outro tipo específico de sistema social. E, se é fato que a organização de grandes empreendimentos formais, governamentais ou privados, na sociedade moderna, é moldada em tendências que existem em todos os grupos humanos, pode-se inferir que todas as organizações enfrentam uma série de problemas comuns.

Desde o século XIX, com o surgimento do capitalismo industrial, busca-se interpretar as transformações ideológicas e estruturais das organizações. A partir da metade do século XX a

análise organizacional ganhou força ao serem desenvolvidas obras clássicas sobre a mudança das bases organizacionais dentro da sociedade e sobre as consequências da industrialização para a natureza do trabalho. Com a industrialização atingindo uma intensidade maior nos Estados Unidos e Inglaterra, foram sendo criadas diferentes abordagens para o estudo das organizações.

Os trabalhos de Frederick Taylor, Henry Fayol e Chester Barnard foram precursores das análises práticas e operacionais referentes aos problemas encontrados pelos gerentes das organizações. Após a contribuição desses autores clássicos, surgiram inúmeras abordagens, teorias e modelos na análise organizacional que vieram reforçar e complementar esta perspectiva ou se contrapor a ela. Hatch (1997) ressalta o desenvolvimento de **cinco perspectivas** que levam em consideração a complexidade do ambiente em que as organizações estão inseridas, utilizando diferentes variáveis, conforme seus respectivos pressupostos e tradições metodológicas: **a dependência de recursos** trabalha no nível das interações ambientais e dos controles interorganizacionais; **a ecologia das populações** foca a população de organizações e os nichos ecológicos; **a contingência estrutural** foca os fatores ambientais que condicionam a forma organizacional; **a nova economia institucional** salienta os custos de transação e as formas de governança; e **o novo institucionalismo** indaga sobre a similaridade das organizações através das instituições. As cinco perspectivas exploradas compartilham a análise das relações organizacionais com os atores externos, compartilhando da perspectiva de sistema aberto, embora no novo institucionalismo avança-se também nas questões cognitivas e comportamentais dos atores individuais. Atualmente, como destacado por Sacomano Neto e Truzzi (2002), é grande o interesse em todas as perspectivas teóricas a respeito das relações dos atores e o seu impacto de forma abrangente.

Como esclarecido anteriormente, das perspectivas mencionadas, a escolhida como tema para o presente estudo é o novo institucionalismo. Scott (2001) expõe que os acadêmicos, no início da década de quarenta, com o reconhecimento das organizações como um campo considerável de estudo, começaram a conectar argumentos institucionais com a estrutura e o comportamento das organizações. Tais abordagens surgiram e foram construídas a partir dos trabalhos dos primeiros teóricos institucionalistas, dos quais se ressaltam Merton e seus alunos: Simon, March e principalmente Selznick que, começaram a conectar argumentos institucionais aos estudos organizacionais através de seus trabalhos.

Estes esforços inseriram a Teoria Institucional num contexto de modelo teórico que representou uma das principais transições já ocorridas, no que se refere às diretrizes para a investigação organizacional. Os novos modelos, orientados para o nível da análise ecológica, têm em comum a ênfase na importância do ambiente na determinação da estrutura, do comportamento e das chances de sobrevivência das organizações. Enfatizam também a população de organizações, ao invés da organização individual, com melhor possibilidades como unidade de análise. Da mesma forma, a concepção acentuada nas abordagens de sistema natural prioriza a questão da sobrevivência, razão prioritária da busca pela legitimidade tão enfatizada em meio aos teóricos institucionalistas (SCOTT, 1992).

A evolução da Teoria Institucional envolveu a utilização de abordagens com ênfases específicas que culminaram marcando em fases a construção deste pensamento. A argumentação que possibilita falar em novo e velho institucionalismo reporta-se aos diferentes significados no institucionalismo em meio a teoria organizacional. Para DiMaggio e Powell (1991), estas variações seriam em termos da ênfase em características micro e macro, no peso dos aspectos cognitivos e normativos e na importância atribuída para os interesses e a racionalidade dos atores. Entre as abordagens econômica e política, o institucionalismo seria tratado a partir de um enfoque mais voluntarista, em que o ator racional estaria voltado para interesses individuais. O ramo do institucionalismo com orientação mais sociológica rejeita tais posições em que se preza pelas instituições como soluções adaptativas aos problemas de busca do auto-interesse.

Na vertente sociológica DiMaggio e Powell (1991), se baseando em March e Olsen (1984), comentam que sobressai o aspecto normativo no institucionalismo em que se tem preferência por modelos, não de escolha, mas, de expectativas reconhecidamente aceitas. Assumem que os atores associam certas ações com situações específicas através de regras de oportunidade e conveniência absorvidas através de socialização, da educação, da experiência na convivência no trabalho ou, simplesmente, através do consentimento às convenções. Portanto, para os teóricos desta linha, os arranjos institucionalizados são reproduzidos porque os indivíduos geralmente não conseguem nem ao menos conceber as alternativas apropriadas fora deste arranjo institucionalizado, porque elas se apresentariam como irreais diante do repertório já estabelecido.

Destes argumentos segue um ponto crucial para esta linha de pensamento: as instituições não somente restringem as opções das pessoas, mas estabelecem também o

próprio critério pela qual elas descobrem suas preferências. O foco estaria nas maneiras as quais as instituições complicam e constituem os caminhos pelos quais as soluções são perseguidas. No entanto, esta visão não permanece quando se passa a pensar em um novo institucionalismo, o qual começou a ser delineado há mais de duas décadas (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

As divergências que possibilitam falar em velho e novo institucionalismo teriam sido sentidas paralelamente a uma transição na evolução da análise organizacional da escola de Barnard para Carnegie, escolas clássicas em teoria organizacional. Os autores, DiMaggio e Powell, (1991), destacam a fundamental importância da Carnegie School com as contribuições de March e Simon que introduziram a ciência cognitiva na teoria organizacional. Os pontos que denotam esta ruptura referem-se à passagem de uma abordagem de ação normativa para a cognitiva em que, deixa-se de pensar em comprometimento dos atores e passa-se a pensar em termos de rotina (*taken-for-granted*) e, da mesma forma, transita-se de valores para se pensar em termos de premissas, da motivação para a lógica do seguimento de regras. Adotou-se uma perspectiva muito mais determinista e conformista, o que trouxe muitas críticas e conseqüentes reformulações do novo institucionalismo.

Esta concepção serviu de fundamentação teórica para que posteriormente Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1987) desenvolvessem e aplicassem estas idéias para a análise de formas organizacionais. Esta autora fará uso dos modelos de institucionalização, afirmando que sua força estaria nas convicções cognitivas que evocam. A partir dos trabalhos de Meyer e Rowan (1977) enfatizou-se que o sistema de crenças institucionalizado constitui o elemento essencial para a elaboração de uma estrutura organizacional. São destacadas as alterações introduzidas por esta forma de pensar, dentre elas:

- a definição dos elementos institucionais do ambiente em contraste com os elementos técnicos;
- a ênfase em mecanismos diferentes que levam uma organização a buscar formas de se conformar com os padrões institucionalizados;
- a conceitualização dos mitos racionais que apontam para a multiplicidade e a diversidade de fontes institucionais e sistemas de crenças nas sociedades modernas; e
- a atenção deslocada para o papel de atores como o estado e as associações profissionais que moldam a vida organizacional pelas imposições e restrições.

Selznick (1957), na interpretação de DiMaggio e Powell, (1991), comenta que à medida que se expõem as diferenças nas considerações do aspecto cognitivo-cultural é que se delineia a real distância entre os institucionalismos velho e novo. No primeiro, as formas cognitivas salientes eram os valores, as normas e as atitudes. As organizações somente se tornavam institucionalizadas quando imbuídas de valor, valores estes que seus participantes, na medida em que os internalizavam, tornavam-se comprometidos. No novo institucionalismo, as instituições seriam compostas, não através de normas e valores, mas de scripts, regras e classificações *taken-for-granted*. Assim, não mais as organizações concretas, as quais provocam o comprometimento afetivo constituiriam as instituições; estas, neste novo contexto, estariam em um nível macro formado de abstrações (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Entretanto, apesar de ressaltar divergências, Selznick (1996) afirma que os insights trazidos por esta nova vertente do institucionalismo não seriam incompatíveis com a sociologia institucional mais antiga. Argumenta que é uma falha deixar-se de integrar o velho e o novo institucionalismo e isto seria ainda pior quando esta nova vertente passa a adotar considerações dicotômicas potencialmente nocivas. Reforça seu argumento que a teoria institucional deveria abarcar todas as diferenças em foco.

A vertente institucional denominada de Neo-institucionalismo, representa um desdobramento do novo institucionalismo e abarca uma idéia que tem sobressaído em muitos dos trabalhos atualmente. Retrata a perspectiva que concilia a diversidade dos sistemas de crenças e os associa com a visão tradicional das instituições na sociologia. Foca atenção na existência de um arranjo de lógicas institucionais, sistemas cognitivos e normativos diferenciados e especializados, para os quais se torna determinante para os analistas que conduzirão uma análise institucional, especificarem sua referência. Deste modo, reproduz a percebida premência de se estar integrando a nova teoria institucional e a antiga e, portanto, destacando uma consideração mais ampla dos conceitos e a retirada das dicotomias (SCOTT, 1987).

À medida que consideravam a importância dos sistemas de significados, Scott (1994) percebeu desenvolvimentos convergentes nas abordagens dos analistas dos elementos simbólicos, dos processos regulatórios e dos sistemas de governança. Greenwood e Hinings (1996) ressaltam que é justamente esta convergência em torno de temas múltiplos

proporcionado pela junção dos elementos do velho e do novo institucionalismo, que se rotulou Neo-institucionalismo.

A despeito das posições mono paradigmáticas atribuídas à Teoria Institucional, Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) referem-se à Teoria Neo-institucional como sendo mais bem compreendida quando vista como um esforço para superar obstáculos específicos das ciências sociais. Por conseguinte, quando abordada em uma posição intermediária no continuum entre as orientações voluntarista e determinista na ação organizacional, estaria situada de maneira mais adequada. Esta perspectiva insere-se no contexto da análise organizacional que visa conjugar tanto a racionalidade, quanto os aspectos culturais nas tomadas de decisão e ações das organizações. Nesta abordagem organizacional não há recusa da racionalidade como princípio na ação de tomadores de decisão, contudo não se admite tal racionalidade no seu sentido estrito, e sim, se explora a própria noção da construção social desta racionalidade, conjugando tanto aspectos racionais, quanto culturais. Sendo assim, estes autores elaboram sobre uma vertente específica do neo-institucionalismo.

As instituições impõem restrições definindo fronteiras morais, legais e culturais, mas também capacitam os atores e proporcionam autoridade legítima às atividades, fornecendo as diretrizes para ação, assim como as restrições (SCOTT, 2001). Com as noções de interpretação, estrutura e agência fornecidas por Giddens (1984) em sua teoria da estruturação, Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) argumentam que as instituições, ao invés de serem entendidas como focos de determinação, devem ser vistas como condições para a manifestação das estruturas sociais e da capacidade para a agência.

A agência, que se impõe como um importante aspecto na Teoria Neo-institucional, é explicada pela necessidade de referências para agir. É definida por Emirbayer e Mische (1998) como a capacidade de ação e escolha baseada nas referências que guiam segundo as três dimensões temporais: passado (hábito), presente (julgamentos para a ação) e futuro (projeções). Já a estrutura, no conceito formulado por Giddens (1984) em “A constituição da sociedade”, é argumentada como composta por regras e recursos, que atuam recursivamente na formação do sistema social, e como virtual, existente apenas como traços de memória.

Destas reflexões sumarizadas aqui, Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) destacam três questões que sobressaem para o exame das críticas mais convencionais à teoria Neo-institucional. A primeira enfatiza que invariavelmente estrutura e agência não seriam contradições, visto que uma pressupõe a outra. A segunda destaca que as estruturas sociais

seriam tanto limitadores quanto facilitadores e nunca um ou outro. Em seqüência, a última colocação refere-se ao processo institucional que, se considerada a condição recursiva, não poderá ser completamente compreendido sem testemunhar as interpretações das ações como o aspecto essencial para seu desenvolvimento.

A interpretação, para Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) seria o mecanismo operacional, de natureza cognitiva-cultural, da recursividade inerente à institucionalização. Seguindo a lógica de Weber (1972), em que uma ação somente pode ser entendida como social na medida em que os atores conectam significado a ela, a interpretação seria o elemento de reciprocidade entre estrutura e agência, haja vista que a ação pressupõe o processamento externo de estímulos.

No estudo *Unlocking the Institutionalization Process: Insights for an institutionalization Approach*, Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) expressam-se contra uma redução dicotômica que freqüentemente se vê em trabalhos descritivos. Ao se posicionarem desta forma, aproximam-se do trabalho de Giddens (1984), quando este introduz “*Elements of the Theory of Structuration*” discorrendo que: “A principal ambição na formulação da teoria da estruturação é por fim em cada um destes esforços concretos dominantes” (tradução nossa).

Continuando com os autores, estes irão se referir à perspectiva que adotam na teoria institucional como nem objetivista, voltado às escolas de pensamento Funcionalista e Estruturalista, nem subjetivista, central no pensamento adotado pela hermenêutica. Focados na intersubjetividade, reitera-se que Machado-da-Silva; Fonseca; Crubellate (2005) pretendem basear-se num conceito que expressa uma abordagem recursiva e permite uma ponte entre os dois extremos. Assim, introduzem elementos para uma reflexão que reforça o emprego desta abordagem recursiva ao invés de um ponto de vista limitado e dicotômico que compromete a própria progressão da perspectiva institucional. Logo, denotam uma propulsão a responder às críticas (TOLBERT; ZUCKER, 1999) que se sucederam à teoria institucional no que se refere a sua não-institucionalização e falta de consenso entre seus próprios seguidores.

Entre outros aspectos, portanto, a perspectiva institucionalista estaria intencionada em explicar por que as organizações surgem, tornam-se estáveis ou são transformadas, e as formas como a ação e a cultura são estruturadas nas organizações. Como sistemas abertos, estas seriam fortemente influenciadas pelo seu ambiente, no entanto, considera-se que muitas das forças mais determinantes são resultadas, não de pressões racionais para um desempenho mais eficaz, mas, de pressões sociais e culturais para se conformar às crenças

convencionalizadas (ZUCKER, 1988; DIMAGGIO; POWELL, 1991). Scott (1995) complementa que a consideração da organização a essas normas, socialmente construídas e instituídas, proporcionaria a sua permanência e legitimidade no ambiente, constituindo uma aceitação perante os atores envolvidos, permitindo melhor acesso aos recursos materiais e econômicos.

A Teoria institucional, para Scott (1992), analisa o processo em que ocorre a institucionalização do ambiente ao qual pertence a organização, sendo que este engloba todos os fenômenos externos que afetam a vida e o desenvolvimento desta. No entanto, estes fenômenos externos exercem peso diferenciado em meio às organizações, dependendo de quão fortemente estas são influenciadas por características ambientais técnicas e institucionais. Um ambiente técnico seria aquele em que um produto ou serviço é negociado no mercado e em que a organização é recompensada pelo controle eficaz desse processo. (SCOTT, 1995, p.46).

O ambiente institucional, por sua vez, representa um enriquecimento do que se compreende como ambiente técnico, acrescido ao domínio simbólico. Pressupõe-se a existência de um conjugado de normas institucionalizadas na sociedade que acarretam em que as organizações tomem decisões, adotem técnicas e inovações que são vistas como legítimas nos seus campos institucionais, sendo frequentemente, inclusive, adversas aos seus critérios de eficiência. Tais ações, como já dito, se dariam como forma de obter legitimidade perante esta mesma sociedade, permitindo, desta forma, que a organização obtenha maior facilidade de acesso aos seus recursos, aumentando suas oportunidades de sobrevivência (MEYER; ROWAN, 1991).

Em Machado-da-Silva, *et al.* (2001), a institucionalização representa um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, bem como pela incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social, os quais constituem parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais, definindo, portanto, o seu modo de agir. Tomando como referência Zucker (1977); Tolbert e Zucker (1983); Scott e Christensen (1995), tem-se que, em busca de legitimação e aceitação social, as organizações procuram conformar as suas ações e estruturas aos valores ambientais e aos conceitos considerados socialmente corretos. Deste modo, mais uma vez destacam que a construção de regras decorre dessa definição. Seria uma forma explícita de representação das

necessidades criadas em sociedade durante a interação. A obediência passaria a ser uma decorrência natural, pois a regra expressa aquilo que é socialmente desejável.

Scott (1992) analisa, a partir de Meyer e Rowan (1977), trabalho que considera uma das aplicações mais influentes das idéias institucionais à análise organizacional, que as sociedades modernas contêm muitos complexos de regras institucionalizados e padrões (produtos de grupos profissionais, do Estado e da opinião pública). Estas realidades sociais fornecem o referencial para a criação e a elaboração das organizações formais. Nas sociedades modernas, estas instituições são prováveis de tomar a forma de mitos racionalizados (MEYER; ROWAN, 1991). São denominados mitos porque são crenças largamente aceitas que não podem ser testadas objetivamente e, da mesma forma, são racionalizados porque tomam a forma de regras que especificam procedimentos necessários para realizar um dado fim.

O efeito dos mitos se exerce não pelo fato de os indivíduos acreditarem neles, mas, por que eles sabem que todos os outros acreditam e, então, para todos os efeitos práticos, os mitos são verdadeiros (SCOTT, 1992). A conformidade para com estes mitos se apresenta como uma pressão, podendo se exercer de forma coercitiva, normativa ou cognitiva, levando a que as organizações se tornem similares.

2.3 Mudança Organizacional

As mudanças organizacionais se dão em resposta não somente das contingências ambientais, mas também das mudanças institucionais. Sendo este um processo interativo tem-se que: as instituições moldam as organizações que, por sua vez, fazem emergir elementos que modificam as instituições vigentes e que, por conseguinte, são novamente fonte de pressão para que as organizações se conformem a elas e, assim, continuamente. Tomando como base o referido acima, não houve maior preocupação com o ordenamento das seções que tratam destas questões, mas sim em se destacar a complementaridade/ reciprocidade de ambas.

Hinings e Greenwood (1988) descrevem um período de recessão econômica, a partir da década de 70, em que se observou profundas mudanças às quais as corporações tentavam se adaptar, resultando em transformações de toda ordem e, no entanto, isso se demonstrava cada vez mais desafiador, visto tratar-se de um contexto em constante movimento. Continuando sua argumentação, o verificado não se trataria de um fato isolado, caso ou período atípico,

mas representaria uma norma contemporânea, qual seja, a da sobrevivência condicionada à adaptação e capacidade de mudança e, portanto, colocam que a habilidade de gerenciar a mudança denota-se de crescente importância.

Sendo assim, Greenwood e Hinings (1988) apóiam-se em Barnes (1987, p.43) quando este destaca que: “a empresa que puder adaptar, rapidamente e com sucesso a sua cultura à mudança, irá adquirir uma poderosa vantagem competitiva”. Trata-se de um contexto em que novas tecnologias são criadas e novos padrões emergem. Formas institucionais que foram fortes em determinados períodos estão deixando de o ser em outros. É em razão da complexidade das mudanças políticas, regulatórias e tecnológicas que vêm confrontando a maioria das organizações, que a mudança organizacional e a adaptação tornaram-se questão chave de pesquisa na década de 90.

Greenwood e Hinings (1996) pressupõem que a preocupação com a mudança organizacional adquiriu maiores proporções a partir das freqüentes críticas efetuadas por pesquisadores às considerações a respeito da elaboração dos atributos estruturais feitas pelos adeptos da Teoria Contingencial. Por estas razões, Machado-da-Silva e Fonseca (1993) enfatizam que se iniciou a busca de modelos alternativos para a explicação das alterações organizacionais em oposição à ênfase na estabilidade da estrutura e dos processos organizacionais. Assim descrevem que:

Dentre estes, encontram-se aqueles baseados na concepção de que as organizações modificam-se segundo um padrão previsível, seqüencial, ao longo de uma progressão hierárquica dificilmente revertida, caracterizando estágios de ciclo de vida, desenvolvimento ou crescimento organizacional. Fundamentando-se, predominantemente, na metáfora biológica, grande parte dos estudos sobre ciclo de vida ocupa-se das mudanças estruturais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1993, p.153).

Os teóricos institucionalistas, como comenta Scott (1992), enfatizam a extensão a qual o mundo é um produto de nossas idéias e concepções, de significados socialmente criados e validados que definem a realidade. Neste sentido, enfatizam que: associado ao estabelecimento do mundo moderno não está somente um arranjo de tecnologias de produção e estruturas administrativas para a coordenação de atividades complexas, mas também, o surgimento de certas crenças e cognições que fornecem as diretrizes sobre a natureza do mundo e a maneira na qual as coisas acontecem (ELLUL, 1964, *apud* SCOTT, 1992, p.163). Tais crenças são amplamente asseguradas pelas pessoas na sociedade moderna e estão continuamente sendo criadas e reforçadas por uma larga variedade de atores e forças

corporativas: universidades, grupos profissionais, opinião pública, mídia de massa, o Estado, a lei, etc. Portanto, elas não existem meramente como valores gerais que suportam e apóiam as organizações, mas assumem formas bem específicas e poderosas.

Os sistemas de crenças e os estoques de conhecimento, juntamente com os sistemas avaliativos de valor constituem os esquemas interpretativos que possibilitam-nos constituir e compreender o mundo organizacional como significativo, sustentando um sentido de estrutura social pelo curso das mudanças dos arranjos sociais. Cooper, *et al.* (1996) destacaram em seu estudo a visão da mudança organizacional através da passagem de um arquétipo² para outro, sendo que este enfatiza a importância de uma orientação comum ou de um esquema interpretativo fundamental que ofereça coerência para a configuração. Logo, a mudança de arquétipo requer mudanças na interpretação e no significado, que por sua vez, respondem pela reprodução e a mudança de estruturas, processos e práticas organizacionais.

Diante de uma realidade dinâmica e a despeito da imprescindibilidade da compreensão do gerenciamento da mudança, a atual magnitude das transformações requeridas, associada à tendência dos gerentes subestimarem tal magnitude, geralmente resulta-se em que àquelas mudanças sejam mal administradas. Hinings e Greenwood (1988) relacionam também esta má administração à falta de referenciais sistemáticas disponíveis aos administradores para o entendimento e a análise das situações de transformação organizacional fundamental, em contraste com as mudanças incrementais.

Os autores Hinings e Greenwood (1988) fazem uma distinção entre os dois tipos de mudança organizacional: fundamental e incremental. No primeiro tipo mencionado, haveria transformações estruturais ou sistêmicas que implicam em movimento de um arquétipo para outro, sendo mais bem visualizado em termos de uma reorientação. O outro tipo, que seria o mais comum, refere-se ao ajustamento de estruturas e processos para alcançar maior coerência dentro de um mesmo arquétipo. A partir do exposto, torna-se essencial aprofundar o conhecimento sobre os esquemas interpretativos, formado pelas crenças e valores,

² [Do gr. *archétypon*, "modelo", "padrão".] Termo proposto em 1919 por Carl G. Jung, psicólogo e psicanalista suíço (1875-1961), para designar o conjunto de imagens psíquicas do inconsciente coletivo: "São sistemas de prontidão para a ação e, ao mesmo tempo, imagens e emoções" (*Mind and Earth*, The Collected Works, vol.10, 2ªed., 1968).

componente básico de suporte aos padrões organizacionais, de modo que se forneçam subsídios para a apreensão dos aspectos concernentes ao gerenciamento da mudança.

A possibilidade de lidar com a mudança está originada em Ranson; Hinings; Greenwood (1980) em que se tratou das questões para explicar como estruturas organizacionais mudam ao longo do tempo, formulou-se um referencial teórico unificado e desenvolveram-se proposições analíticas sobre a mudança estrutural. Estes autores propõem a estrutura como mutuamente constituída e constitutiva da ação, enquanto produto da interpenetração de um referencial prescrito de regras, processos e padrões e das interações emergentes. Deste modo, a estrutura é resultado das contínuas interpretações na rotina da organização onde há espaço para a agência, interesse, racionalidade, mudança e outros elementos que são representativos de autonomia.

A argumentação apresentada é a de que a estruturação de estruturas organizacionais é mais bem compreendida pela formulação de um referencial conceitual que exiba os inter-relacionamentos teóricos entre províncias de significado, dependências de poder e as restrições contextuais. A análise dos elementos juntos permite uma conceitualização teórica compreensiva das bases da geração estrutural. Três categorias conceituais abstratas e interdependentes, conforme Ranson; Hinings; Greenwood (1980, p.4), são essenciais para um modelo teórico que busca articular a maneira pela qual o processo de estruturação define e permeia estruturas organizacionais.

- i. membros organizacionais criam províncias de significado, as quais incorporam os esquemas interpretativos, intermitentemente articulado como valores e interesses, que formam as bases de sua orientação e de suas estratégias deliberadas em meio as organizações.
- ii. sendo que esquemas interpretativos podem ser a base de conflitos, como também de consenso, é freqüentemente apropriado considerar uma organização como composta de esquemas interpretativos alternativos, preferências valorativas e interesses seccionais, os quais, a resolução é determinada pelas dependências de poder e dominação.
- iii. tal estruturação constitutiva por membros organizacionais, por sua vez, terá que sempre acomodar restrições contextuais inerentes as características da organização e do ambiente, com os membros organizacionais respondendo e se comprometendo diferentemente para as condições contextuais de acordo com as oportunidades fornecidas pela infra-estrutura e o tempo

A estruturação é um processo de geração e recriação de significados, o qual os membros organizacionais desejam assegurar suas províncias de significado em meio à estrutura e ao trabalho da organização (SCHUTZ, 1967 *apud* RANSON; HININGS; GREENWOOD, 1980). Tais províncias, como argumentado por Ranson; Hinings; Greenwood (1980), abarcam duas formas intersubjetivas: de um lado esquemas interpretativos que nos possibilitam constituir e compreender as realidades organizacionais como significativas; de outro, a articulação intermitente dos elementos dos esquemas interpretativos, como os valores e os interesses deliberados, que sustentam a implementação estratégica ou a justificativa para os referenciais estruturais.

A inter-relação das relações de poder e das províncias de significado é destacada neste trabalho dos autores, como a maior conseqüência para a estruturação organizacional. Os detentores de poder constituem e institucionalizam suas províncias de significado na própria estruturação das interações organizacionais, para que suas suposições e interpretações tornam-se a referência interpretativa generalizada, o mapa cognitivo dos membros organizacionais. Portanto, através da legitimação do poder pelos recursos, os detentores de poder influenciam o esquema interpretativo prevalecente de modo que seus interesses possam ser favorecidos.

Os esquemas interpretativos referem-se aos esquemas cognitivos indispensáveis que mapeiam nossa experiência do mundo. Através de Gouldner (1971), tem-se que os esquemas interpretativos revelam as bases de orientação profundamente arraigadas, as quais, operam nos encontros como suposições compartilhadas sobre a maneira de abordar e proceder nas situações nas organizações. Tais esquemas incorporam sentimentos avaliativos sobre o valor relativo atribuído às coisas, estoques de conhecimentos e sistemas de crenças.

Desta forma, através de sua criação intersubjetiva, os esquemas interpretativos possibilitam gerar continuidade de compreensão nas circunstâncias interativas de contínua mudança, propiciando o ator a gerar respostas apropriadas para mudanças localizadas das disposições. Assim, durante o curso da interação, a estrutura do esquema dita o reconhecimento e a interpretação pelos membros, possibilitando a negociação de situações estranhas e inesperadas, para assim, continuamente criar e recriar o sentido e o significado de formas estruturais. Papéis prescritos, regras e relações de autoridade são recorridos para localizar e validar a ação emergente em meio ao contexto amplo de significados (RANSON; HININGS; GREENWOOD, 1980).

Enquanto as categorias analíticas do poder e do significado são centrais para qualquer compreensão adequada da estrutura e da operação organizacional, Ranson; Hinings; Greenwood (1980) enfatizam que há que se considerar o risco de se superestimar a construção social da realidade organizacional. Apresenta-se necessário acrescentar a essa consideração a noção de que os atores e grupos estão sempre localizados e limitados pelo ambiente e por restrições organizacionais os quais fornecem o lócus de problemas e obstáculos, em meio aos quais, a vida social perpassa.

As restrições são conceituadas como as circunstâncias situacionais, para as quais, alguma forma de reação organizacional é requerida, sendo estas categorizadas em dois tipos: As características organizacionais e as ambientais. No primeiro tipo trata-se de características próprias da organização como: a escala de produção, o modo técnico da produção e os recursos da organização. Com relação às características do ambiente organizacional, foca-se naquelas, as quais têm forte impacto sobre a formulação da estrutura organizacional, quais sejam características da infra-estrutura socioeconômica, em que a organização apresenta-se inerentemente envolvida, e o ambiente institucional, que, prescreve e condiciona seu desenvolvimento e as suas estruturas emergentes e, portanto, que a organização deve lidar (RANSON; HININGS; GREENWOOD, 1980).

Sendo assim, são apresentadas as preposições realizadas por Ranson; Hinings; Greenwood (1980, p.13), que enfatizam mais exatamente os mecanismos que permeiam as mudanças, permitindo a análise da relativa extensão a qual os membros organizacionais podem construir e mudar estruturas em face das restrições organizacionais e ambientais.

- irá haver uma mudança na estruturação se membros organizacionais revisarem as províncias de significado, os esquemas interpretativos os quais escoram suas estruturações constitutivas de organizações. Neste sentido, pode-se esperar que as formas estruturais se alterem para assegurar a conveniência simbólica (appropriateness).
- mudança estrutural pode resultar de inconsistências e contradições entre valores deliberados e interesses que baseiam a implementação estratégica e a justificativa das características estruturais. Contradições entre tais estratégias deliberadas irão criar dilemas e crises para os tomadores de decisão organizacional, sugerindo a mudança estrutural, sendo ela de modo a criar maior consistência ou levando a um desacoplamento de princípios e componentes estruturais.
- a possibilidade de “revolução” organizacional está condicionada a mudanças significantes na disponibilidade de recursos e nas outras fontes chaves da incerteza organizacional. Estas minam as bases de coalizões dominantes e permitem a criação

de novas dependências de poder. Mudanças nas relações de poder e de dominação podem ocasionar revisões radicais no esquema interpretativo que subseqüentemente molda a produção e a recriação de estruturas organizacionais.

A análise de que a estruturação ativa de organizações tem sempre de cooptar com os obstáculos impostos pelas restrições organizacionais e ambientais, implica em mais duas proposições:

- Uma mudança de importância nas exigências situacionais como no tamanho, na tecnologia e no ambiente irá intimar os membros organizacionais a adaptarem seus arranjos estruturais.
- Imperativos contraditórios de restrições situacionais irão ocasionar arranjos estruturais.

Defende-se que mudanças implicadas pelas restrições contextuais ou pelas contradições estabelecem somente as condições e a potencialidade para a mudança estrutural, a qual somente se realiza, e se explica, se tomarmos como base as relações sociais de significado e de poder, que acomodam e que mediam tais restrições ao longo do tempo (RANSON; HININGS; GREENWOOD, 1980). Já em outro estudo, Greenwood e Hinings (1996) propõem-se a debater a pergunta de DiMaggio e Powell (1991, p.29): “Se as instituições exercem poderosa influência sobre as maneiras nas quais as pessoas podem formular seus desejos e trabalharem para atingi-los, logo, como a mudança institucional pode ocorrer?”.

Através das premissas do neo-institucionalismo, fazendo uma ponte entre o velho e o novo institucionalismo, objetiva-se explicar as respostas e interpretações das organizações individuais às pressões no campo institucional como uma função das dinâmicas organizacionais internas – interesses, valores, dependências de poder e capacidade para a ação. Ressaltam que a imersão normativa de organizações em meio aos contextos que se inserem e o papel das dinâmicas políticas no comportamento intra-organizacional, na aceitação ou rejeição das práticas institucionalizadas, é crítico. Sendo assim, ênfase é dada no sentido de se desenvolver a contribuição da Teoria Institucional na compreensão da mudança organizacional radical (mudança de um arquétipo para outro), especificamente focando-se na interação das forças contextuais e das dinâmicas intra-organizacionais (GREENWOOD; HININGS, 1996).

Ressaltando-se as premissas da corrente interpretativa, da qual representa, Bartunek (1984) defende que os requerimentos institucionais, além das circunstâncias situacionais em voga, provavelmente precipitem o processo de mudança no arranjo estrutural das organizações, todavia, o modo como estas pressões são percebidas pelos agentes é o fator condicionante do tipo de mudança. Sendo assim, destaca-se a premência de se estar considerando as diferentes perspectivas, os impulsionadores e as implicações no que concerne a mudança.

Dois aspectos da mudança são importantes para a conceitualização apresentada por Greenwood e Hinings (1996) e, portanto, destacados. O primeiro refere-se a distinção entre mudança convergente e mudança radical. No primeiro caso, a mudança seria simplesmente uma adequação da orientação existente, sendo mais normal a sua ocorrência e, no segundo, o qual aprofundam para seu estudo, envolve a ruptura da orientação prevalecente, sendo mais problemática devido a imersão normativa da organização em seu contexto institucional. Outro aspecto pertinente trata da distinção entre a mudança evolucionária e a mudança revolucionária, que se daria pela definição em escala e ritmo da transformação e/ou ajustamento. A evolucionária ocorre lenta e gradualmente, enquanto a outra, sorrateira, afetando simultaneamente todas as partes da organização.

No intuito de sumarizar o referencial que apresentam para a compreensão da mudança organizacional, apontam para um modelo, representado na figura 1, que integra as dinâmicas endógenas, às dinâmicas exógenas, ou seja, o contexto do mercado e o contexto institucional. Ressaltam que seria errado neste modelo, no que constitui a apreensão dos autores, compreender o diagrama pressupondo uma linearidade. E, com o intuito de erradicar esta possibilidade, enfatizam que a mudança organizacional representa o resultado das interações entre as partes no modelo, enquanto é, também, estímulo para novas mudanças, tornando-se *input* para o contexto do mercado e o institucional. Assim, a mudança interferiria no contexto levando à novas mudanças.

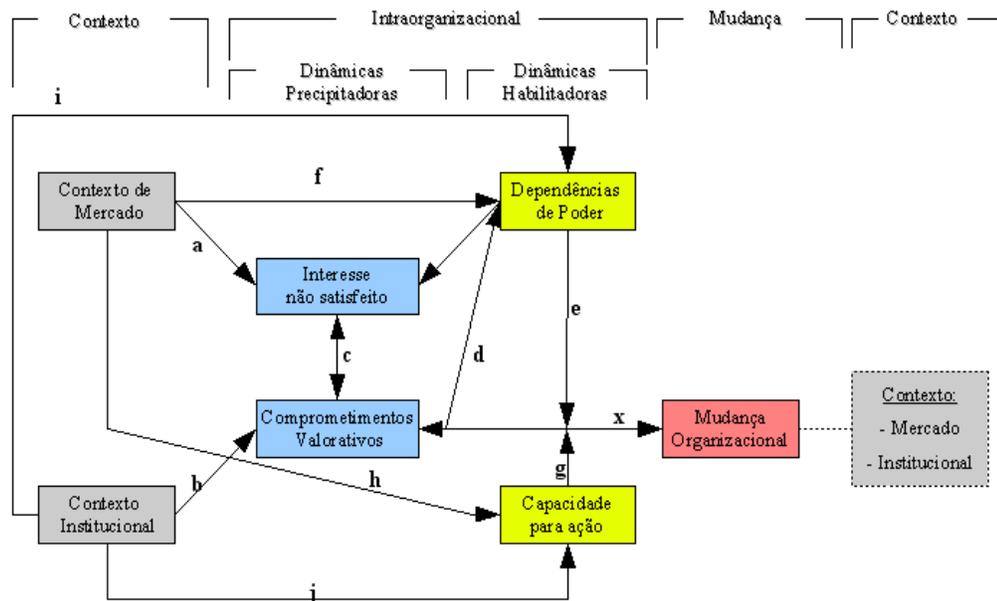


Figura 1: Modelo para compreensão da mudança organizacional

Fonte: GREENWOOD; HININGS (1996).

Grupos diferenciados em meio à organização não são neutros ou indiferentes em relação aos outros grupos, denotam interesses e comprometimentos valorativos diferentes que irão favorecer a predominância do padrão organizacional que melhor servir aos seus interesses, de onde surgem os conflitos. A diferenciação organizacional tem como resultado, a tradução dos interesses dos grupos em alocações favoráveis dos recursos organizacionais escassos e valorosos. Portanto, apresenta-se como uma pressão potencial para a mudança e/ou a inércia, a extensão a qual os grupos estão insatisfeitos com a acomodação de seus interesses na organização. Quando o grupo em desvantagem identifica que a causa desta pode ser atribuída ao arquétipo predominante (o qual molda a distribuição de privilégios), pode-se reconhecer e vislumbrar a possibilidade de um arquétipo alternativo, ficando, assim, semeada a semente da mudança radical.

Portanto, o padrão dos comprometimentos valorativos, como proposto por Greenwood e Hinings (1996), exerce nesta interação papel essencial na determinação da mudança radical, variando em quatro níveis (p.1035):

- i. comprometimento com o Status quo: em que todos os grupos estão comprometidos com o arquétipo institucionalizado predominante.
- ii. comprometimento indiferente: os grupos não são nem comprometidos e nem em contraposição com o arquétipo existente.
- iii. comprometimento competitivo: alguns grupos apóiam o arquétipo corrente, enquanto outros preferem uma alternativa articulada, sendo esta originada no contexto institucional.
- iv. comprometimento reformativo: em que todos os grupos são opostos ao arquétipo predominante e preferem uma alternativa articulada.

Os padrões de comprometimento valorativos distintos irão se destacar nas organizações dependendo da sua localização dentro o setor institucional (**linha b** na Figura 1) e da sua taxa de sucesso no mercado, indiretamente (**linha a** na Figura 1). Quanto mais imersa uma organização estiver em seu contexto institucional, mais comprometida estará com as práticas prevalentes, e menos susceptível a opor-se ao *status quo* existente. Com relação ao mercado, o estabelecimento e desenvolvimento de uma organização simultaneamente ao declínio de outra, como exemplificado pelos autores em Greenwood *et. al.* (1993) em seu trabalho sobre firmas de contabilidade, pode ocasionar no aparecimento na organização de novos arranjos de expectativas e, portanto, de novos comprometimentos para com as “maneiras de se fazer as coisas”.

Há situações em que os mecanismos de reforço institucional estão ausentes e em que os estímulos que fornecem as diretrizes para a ação são inconsistentes, tendo-se, portanto, o desenvolvimento de arquétipos alternativos que podem ser promovidos pelos grupos insatisfeitos (**linha c** da Figura 1). Por conseguinte, os contextos, institucional e de mercado, interagem com os interesses e comprometimentos valorativos, as denominadas **dinâmicas precipitadoras**, para criarem pressões para a mudança. A direção da mudança é em função do padrão de comprometimento valorativo (GREENWOOD; HININGS, 1996).

O atributo essencial dos valores, como defendido por Greenwood e Hinings (1996), está relacionado à sua capacidade de tornar-se *taken-for-granted* e servir para calar ou acentuar as expressões de insatisfação, podendo fazer com que grupos insatisfeitos não reconheçam o arquétipo corrente como a causa de sua desvantagem. A **linha c** na Figura 1 trata deste elo entre os valores e os interesses que são denotados como os precipitadores da pressão por mudança, sendo que se exerce uma relação de dependência entre os dois, de modo a encadear em uma mudança radical. Os interesses somente adquirem capacidade de motivar uma

mudança radical, na medida em que estiverem ligados com os comprometimentos valorativos, associados com os padrões competitivo ou reformativo, tal assertiva representada na **linha x** da Figura 1. Os autores colocam as situações hipótese para a probabilidade de ocorrer o comprometimento valorativo de padrões competitivo e reformativo:

- i. em organizações periféricas ao invés de organizações de coro;
- ii. em organizações com um complexo portfólio de produtos/ serviços; e
- iii. em contextos institucionais que são frouxamente estruturados.

Em suma, as pressões para a mudança derivam dos interesses insatisfeitos e dos padrões de comprometimento valorativo, sendo a intensidade dessas pressões, resultado de suas ligações com o mercado e o contexto institucional. No entanto, em casos em que o grupo de insatisfeitos consegue identificar o arquétipo existente como causa da desvantagem e, conseguem, da mesma forma, reconhecer a possibilidade de um arquétipo diferente, esta pressão interna para a mudança somente se constitui em mudança radical se respaldada pelas dependências de poder e pela capacidade de ação, referentes às **dinâmicas habilitadoras** da mudança radical - **linha e** e **linha g** da Figura 1, respectivamente (GREENWOOD; HININGS, 1996).

Um modelo político de mudança organizacional, como ressaltado, que destaca grupos com diferentes crenças e interesses, deve incorporar poder. Os grupos definidos organizacionalmente variam na sua habilidade para influenciar a mudança organizacional porque têm poder diferenciado. Há um relacionamento recíproco entre as dependências de poder e os comprometimentos valorativos (**linha d** da Figura 1). O modelo de arquétipo prevalente numa organização atribui poder para alguns grupos e, à extensão a que este grupo reconhece esta ligação, lhe trará vantagem para promover as normas daquele arquétipo. Numa situação de padrões de comprometimento valorativo competitivo, a mudança radical seria determinada pelo favorecimento da mudança proposta pelos que estão em posição de privilégio e poder. Portanto, pode-se inferir que a mudança organizacional radical pode ser tanto possibilitada quanto suprimida pelas dependências de poder (GREENWOOD; HININGS, 1996).

Tem-se que é o arquétipo que atribui poder para os grupos em meio a organização, no entanto, o contexto do mercado pode alterar o equilíbrio das configurações de poder e

reconfigurar as relações na organização (**linha f** da Figura 1). O contexto institucional, da mesma forma, age na configuração do poder e do status dos grupos em meio à organização (**linha i** da Figura 1), contudo, sendo que esta ação, não é necessariamente de maneira a acompanhar as exigências do mercado. Logo, outro aspecto que denota relevância no estudo de Greenwood e Hinings (1996), seria o preditor de mudança radical em que, as alterações das dependências de poder somente iriam determinar esta, se a coalizão dominante reconhecesse a fraqueza dos arranjos do arquétipo predominante e propusesse alternativas potenciais, sendo que estas, geralmente irão refletir os interesses da sua posição na organização.

A segunda dinâmica facilitadora seria a habilidade de gerenciar o processo de transição de um arquétipo para outro, refere-se à capacidade para a ação. O conceito envolve tanto a presença de habilidades e recursos carismáticos, instrumentais e institucionais na organização, quanto a sua mobilização. Por si só, a capacidade de ação não seria capaz de ocasionar a mudança, ter-se-ia de haver uma motivação através das dinâmicas precipitadoras. Neste sentido, tem-se como preditor que a mudança radical não ocorrerá sem uma capacidade suficientemente habilitadora para a ação, combinada com padrões de comprometimento valorativos, reformativos ou competitivos (GREENWOOD; HININGS, 1996).

Argumenta-se que o contexto do mercado influencia no nível da capacidade para a ação na organização (**linha h** da Figura 1), aumentando a possibilidade de mudança radical. Os autores ilustram tal pressuposição quando se referindo ao recrutamento ostensivo nas empresas de contabilidade, de especialistas gerenciais em marketing e recursos humanos, respondendo a uma pressão do mercado. De modo a introduzir novas práticas gerenciais, estes profissionais geralmente traziam à organização a experiência da administração e da organização em maneiras fundamentalmente diferentes. Relatam também o caso analisado em Greenwood, *et. al.* (1994), das fusões que, como consequência da pressão exercida pelo mercado, trouxeram às firmas de contabilidade uma experiência significativa no gerenciamento da mudança. Sendo, portanto, o contexto do mercado uma influência no desempenho da organização.

Da mesma forma, a capacidade de ação é susceptível ao contexto institucional podendo ser moldada ou contraída (**linha j** da Figura 1). Firms em profundo acoplamento com as normas institucionais podem ser limitadas por este contexto no desenvolvimento de sua capacidade de ação. Ilustrativo neste caso são as situações em que atores, inseridos em um contexto institucional que largamente aprovam determinadas práticas, procedimentos e

padrões, dificilmente conseguem vislumbrar alternativas a essas, por que a simples proposição de tais padrões que se situam fora das disposições concebidas por este contexto institucional, apresenta-se como inconcebível. Contudo, organizações periféricas ao contexto institucional são mais prováveis de desenvolver tais competências porque, como retificam Greenwood e Hinings (1996), elas são menos imbuídas socialmente pelo contexto.

Portanto, como demonstrado em Hinings e Greenwood (1988), o contexto Institucional serviria também para articular a necessidade para novas competências e promover o desenvolvimento das capacidades de ação. Ao proporem o modelo para o entendimento da mudança, eles argumentam, no entanto, que este se daria, sobretudo, com a compreensão das variações em respostas às mesmas pressões, o que somente poderia ser feito analisando as características das organizações que respondem com adoção e difusão, ao invés de resistência e inércia.

Romanelli e Tushman (1994), neste sentido, propõem um estudo sobre os estímulos da mudança organizacional, fazendo um paralelo com o modelo de equilíbrio pontuado que, na sua essência, visa prover explicações de como as organizações tipicamente realizam transformações fundamentais. De maneira a permitir o nivelamento das explicações alternativas para os padrões de transformação que fossem observados, selecionou-se como objeto de pesquisa 25 produtores de minicomputadores fundadas nos Estados Unidos, procurando maximizar as similaridades nas dimensões de idade organizacional e das características ambientais enfrentadas, tanto durante a fundação, quanto posteriormente em seus ciclos de vida.

Os proponentes teóricos que defendem esta vertente de pensamento descrevem as organizações como se desenvolvendo, perfazendo seus padrões básicos de atividade através de períodos relativamente longos de estabilidade, que são pontuados por estouros relativamente curtos de períodos revolucionários de mudança fundamental. Os resultados da pesquisa realizada por Romanelli e Tushman (1994) dão suporte ao modelo, apesar de incitarem a realização de novas pesquisas que reforcem as conclusões. Relatam que a análise dos dados apóia a hipótese referente à habilidade das pressões extra-sistêmicas de iniciarem transformações fundamentais. Demonstrou-se que estas se mostram significativamente influenciadas por mudanças de maior porte nas condições ambientais e pela sucessão do chefe executivo.

Machado-da-Silva *et al.* (1999) em seu estudo apresentam um modelo relacionando a influência de fatores de natureza cognitiva e de natureza institucional, contrastando-no com suas investigações empíricas em quatro empresas brasileiras, donde foi possível confirmar, preliminarmente, sua validade analítica. As investigações foram conduzidas no período compreendido entre os anos de 1992 e 1997, em que se percebeu importantes transformações contextuais para os diversos setores no país.

No trabalho de Wilson (1992) são apresentadas diferentes maneiras para a compreensão das condições contextuais externas na sua influência para as organizações. As noções do ambiente para este autor podem ser expressas, desde a fatos meramente objetivos a uma conotação puramente intangível. No entanto, a noção que se adota como referência nos estudos de Machado-da-Silva *et al.* (1999) situa-se num ponto intermediário desse contínuo, onde se enfatiza a compreensão do ambiente segundo pressupostos que o denotam em termos de fenômenos objetivos que, a partir das diferentes interpretações pelos membros organizacionais, resultaria em um significado organizacional subjetivamente estabelecido. Portanto, enfatizando-se a necessidade da consideração dos esquemas interpretativos nesta relação, utiliza-se do conceito de Ranson; Hinings; Greenwood (1980) em que são descritos como: “Conjunto de idéias, valores e crenças que dão ordem e coerência às estruturas e sistemas em uma organização” (p. 05).

A pressuposição da existência de um conjunto de crenças e valores comuns que permeia as visões e as interpretações individuais possibilita que se pense em um sistema cognitivo compartilhado que denota a cognição do grupo ou da organização. Este sistema compartilhado favorece a aceitação de uma orientação na adoção de determinadas ações na organização, dentre um leque de alternativas que se apresentam. Favorece, assim, à legitimação da estruturação da estrutura, razão em que, não se poderia falar em mudança organizacional sem se perpassar pela análise da capacidade de indivíduos e de grupos expressarem e imporem seus valores e crenças, à medida que a organização estabelece seus objetivos. O presente estudo concebe que a mudança organizacional, como em Machado-da-Silva *et al.* (1999), se processa à medida que novos valores e regras se incorporam ao contexto institucional de referência.

Faz-se uma explanação em Machado-da-Silva *et al.* (1999) da relação do tipo de esquema interpretativo prevalecente e o nível de influência dos indivíduos e dos grupos que atuam nas organizações. Ressalta-se que, diversos grupos visam fazer com que seus valores e

crenças se tornem referência para a ação de outros agentes organizacionais. À medida que determinado grupo consegue disseminar suas províncias de significado e, à medida que suas propostas cognitivas implementadas obtêm resultados positivos, aumentam-se as chances de institucionalização destas que, por seguinte, convertem-se no padrão dominante de interpretação e de orientação da conduta dos atores na organização. A configuração do poder tem, portanto, sua importância destacada, implicando na tendência de determinadas perspectivas serem adotadas na interpretação do contexto ambiental.

A idéia extraída do conceito de estrutura deve ser uma em que a estrutura formal determina os padrões normativos de atividade através da prescrição da disposição de papéis e níveis hierárquicos, de regras e procedimentos. Deve-se considerar, no entanto, que na rotina diária constantemente suscitam situações imprevistas que requerem novas interpretações das regras e ações, de modo a adaptá-las a uma nova conjuntura, resultando assim, em padrões emergentes de interação. Tem-se, portanto, que estes últimos devem ser incorporados à noção de estrutura (MACHADO-DA-SILVA *et al.*, 1999).

Este contraste entre as interações e o referencial é colocado em Ranson *et al.* (1980) como infrutífero devido a sua implícita e inadequada oposição de restrição à agência. O problema, todavia, poderia ser superado, segundo este, com a consideração da estrutura como um complexo meio de controle na qual é continuamente produzido e recreado em interação e que, da mesma forma, molda essa interação, o que vai de encontro aos pressupostos defendidos anteriormente. Ocorre como em um processo recursivo em que estruturas são constituídas e, da mesma forma, são constitutivas.

Cooper *et al.* (1996) enfatizam, nesse sentido, que o significado das estruturas organizacionais é socialmente construído e sujeito à mudança. Entretanto, a tendência à inércia, como descrita em Machado-da-Silva *et al.* (1999), revela-se muito forte e, diante de tal, justifica-se a ocorrência mais freqüente de, apenas, ajustamentos na estrutura - em contraste com uma reorientação - até que, pelo menos, os custos de não reestruturar se transformem em suficientemente altos para que justifiquem uma mudança estrutural ampla.

No estudo de Fonseca (1992) “Estrutura de decisão: um estudo de caso em uma organização catarinense” a autora observa a substituição de procedimentos tradicionais, acompanhados de seus correspondentes padrões de significados, por processos modernos imbuídos dos valores de eficiência e racionalidade. Reitera-se que este processo tenha sido em decorrência dos primeiros terem deixado de surtir resultados para com os problemas

organizacionais e, ao longo do tempo, perdido o suporte ambiental. Com a entrada de novos agentes com posições de destaque no comando hierárquico, a autora esclarece que foi possível a disseminação de um esquema interpretativo alternativo que coadunasse com seus interesses e o surgimento de novos valores na organização, o que, pressupõe a transformação gradual dos padrões de interpretação e ação vigentes.

Machado-da-Silva e Fonseca (1993), com base no relato mencionado, reforçam os argumentos em favor da defesa da mudança incremental e seus efeitos, em longo prazo, em termos de alterações definitivas na organização. A mudança seria em decorrência da combinação entre períodos de progressivas modificações incrementais e de impactos ambientais sobre a forma organizacional, e não necessariamente de mudanças do tipo radical e descontínua. Para os autores, os padrões de significado são progressivamente alterados sendo que, seu efeito acumulativo resulta na reorientação das características estruturais da organização.

Romanelli e Tushman (1994), em direção contrária ao exposto, propõem que as organizações estabelecem um padrão inicial de atividade baseado nas condições ambientais prevalecentes e nas decisões gerenciais tomadas durante o período de fundação. Portanto, como resultado da inércia e da institucionalização, as organizações desenvolvem sistemas coerentes de acordos compartilhados que apóiam a continuação dos padrões estabelecidos, sendo necessário uma mudança radical e descontínua de todos, ou da maioria das atividades organizacionais, para quebrar com a forte resistência da inércia. A própria resistência à mudança desempenha a condição chave para a transformação revolucionária, visto que, previne as pequenas mudanças nas subunidades organizacionais de influenciarem substancialmente as atividades nas subunidades relacionadas.

As pressões que podem ocasionar a mudança estão associadas com o desempenho insatisfatório e a proposição de arranjos alternativos. Bartunek (1984) enfatiza as pressões ambientais, afirmando que podem afetar os esquemas interpretativos correntes, levando-os a perda de apoio ambiental e, conseqüentemente, ao questionamento de sua legitimidade. Tal situação favorece à ascensão de grupos de interesse distintos que correspondem às novas circunstâncias ambientais e trazem consigo novos esquemas interpretativos. A mudança acontece à medida que os membros recorrem a estes em suas ações e tomadas de decisão em substituição ao esquema interpretativo antigo.

2.4 Mudança Institucional

Para Wrong (1980, p.9), a razão da teoria social estaria infundida em três questões básicas, para as quais, a sociologia seria um esforço, sob novas condições e sem precedentes históricos, para achar respostas a estas.

- Como é capaz o homem de unir-se para formar sociedades duradouras?
- Por que, e em que nível é a mudança inerente às sociedades humanas?
- Quais as fontes da mudança?

Segundo este autor, tendo em vista a sua qualidade renovada, mantendo-se eternamente problemáticas, estas questões não se prestariam à busca por respostas sucessivamente mais precisas, resultado de pesquisas empíricas acumulativas. Estas questões, para Wrong (1980), proporcionam o caráter de um interminável diálogo na Teoria Social.

Em sua contribuição para este diálogo, Wrong (1980) propõe-se a responder a questão Hobbesiana, direcionando seus esforços em desvelar a visão de homem sobressocializado, o que implica em pensarmos em um homem produto da sociedade, determinado por esta. Sendo assim, concentra-se em um aspecto que sobressai das questões: as fontes de coesão e de ordem social.

Ao fazer uma revisão sobre o que já foi elaborado a esse respeito pela sociologia moderna, Wrong (1980) discute que esta, imbuída pela concepção da ação consistente aos padrões institucionalizados, considera a conduta humana como totalmente moldada pelos interesses comuns expressos na forma de normas ou padrões institucionalizados. A ordem se daria à medida que a sociedade internaliza e se conforma aos interesses sociais sendo, para isto, necessária a socialização para a transmissão da cultura particular à sociedade a que o indivíduo é introduzido.

No entanto, para o autor a socialização é necessária, porém não se apresenta como um requisito suficiente para a reprodução dos padrões sociais na forma de comportamentos. Esta é decorrência natural da internalização e da conformidade às normas sociais em favor do desejo de aceitação e aprovação dos indivíduos (WRONG, 1980). A ocorrência da mudança seria considerada como uma falha no processo de internalização pelos indivíduos, donde se percebe uma inclinação contrária à evolução.

Apesar da Teoria Institucional, a qual se foca no estudo, inserir-se na vertente sociológica e estar em consonância com os pontos apresentados acima, consistentes com as críticas de se privilegiar a ordem, há que se considerar uma passagem para uma nova orientação em que a mudança vem ganhando espaço, reforçando o papel da agência. Esta inclinação não conota uma pressuposição a que se atribui racionalidade ilimitada ao ator social, mas o sentido seria o de uma racionalidade dependente do contexto social, uma racionalidade socialmente imersa em que o ator é livre, porém não autônomo. O ator constrói a realidade segundo uma orientação cognitiva, dos valores coletivos (MACHADO-DASILVA, FONSECA, CRUBELLATE, 2005).

Dacin, Goodstein, Scott (2002) irão se referir a esta crítica, que mais freqüentemente tem sido direcionada à Teoria Institucional devido à sua ampla utilização na explicação da persistência e da homogeneidade de fenômenos, argumentando que este foco, entretanto, não reduz ou opaca todo o seu brilho e potencial. Defendem que, apesar das instituições exercerem impetuosamente o direcionamento da mudança e moldarem a natureza desta através de níveis e contextos, estas instituições também mudam em caráter e em potência. As instituições mudam ao longo do tempo, não são uniformemente aceitas/ reconhecidas (*taken-for-granted*), têm efeitos pluralísticos e são desafiadas, como também, fortemente contestadas.

Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) consideram um avanço no desenvolvimento dos pressupostos da teoria institucional a consideração da mudança como parte do processo de institucionalização e não como um fenômeno externo a esta. Esta pressuposição defendida pela vertente neo-institucional apresenta-se como um ponto de ruptura entre as abordagens convencionais e a teoria neo-institucional. Acrescentam que, à medida que se admite a interpretação como aspecto crítico na mediação entre fatores externos e ações, torna-se inaceitável supor que a legitimidade na teoria neo-institucional implica na redução do espaço da agência e do interesse. Para os autores a legitimidade constitui-se como elemento crucial na teoria neo-institucional, visto possibilitar a manutenção ou a mudança das instituições.

No estudo de Zilber (2002) o foco está nos membros organizacionais como transportadores ativos de instituições e, sendo assim, defendeu-se que os atores não seriam passivos, fazendo escolhas nas interpretações dos significados que emergem. A autora expressa, com esta afirmação, a base de seu argumento: os atores percebem o significado das

instituições e infundem suas ações com sentido baseado sobre estas percepções. Ressalta, com relação às organizações, que explícita atenção deve ser dada ao papel do poder, interesse e agência na determinação de como estas interpretam e respondem às instituições.

Dando ênfase às influências culturais na estrutura formal e na tomada de decisão, Barley e Tolbert (1997) expressam conformidade com a pressuposição de que as organizações e os indivíduos que a constituem estão suspensos numa rede de valores, normas, regras, crenças e suposições “*taken-for-granted*” que são, pelo menos em parte, constituídos independentemente. Estes elementos proporcionam indicações para a atuação da organização estabelecendo as formas e procedimentos que devem ser adotados de modo a que esta seja vista como adequada entre a população que a circunda.

As instituições seriam essas restrições nas opções que os indivíduos e coletividades exercem, restrições estas que estão sujeitas a modificação ao longo do tempo através da escolha e da ação deliberada de indivíduos e organizações, que inclusive podem eliminar instituições para melhor acomodar seus interesses. Considerações para com estes processos na Teoria Institucional, como apontam os autores, ainda estariam em um estágio preliminar, o que denota uma carência na teoria organizacional de modelos dinâmicos de instituições e de metodologias de investigação da relação recursiva entre ação e instituição, para a qual Barley e Tolbert (1997) pretendem contribuir.

Neste sentido, recorrem às noções impressas nos trabalhos sobre estruturação de Giddens (1984), propondo um modelo da formação das instituições, da sua reprodução e modificação como resultado da interação entre ação e estrutura, as duas esferas sociais. Reiteram que embora se tenha reivindicado que estruturas organizacionais são socialmente construídas, não se investigou diretamente os processos pelas quais as estruturas emergem das ações, nem como àquelas influenciam nestas.

Giddens, nos relatos de Barley e Tolbert (1997), objetivou conciliar a noção determinística, objetiva e estática da estrutura com a visão voluntarista, subjetiva e dinâmica através da pressuposição das duas esferas sociais focando nos pontos que intermediam estas. Segundo este sociólogo britânico, o domínio institucional consiste de princípios gerais que baseiam os sistemas de significação, dominação e legitimação que são codificados nos *scripts*. Os *scripts* seriam as atividades observáveis e recorrentes e os padrões de interação característicos de uma disposição particular, visto que, as instituições relevantes para uma disposição específica se manifestam em comportamentos próprios desta.

Sendo assim, percebe-se que, por razão dos *scripts* serem mais facilmente identificados empiricamente, irão substituir a noção mais abstrata de Giddens (1984) de modalidades de esquemas interpretativos, recursos e normas, sendo, portanto, os elementos que mediam as instituições e a ação. O valor de se definir os *scripts* em termos comportamentais e de tratá-los como ‘pivôs’ nesta inter-relação, como referido pelos autores, está em se permitir que se expliquem as bases de inferência sobre o sistema de ação. Desta forma, simultaneamente fornece-se um ponto de referência para se medir: a aceitabilidade de deduções à partir de indicadores situacionais de uma instituição, e suas implicações para a lógica de uma ordem interativa.

No modelo proposto por Barley e Tolbert (1997), representado pela figura 2, as setas verticais e diagonais, ligando as duas esferas referidas acima, denotam a dualidade dos sistemas sociais sendo que, as primeiras representam as restrições institucionais na ação enquanto que, na diagonal expressam a manutenção ou modificação da instituição através da ação. Instituições fornecem os padrões referências para a ação, sendo esta a dualidade restritiva/ habilitadora. A ação social, para que seja passível de interpretação, têm de estar em consonância com as instituições.

A **seta a**, demonstrando a codificação dos princípios institucionais nos *scripts* o que envolve a internalização individual de regras e a interpretação de comportamentos apropriados a uma disposição específica. A **seta b**, indicando a eleição dos *scripts*, constituídos através dos princípios institucionais codificados, para se conformar na ação. Ressalta-se que esta eleição pode ou não envolver escolha consciente ou o conhecimento das alternativas. Na **seta c**, o que está representado é a revisão ou replicação, através de comportamentos, dos *scripts* que instruirão para a ação.

Os autores exemplificam que mudanças em tecnologia, contatos com culturas diferentes com transferência de experiência e depressões econômicas, aumentam as chances dos atores perceberem que podem, ou devem, modificar uma instituição. No entanto, sua habilidade para fomentar a mudança é restrita pela intransigência de atores poderosos que, deparando-se com a possibilidade de alteração do *status quo*, podem resistir. Portanto, Barley e Tolbert (1997) ponderam que, ao questionamento de padrões de comportamentos na forma de *scripts*, geralmente antecede uma mudança contextual que propicia aos atores reunirem os recursos e racionalidades que melhor os capacitam. Na ausência de mudança contextual, os atores

tendem a replicar os comportamentos expressos nos *scripts*, reforçando-os, sendo esta a propensão que leva as instituições a serem tão persistentes.

A **seta d** refere-se à objetificação e externalização dos comportamentos e interações padronizados, o que envolve a sua dissociação dos atores e circunstâncias específicas. Os espaços demarcados na figura 2 por **T1**, **T2** e **T3** representam os períodos em que se revelaram os *scripts* para serem comparados e utilizados na avaliação da ocorrência de mudanças da dimensão interacional.

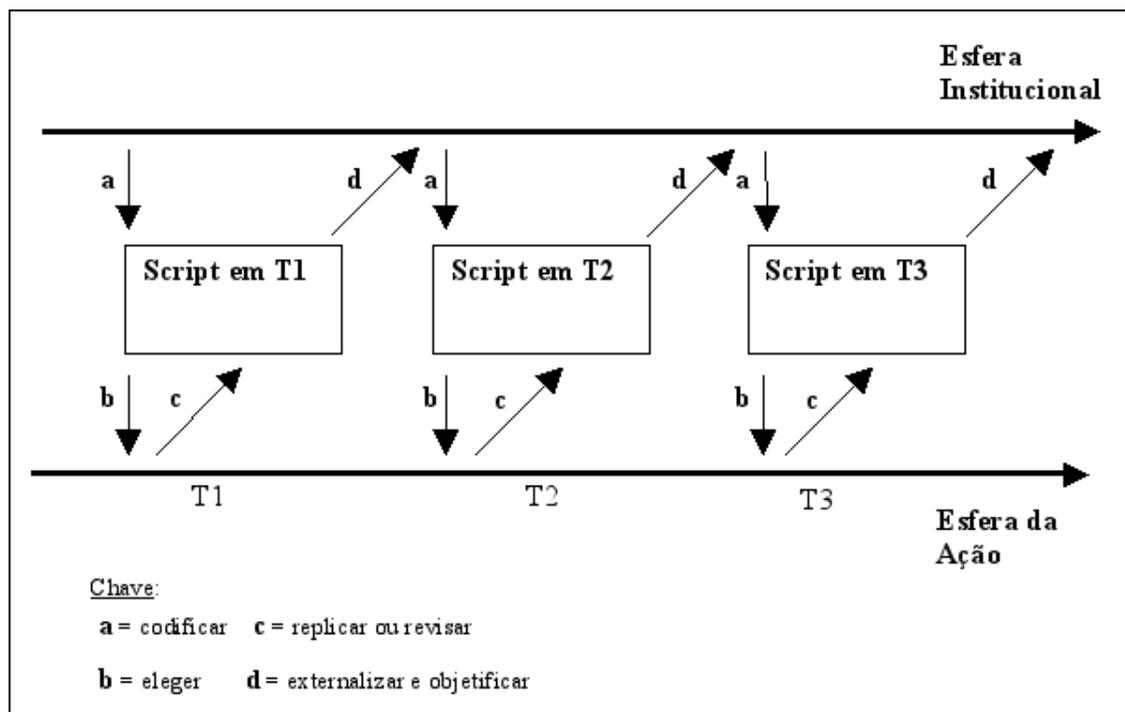


FIGURA 2: Modelo Sequencial de institucionalização.

Fonte: Barley e Tolbert (1997)

Os argumentos de Sewell (1992), no sentido de apreender a estrutura reforçando as considerações da agência dos atores sociais e da possibilidade de mudança, abordam criticamente a concepção corrente de estrutura, alegando que a mesma é insuficiente para expor toda a complexidade inerente ao termo. O esforço na conceitualização da estrutura que tem angariado mais adeptos é de Giddens (1976, 1979, 1981, 1984) sendo a partir desta formulação que Sewell (1992) elabora. Entre os pontos omissos no conceito, o autor destaca o viés determinista, que desconsidera a agência humana e a ênfase na estabilidade, o que implicaria na tendência à reprodução dos padrões de relações. Outro ponto seria a falta de consenso em meio às ciências, levando o termo a ter diferentes sentidos na sociologia

(material) e na antropologia (semiótica). O autor se propõe, então, a desenvolver uma teoria da estrutura que inclua estes pontos.

Portanto, partindo da consideração da atribuição de poder aos agentes pelas estruturas, tanto pelo conhecimento das regras sociais - as quais chama de esquemas culturais que os habilitam a mobilizar recursos- quanto pelo acesso aos recursos - que os possibilita eleger esquemas - pretende enriquecer o conceito. Defende que a estrutura é um fenômeno intrinsecamente cultural derivada do caráter e da distribuição de recursos da vida cotidiana.

Diante das críticas e novas pressuposições que se apresentam em relação às formulações sobre a capacidade do homem intervir em sua realidade, caracterizando o duelo determinismo/voluntarismo em defesa da vertente epistemológica que melhor orienta a explicação dos fatos reais, Reed (1997) reitera que o debate agência/ estrutura recusa-se a silenciar. Propõe-se a debater posicionando-se crítica e realisticamente sobre esta interação a partir da proposição ontológica-social estratificada, em contraste com as abordagens baseadas em ontologias sociais chatas ou compactas.

Enfatiza que as maneiras, as quais, definimos a natureza da ação social e do seu relacionamento com as restrições estruturais irão regular rigorosamente os termos para os quais entendemos e consideramos a organização. Terão também implicações importantes nas maneiras, as quais, avaliamos o estado das relações determinado pela agência e as estratégias através das quais elas são preservadas e/ou transformadas. Portanto, Reed (1997) faz uma crítica às perspectivas que compartilham a ênfase em uma forma de análise organizacional que nega a relevância da agência/ estrutura, dualidade/ dualismo, remetendo-nos aos seus argumentos de que ontologias 'achatadas e compactas' e orientações locais miniaturizadas constroem uma visão do mundo social no qual tudo e todos estão num constante estado de tornar-se e nunca numa condição de ser.

Por conseguinte, o autor defende que somente ao se rejeitar essa visão, substituindo-a por uma alternativa melhor, poderemos equipar a análise organizacional para um engajamento com um mundo social em que a dualidade e o dualismo da agência e da estrutura recebem o reconhecimento justo. Reiterando, Reed (1997) propõe que qualquer forma de análise organizacional deve reconhecer que a extensão a qual os atores são também agentes, depende do poder que a sociedade os proporciona. Os sistemas institucionalizados capacitam os atores através de suas propriedades estruturais com certos poderes que eles empregam, expandem e transmitem em suas interações.

Greenwood *et al.* (2002), através de seus argumentos, expressam-se de certa forma em consonância com as críticas que se discorreram acima ao modelo de estruturação de Giddens. Para os autores, referindo-se em termos de campos organizacionais, a noção de estruturação captura o processo de maturidade gradual e de especificação de papéis, comportamentos e interações de comunidades organizacionais. No entanto, esclarece que ‘fronteiras’ e comportamentos não são fixos e que a estruturação não implica em perfeita reprodução.

Sobre isso, Scott (1994) argumenta que os padrões de interação entre as comunidades organizacionais tornam-se definidos através dos sistemas de significados compartilhados que, por sua vez, estabelecem as fronteiras de cada comunidade de organizações. Mas estas, no posicionamento de Greenwood, Suddaby, Hinings, (2002), estão constantemente sobre revisão e sujeitas a redefinição e justificação. O que sobressai como crítico, portanto, seria que até o período recente, a literatura de *Main Stream* estaria focando basicamente sobre os aspectos de estabilidade dos campos organizacionais, retratando a estruturação a partir de elementos que aumentam a especificidade de, e o consenso sobre, as lógicas retrativas de ação. Mesmo assim, estes autores afirmam ser possível extrair da literatura os delineamentos de um modelo, o qual, denominam de Mudança não-isomórfica, visto que pretendem contrasta-lo com a convergência isomórfica, que também implica em movimento de uma posição para outra.

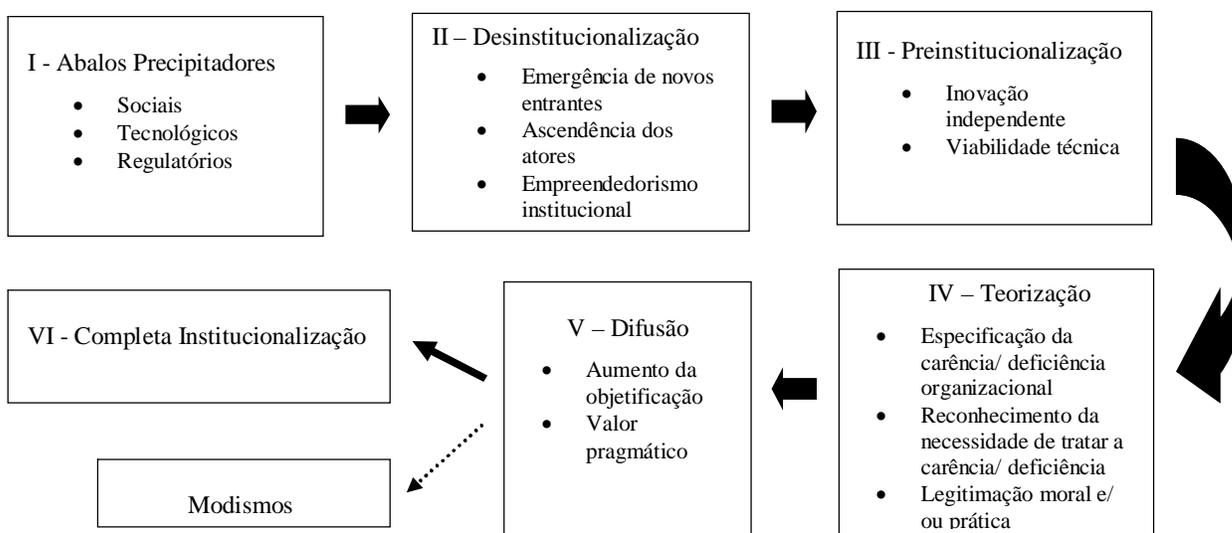


Figura 2: Estágios de Mudança Institucional

Fonte: Baseado em Greenwood, Suddaby, Hinings, (2002).

No estágio I da figura 3, os precipitadores, sejam eles na forma de uma elevação da importância social ou do poder para influenciar os outros, ou, na forma de introdução de novas tecnologias, de alterações no contexto macro implicando em mudanças regulatórias, atuam na desestabilização dos padrões correntes afetando o consenso construído socialmente possibilitando, assim, a mudança. Se os padrões são bem acolhidos, já em um segundo estágio, inicia-se um processo de desinstitucionalização simultaneamente à institucionalização dos novos padrões/ práticas (GREENWOOD *et al.*, 2002).

No terceiro estágio, as organizações começam a recorrer aos novos padrões, independentemente de qualquer coerção, na busca de soluções técnicas viáveis aos problemas locais percebidos. No entendimento de como as práticas passam desta fase para uma outra em que estão institucionalizadas ou não, Strang e Meyer (1993) advogam que, determinante para que as práticas tornem-se largamente adotadas, é o fato delas passarem por um processo de teorização, sendo este o quarto estágio.

O estágio da teorização retrata o desenvolvimento de categorias abstratas e a elaboração de ligações de causa-efeito para com os padrões e os resultados advindos de sua utilização. Tais formas 'teorizadas' adquirem uma disposição mais simplificada e, por conseguinte, tornam-se mais passíveis de ampla adoção. Tolbert e Zucker (1999, p.208), referindo-se ao modelo de institucionalização que desenvolveram, sugerem três fases em que se daria a teorização:

- i. primeiramente, há uma especificação da deficiência / carência organizacional
- ii. reconhece-se a necessidade de adotar uma solução para tratar a deficiência/ carência, sendo que este reconhecimento constitui a justificativa para se adotar uma inovação.
- iii. a acomodação e o alinhamento dos novos padrões ou idéias com as prescrições normativas dominantes e/ou a assertiva de sua superioridade funcional refere-se a fase de legitimação moral ou prática. Fase importante para o atingimento da transição de uma formulação teórica a um movimento social e, por conseguinte, em um imperativo institucional.

Com a consecução destas fases, criam-se as condições para o reconhecimento dos novos padrões como mais apropriados que os existentes e pode-se falar no prosseguimento para o estágio seguinte (V): de difusão. É dada ênfase para o estágio da teorização pela sua importância na atribuição da legitimidade, questão central no pensamento institucionalista.

Contudo, como destacam Greenwood *et al.* (2002), para alguns autores a legitimidade é acreditada aos novos padrões somente à medida que são adotados por atores significantes e são relacionados aos retornos econômicos. De acordo com esta visão, a legitimidade estaria relacionada não ao estágio da teorização, mas da difusão. Tolbert e Zucker (1999), quando se referindo a esse quinto estágio da mudança institucional, desenvolvem que à medida que as inovações difundem-se, elas tornam-se objetificadas, ganhando consenso social com relação ao seu valor pragmático e, assim, portanto, difundem-se ainda mais.

A completa institucionalização ocorre à medida que a densidade da adoção gera idéias com legitimidade cognitiva e estas se tornam *taken-for-granted* como a disposição natural e mais apropriada. A partir deste momento, as idéias podem sobreviver ao longo de gerações, aceitas irrefutavelmente como a maneira definitiva de se comportar. No entanto, apesar de poucos estudos retratarem esta questão, idéias que não estão completamente institucionalizadas podem regredir não passando de modismos temporários (GREENWOOD *et al.*, 2002).

2.5 A Difusão de Padrões

Ampliando a análise em meio a este processo de mudança institucional, são vários os estudos que trazem subsídios retratando os pormenores do processo descrito no modelo de Greenwood *et al.* (2002). Com relação à difusão de práticas, Tolbert e Zucker (1983), buscando integrar duas abordagens que geram grande debate, enfatizam que as organizações adotam inovações por diferentes razões. O debate entre as abordagens voluntarista/determinista será enfatizado como tendo ambas importantes implicações para os processos envolvendo a difusão de uma inovação nas estruturas formais de organizações, a primeira apontando para a necessidade de eficácia e eficiência e a segunda, retratando a necessidade de legitimação da organização numa estrutura social ampla.

Os achados desta pesquisa fornecem apoio para o argumento de que a adoção de um procedimento por uma organização é fortemente determinada pela extensão, a qual, a medida é institucionalizada – seja por lei ou por legitimação gradual. Foi verificado que os procedimentos de reformas civis foram adotados muito mais rapidamente pelas cidades, quando reforçado o aspecto coercitivo estatal. Nas cidades em que não ocorreu a legitimação

em nível de estado, a adoção das reformas sucedeu-se, mas, de forma gradual, difundindo-se largamente através das influências sociais (TOLBERT; ZUCKER, 1983).

Com esta afirmação, com relação aos seus achados, Tolbert e Zucker (1983) pressupõem a institucionalização das práticas a partir de coerção, o que determina a adoção delas mais rapidamente em meio às cidades. Uma vez legitimadas por organizações dotadas de maior poder através da imposição legal ou outros meios formais, a autora reitera que organizações dependentes geralmente respondem pela rápida incorporação do elemento em suas estruturas formais. Esta adoção é raramente problemática quando os elementos têm alta validade e há consenso com relação a sua utilidade geral.

Não obstante a esta conclusão, as autoras destacam que, importante para a teoria organizacional, são os achados referentes às pressuposições de que os fatores organizacionais internos predizem a adoção de procedimentos de serviço civil no início do processo de difusão, mas, na medida em que o processo se estabelece, não prediz. Isso se explica tendo em vista que, com um crescente número de organizações adotando-os, ele se torna gradualmente institucionalizado a ponto de se tornar um componente amplamente reconhecido como necessário para a estrutura organizacional racionalizada. No caso estudado por Tolbert e Zucker (1983), a própria legitimação dos procedimentos serviu como impulso para a adoção tardia do programa, permitindo uma integração das abordagens que focam nas fontes, institucional e interna, de estruturação formal. A adoção de processos enraizados nas necessidades internas da organização pode tornar-se, ao longo do tempo, um processo enraizado na conformidade institucional.

O pressuposto institucionalista reforçado pelo estudo é, portanto, o de que processos impostos coercitivamente ou por razões apenas utilitárias teriam duração independente da pressão, sendo evocados, num segundo momento, pelo aspecto legítimo que se adquiriu. Tolbert e Zucker (1983), ao estudarem a institucionalização das práticas de serviço civil, pressupõem a ‘adoção’ como se de fato as práticas estivessem arraigadas no sistema cognitivo dos atores.

À proposta de Tolbert e Zucker (1983) descrita acima, sendo esta baseada na perspectiva contida em Zucker (1977), se dirigem as críticas de Crubellate, Grave e Mendes (2004). Os autores referem-se a esta como uma divergência ao foco predominante da vertente no novo institucionalismo, entretanto destacam a sua importância, o que se apreende em seus argumentos ao proporem que no novo institucionalismo apresentam-se dois rumos:

Um predominantemente cognitivista, que busca revelar no processo de institucionalização a tendência à repetição de significados sociais, e outro que admite a possibilidade de que instituições adquiram também aspecto formal, crescentemente externo e desconectado de qualquer significado original (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004, p.46).

Portanto, com mais estudos buscando iluminar os processos em meio à difusão de práticas, sobressaem outros aspectos referentes à adoção.

Examinando as dimensões temporais de institucionalização, Lawrence, Winn e Jennings (2001) focam nos impactos de diferentes mecanismos que os agentes empregam buscando apoiar o desenvolvimento e a manutenção de instituições. Especificamente, na tipologia que oferecem, tratam dos mecanismos institucionais baseados em poder, diferenciando-se das tipologias de mecanismos institucionais já propostas em estudos como os de DiMaggio e Powell (1983), Powell (1991), Scott (1991, 1995), Tolbert e Zucker (1983) que enfatizam mecanismos sociais, culturais e cognitivos. A partir destes trabalhos, Lawrence, Winn e Jennings (2001) argumentam que foi possível desenvolver o modelo de institucionalização tradicional caracterizada pela curva de difusão em forma de 'S'. Esta seria definida por uma seqüência relativamente fixa envolvendo o período de tempo no qual uma inovação emerge e se difunde, seguido do período em que a inovação permanece difundida ao longo do campo.

Tal curva sugere que há um padrão típico de eventos que define a institucionalização: objetos são primeiramente reconhecidos, depois aceitos por relativamente poucos atores e logo se tornam largamente difundidos e abrangentemente aceitos em meio a um campo. No entanto, mesmo reconhecendo sua importância, os autores enfatizam que nenhum formato preciso de curva se adequaria às dinâmicas associadas em todas as instâncias de institucionalização e que este modelo permitiu, portanto, que se mascarassem as distinções entre uma variedade de padrões temporais de institucionalização. Por seguinte, Lawrence, Winn e Jennings (2001) empenham-se em destacar os fatores que afetam o ritmo e a estabilidade de uma instância de institucionalização, considerando a variedade temporal de possíveis processos.

Para o desenvolvimento de sua tipologia o foco de Lawrence, Winn e Jennings (2001) pousava no pressuposto de que as instituições estariam apoiadas nos controles repetidamente ativados e socialmente construídos que atuam no suporte de padrões de práticas sociais ao longo do tempo. Sendo assim, em outras palavras, a característica central na institucionalização de uma inovação seriam as relações de poder que os agentes podem

empregar para apoiar o processo. Contudo, ressaltam-se distinções dependendo da corrente de poder que se adota, sendo estas considerações sobre o ‘modo do poder’ a primeira dimensão da tipologia desenvolvida pelos autores.

Recentemente, pesquisadores organizacionais estão deixando de focar no poder proveniente dos atos de indivíduos ou grupos de interesse particular e cada vez mais estão relevando aspectos de poder oriundos de sistemas de práticas organizadas o que envolve a consideração do papel de sistemas disciplinares no controle de membros organizacionais. Esta forma de poder recebe a denominação de Sistêmica sendo trabalhada através de rotinas no sentido de favorecer grupos em particular, frequentemente sem que eles nem ao menos sejam claramente conectados com o estabelecimento ou a manutenção das práticas. A outra forma de poder refere-se a atos estratégicos de mobilização relativamente descontínuos iniciados por atores auto-interessados. Denomina-se esta forma de poder associada à influência dos atores organizacionais, como Episódica (LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001).

O argumento em torno desta dimensão é que o ‘modo do poder’ associado com um mecanismo institucional terá um importante impacto nas características temporais do processo de institucionalização que apóia. Mecanismos de apoio que precisam ser repetidamente ativadas pelos atores interessados provavelmente resultarão em instituições menos estáveis, enquanto que os mecanismos que são rotineiramente ou automaticamente ativados proporcionarão instituições mais estáveis. Por conseguinte, formas de poder sistêmicas são mais prováveis de estarem associadas a instituições duráveis e altamente estáveis que as episódicas (LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001).

A outra dimensão de poder refere-se ao seu relacionamento com o público alvo. Intervenções de influência e disciplina consideram a capacidade de agência das pessoas focadas, ao passo que as intervenções de força e dominação, ou consideram o potencial de agência dos indivíduos irrelevante para se exercer poder, ou excluem a possibilidade de que sejam até mesmo capazes de agência. No primeiro caso, em que os atores os quais se direcionam a intervenção são considerados sujeitos, estes não só fazem escolhas como também são estimulados a se envolver. Quando se passa a lidar com os atores como objetos em que não são requeridos de fazer nada, resta aos agentes simplesmente agir sobre eles diretamente. Nestas formas objetificadas de poder, portanto, os agentes são capazes de afetar os comportamentos de forma que não se deixa escolha aos alvos de intervenção.

Estes aspectos demonstram a importância das formas objetificadas de poder como mecanismos de mudança em situações em que os agentes se deparam com público de interferência relutante ou incapaz na escolha para se conformar. Ademais, incorporando mais vantagens, Lawrence, Winn e Jennings (2001) atribuem às formas objetificadas de poder velocidade significativamente maior de difusão e de se produzir efeitos com a nova prática, tecnologia ou regra. Tal fato reside na forma de relacionamento com o público que, diferentemente de quando é tratado como objeto, o processo através do qual os atores adotam uma inovação é relativamente lento requerendo alguma forma de negociação quando considerados como sujeitos capazes de exercer agência. Portanto, ao passo que se argumentou que o 'modo de poder' associa-se com a estabilidade da instituição, a dimensão de 'relacionamento com o alvo de intervenção' é mais provável de ter impacto no ritmo de institucionalização.

Os tipos de mecanismos propostos na tipologia de Lawrence, Winn e Jennings (2001) estabelecem relacionamento claro com o ritmo e a estabilidade da institucionalização. Baseados na interseção destas dimensões, estes são os quatro elementos que compõem o modelo:

1. Influência: em que se assume a agência do público alvo e se destina à institucionalização através de apoio episódico.
2. Força (ou imposição): O público alvo envolvido é objetificado sendo episódico o apoio à institucionalização.
3. Disciplina: Consideram-se as pessoas a quem se destina a intervenção como sujeitos capazes de exercerem agência e o poder exercido sobre eles se dá de forma sistêmica.
4. Dominação: mecanismo de suporte à institucionalização que não leva em conta a agência do público alvo e o apoio é sistêmico.

Os autores ressaltam que, apesar das instituições normalmente serem apoiadas por mais de uma forma de poder, a apresentação separada de cada tipo funciona como recurso visando facilitar a compreensão das interações em meio às formas e de seus impactos. Sendo assim, o primeiro mecanismo de institucionalização examinado é o da influência. Este mecanismo lida com o público a que se destina envolvendo-os nas negociações das decisões, considerando os indivíduos como sujeitos ativos, até mesmo quando a intenção é apenas de se moldar as

percepções e crenças de forma a obter conformidade. Este envolvimento das pessoas compromete a velocidade do processo de institucionalização sendo praticamente inevitável os conflitos por interesses divergentes. Enquanto essa forma de apoio à institucionalização apresenta ritmo lento, este aspecto não é compensado em termos do nível de estabilidade que é relativamente baixo, dado que os episódios de influência requerem repetição contínua para que de fato apóiem um padrão de prática social (LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001).

O exercício da Força como mecanismo de suporte na institucionalização de um padrão desconsidera a agência daquelas pessoas alvo de sua intervenção. Assim, Objetificando-as, atos de força obtêm ganhos significativos em termos do ritmo do processo de institucionalização que se dá mais rápido. Lawrence, Winn e Jennings (2001) destacam que este elemento da sua tipologia age diretamente nas práticas, diferente da influência que age nos atores. Outra implicação deste mecanismo refere-se a estabilidade das mudanças influenciadas por esta forma de poder, que será baixa. Portanto, a inabilidade de promover bases estáveis de institucionalização de comportamento pela força deve ser considerada quando se prevê impossibilidade de se continuar com a repetição da aplicação.

Com relação às formas de poder disciplinares tem-se que estas compartilham com a influência a compreensão de seu público como agente, sujeito de suas escolhas. Porém ultrapassando esta suposição, a disciplina como mecanismo de institucionalização, tem a própria capacidade de promover as bases para a agência o que constitui seu diferencial. Os elementos de disciplina de vigilância hierárquica, padronização e avaliação permitem qualificar, classificar e punir, sendo esta a combinação delineada por Foucault (1977) que irá produzir efeito na identidade das pessoas envolvidas. Reforçando o papel destes elementos na disciplina dos indivíduos alvo da intervenção, Lawrence, Winn e Jennings (2001) comentam que são eles a facilitar a manutenção das relações de poder através da própria constituição da subjetividade destes indivíduos. Sendo assim, diz-se dos atores disciplinados que são aqueles que internalizaram as demandas externas como as suas próprias, tornando-as rotineiras. É presumível que este processo esteja associado com um ritmo de institucionalização lento, contudo, por outro lado, com altíssimos níveis de estabilidade.

A dominação, como forma de poder, adquire uma conotação específica no estudo de Lawrence, Winn e Jennings (2001), diferente de como normalmente é retratada nas ciências sociais. Referem-se as formas de poder que sustentam processos de institucionalização através de sistemas de práticas rotineiras organizadas que não requerem a agência ou a escolha por

parte das pessoas a quem se visa intervir. Os vários mecanismos de dominação têm em comum o objetivo de tentar determinar não as escolhas dos atores, mas os seus comportamentos, o que faz com que o seu ritmo de institucionalização seja relativamente rápido.

Importante de se ressaltar sobre as os mecanismos de dominação, é que se apresentam como importantes instrumentos para alterar práticas sociais rapidamente, dado que, para isso não recorrem ao consentimento ou a cumplicidade do público envolvido. No entanto, os autores alertam que este processo requer um período no início para agregar recursos e desenvolver estruturas necessárias. Desta forma, Lawrence, Winn e Jennings (2001) inclusive indicam a combinação desta forma de poder com episódios de força no início, de forma a 'preparar o terreno' para que se exerça a dominação. A dominação é enfatizada por ter como característica a atuação sistêmica sobre o público, o que faz com que atinja bons resultados em termos da estabilidade da instituição. Combinando a intervenção sistêmica com um relacionamento objetificado, a dominação minimiza a resistência que advém dos indivíduos ou organizações focados por ela que freqüentemente não possuem uma identidade comum. Normalmente, também, não percebem a operacionalização da dominação pela fonte que a exerce como uma forma de poder.

A integração destes mecanismos de poder apresenta-se como uma estratégia viável no sentido de se atingir um maior equilíbrio entre suas características. O estabelecimento de algumas instituições requer o envolvimento e a cumplicidade dos atores visados e isto se relaciona com o fato de que a difusão de algumas práticas, regras ou tecnologias demanda escolhas e ações desta população. No entanto, há casos - por exemplo - em que os atores visados não adotariam voluntariamente de forma alguma as práticas, tecnologias ou regras, de forma que a combinação de força e dominação é recomendada para se obter resultados em termos de acelerar o processo de institucionalização. Diferentemente, existem situações em que a combinação de influência e disciplina aplica-se melhor. Alguns atores podem ser relativamente mais poderosos em termos de recursos que os próprios agentes que pretendem realizar uma intervenção e nestes casos, o uso da força ou da dominação seria impossível (LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001).

No estudo de Kostova e Roth (2002) foi analisada a transferência de uma prática organizacional, de gerenciamento de qualidade total, através de imposição por uma Corporação Multinacional para suas filiais situadas em contextos culturalmente diversos no

mundo. Os autores argumentam em seu estudo, indo de encontro aos achados na pesquisa sobre a difusão de práticas de serviço civil (TOLBERT; ZUCKER, 1983), que a coerção que emana na transferência de práticas da organização Matriz para as suas filiais, determina uma maior implementação, quanto maior a situação de dependência. No entanto, defendem que uma alta dependência tem relação negativa para com a verificação da adoção em termos de internalização. Tal fato se explica com base na inclinação pelas empresas dependentes de interpretarem a conformidade às imposições da matriz como coercitiva, mesmo acreditando na eficiência da prática, o que, diferentemente, tenderia a que visualizassem a adoção como mimética. Tal interpretação coercitiva é mais provável à medida que aumenta a percepção da relação de dependência com a matriz.

As implicações do trabalho de Kostova e Roth (2002) sobre a difusão de práticas para organizações em situação de dependência com a transmissora dos padrões, referem-se ao alinhamento das práticas, dos interesses, da agência e dos contextos relacionais, importante aspecto para o êxito na difusão e institucionalização de práticas. Os autores ressaltam que, em casos como este, sobressai um aspecto intrigante de pesquisa, qual seja, a consideração de mais de um arranjo de pressões institucionais atuando: um contexto institucional mais amplo, outro local e o contexto relacional entre a organização transferidora e as subsidiárias que recebem os padrões.

A Teoria Institucional das organizações destaca que, para a sua sobrevivência, uma organização precisa se conformar com as pressões institucionais de modo à adquirir legitimidade do ambiente. Destoa-se, com suas pressuposições, da tradicional forma de se pensar nas prioridades organizacionais em termos da eficiência (DIMAGGIO; POWELL, 1991) e desloca atenção para o aspecto da legitimidade. Uma forma, entretanto, de se conciliar os dois aspectos é possível, sendo que, a reciprocidade entre os dois se dá à medida que se obtém legitimidade através da eficiência e, da mesma forma, eficiência a partir da legitimidade no contexto em que se situa.

Quando se referem a esta questão, Machado-da-Silva e Fonseca (1993) ressaltam a perspectiva adotada em Meyer e Rowan (1991) ao argumentarem que as normas de racionalidade e eficiência tornaram-se um conjunto institucionalizado na sociedade moderna, uma construção socialmente construída e frequentemente compartilhada, sobre o modo eficaz de funcionamento organizacional. Tal concepção desenvolveu-se, contribuindo para a

elaboração do que chamam de ‘mitos racionais’ os quais são concebidos como legítimos, independentemente das avaliações de seu impacto nos resultados de trabalho.

As organizações modernas que são mantidas por sistemas de crenças que enfatizam a importância da racionalidade e objetividade na ação, de modo a adquirirem legitimidade aos olhos do público, dependem de tais elementos. Dentre estes, citam-se as tecnologias que, a partir de quando se tornam institucionalizadas, compõem os mitos os quais as organizações devem recorrer. Portanto, estudos que busquem retratar o processo de difusão de procedimentos técnicos de produção às organizações de modo a que se estabeleçam como ‘apropriadas’, ‘racionais’ e ‘modernas’, conformando-se com as pressões institucionais, denotam relevância.

Uma questão sobressai, no entanto, a qual é retratada em Kostova e Roth (2002): as organizações em geral têm de se sujeitar a mais de uma pressão institucional e, por conseguinte, como lidam com a dualidade institucional sendo que esta pode envolver aspectos conflituosos? Desta questão emana outra: Quais os fatores específicos que determinam a resposta de adoção imposta, dado uma multiplicidade de pressões institucionais?

Os autores empregam uma perspectiva de agência ativa na análise da adoção, visto que as filiais variam em suas respostas à imposição da matriz. A adoção é compreendida, neste trabalho, como um componente comportamental e atitudinal referindo-se, respectivamente, à implementação do padrão e à internalização da crença no valor das práticas, reforçando, assim, os componentes como duas dimensões separadas que não necessariamente ocorrem juntas. A diferença nas respostas de adoção é um reflexo da variação de níveis e configurações destes dois componentes (KOSTOVA; ROTH, 2002).

As percepções positivas sobre o valor da prática que se refletem em internalização merecem destaque pelas suas propriedades “geradoras de ação” que, propiciam não somente à adoção inicial da prática, mas também, sua persistência e estabilidade ao longo do tempo (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Portanto, implementação e internalização refletem o nível geral ou a profundidade da adoção em meio ao contexto de difusão, contribuindo para a análise da institucionalização das práticas.

O modelo de adoção de práticas proposto considera a agência dos atores sugerindo que suas respostas à adoção seriam influenciadas pelas interpretações e percepções dos padrões impostos, o que, por sua vez, seriam determinadas pelos efeitos do contexto institucional

externo e pelo contexto relacional interno. Com relação ao exame dos efeitos do ambiente institucional, apresentam o conceito de perfil institucional (tradução da autora) definido como o arranjo específico de instituições regulatórias, cognitivas e normativas em um dado país, para este caso específico das filiais da corporação multinacional (KOSTOVA; ROTH, 2002).

Scott (2001), discorrendo acerca do arranjo institucional, argumenta que esse se constitui de três pilares em que estão sempre presentes, mas, variando em termos da proporção de influência. O primeiro pilar, referente ao componente regulatório do ambiente institucional, reflete as leis e regras existentes que promovem certos tipos de comportamentos. O segundo, o componente cognitivo, reflete o conhecimento social e as categorias cognitivas amplamente compartilhadas, usadas pelas pessoas. O terceiro pilar é designado pelo componente normativo, representando os valores, as crenças, as normas e as suposições sobre a natureza e o comportamento humano mantidas pelos indivíduos no contexto especificado.

O perfil institucional de um país pode afetar a adoção, visto que o ambiente institucional pode exercer pressão institucional direta para difundir a prática, independente das iniciativas da matriz. Outra forma em que o perfil institucional pode afetar a adoção, seria através das crenças e crenças dos indivíduos empregados que, moldados pelo ambiente institucional externo, influenciam nos julgamentos sobre a nova prática (KOSTOVA; ROTH, 2002).

Sugere-se que um perfil regulatório favorável não irá levar à internalização e provavelmente irá resultar em uma atitude negativa para com a prática. Isso se dá porque em tais contextos, devido à existência de leis e regulações impondo os padrões no contexto específico, a requisição de adoção pela unidade transmissora é interpretada mais veementemente como coerção externa (ROSENZWEIG; SINGH, 1991).

Para se avançar na compreensão da difusão de práticas sob condições de dualidade institucional, Kostova e Roth (2002) enfatizam que não se poderia deixar de analisar os efeitos conjuntos dos fatores institucionais e relacionais no padrão de adoção. Em se tratando do ambiente relacional, entre a organização matriz e as suas subsidiárias, os autores definem-no a partir de três características que afetam o nível de adoção da prática: dependência, confiança e identidade.

Nas situações de múltiplas pressões institucionais, em circunstâncias de imposição na adoção de práticas, a probabilidade de ocorrência de altos níveis de implementação acompanhados de baixos níveis de internalização, é caracterizada pelo que Kostova e Roth

(2002) chamam de adoção cerimonial. Esta se expressa quando as filiais se conformam com a requisição da Corporação multinacional, mas, no entanto, sem perceber os aspectos valorativos da prática e sem formarem atitudes positivas em relação a elas.

Conformar às imposições da matriz aumenta a reputação e a legitimidade interna da subsidiária. Essas pressões internas são prováveis de serem sentidas ainda mais fortes quando esta se percebe altamente dependente da matriz e, contudo, ao mesmo tempo não confia ou se identifica com ela. A falta de confiança leva a que as subsidiárias questionem a eficiência da prática e os motivos para a sua transferência pela corporação matriz. Da mesma forma, os baixos níveis de identificação com a multinacional, fortalecem a percepção da subsidiária de se tratar de uma conformidade coercitiva ao invés de mimética e normativa (KOSTOVA; ROTH, 2002, p.221).

A identificação positiva é retratada como uma forte influência na adoção de práticas, visto referir-se à crença e a aceitação dos valores e metas da organização. A identificação favorece a um melhor entendimento do significado das práticas, a uma redução dos efeitos advindos de uma prática considerada “de fora”, vista como estranha e “dos outros” e, como resultado, a adoção será internamente motivada. Desta forma, Kostova e Roth (2002) propõem que uma unidade receptora irá adotar uma prática cerimonialmente quando: o perfil institucional regulatório do contexto específico que se encontra reforça a prática, enquanto que, os componentes cognitivos e normativos são menos consistentes com esta. E, neste sentido, consideram que, quando a organização receptora é altamente dependente da organização matriz, mas, tem baixos níveis de confiança na, e de identificação com esta, a adoção será de forma cerimonial.

Sendo assim, propõem um modelo em que se perpassam as considerações descritas acima:

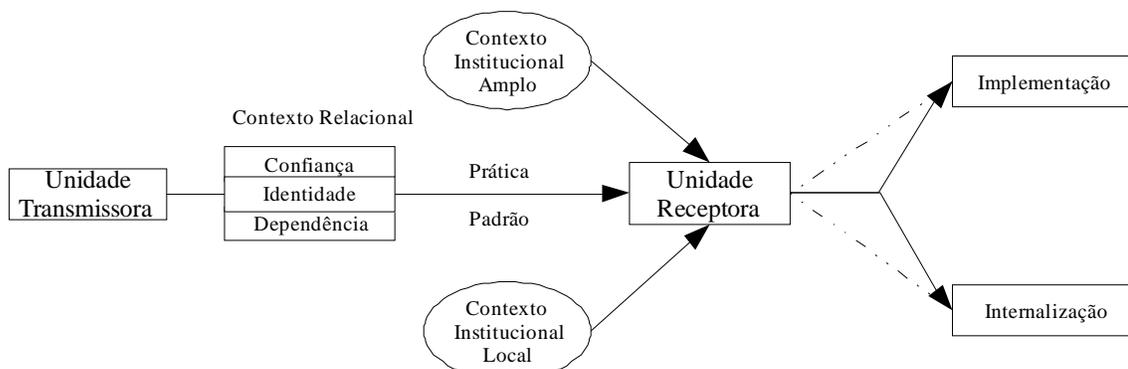


FIGURA 4: Modelo de adoção de práticas em contexto de dualidade Institucional.

Fonte: Baseado em: KOSTOVA; ROTH (2002).

A lógica da Dependência de recursos advoga em defesa da instrumentalidade da legitimidade, ou seja, que a partir de coerção com base na dependência de recursos se constrói a legitimidade (OLIVER, 1991). Neste sentido, apóia o pressuposto institucionalista de que a adoção de práticas a partir da coerção se daria mesmo após o término da pressão, visto adquirirem progressiva legitimidade (TOLBERT; ZUCKER, 1983). Conforme estas autoras, em relação aos padrões institucionalizados, não seria possível de se pensar em opções a estes, sendo a sua adoção irrefutável. Na medida em que os padrões tornam-se mais taken-for-granted, mais difícil seria de se reconhecer uma realidade paralela, porque a dimensão moral, cognitiva impediria sua aceitação. Nesta visão, portanto, implementação e internalização são pensados como elementos intrínsecos e somente assim, enquanto a implementação é em decorrência da internalização, pode-se se falar em institucionalização.

No entanto, ao passo que a interpretação é inserida no cenário de análise – interpretação baseada nos esquemas interpretativos locais – tem-se que a coerção passa a ser em função desta, donde há abertura para se pensar em diferentes respostas às pressões institucionais (OLIVER, 1991) e pode-se pensar em separação das dimensões da adoção: implementação e internalização, sendo que, a análise dos dois elementos em separado tem implicações importantes na constatação da institucionalização das práticas.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a metodologia utilizada para verificar empiricamente as questões referentes à difusão de padrões tecnológicos no contexto cultural brasileiro dos produtores rurais familiares de Maringá-PR. Reitera-se que o Brasil apresenta-se como um contexto instigante de pesquisa por, presumidamente, ter arraigado em seus limites uma cultura em que os brasileiros tendem a enxergar as leis de forma instrumental, de forma que, somente se engajariam com elas à medida que estas as associam com as conseqüentes sanções implicadas na sua não observação. Pressupõe-se que a coerção não seja interpretada da mesma forma como no processo de difusão de procedimentos de reforma civil nos Estados Unidos, analisado por Tolbert e Zucker (1983). No entanto, não se sabe se esta interpretação diferenciada acarreta, ou não, em institucionalização.

A seguir apresenta-se a descrição dos procedimentos metodológicos o qual se optou para fazer a investigação deste trabalho. A especificação do problema de pesquisa, algumas explicações e definições relativas ao enfoque da pesquisa, no entanto, são relevantes para o prosseguimento das etapas de investigação, as quais são apresentadas logo abaixo.

3.1 Especificação do Problema de Pesquisa

A questão de pesquisa, a qual se pretende investigar é se: por meio da indução para a difusão de novos padrões tecnológicos, baseada na coerção, o PRONAF estaria gerando mudança? Ou seja, houve internalização dos procedimentos exigidos pelo PRONAF a ponto de se poder falar em sua institucionalização? Ordenadas de forma a representar as etapas para a consecução do objetivo do estudo, estas questões foram visadas durante a realização do trabalho:

1. Quais os padrões tecnológico-gerenciais propostos pelo PRONAF?
2. Quais as propriedades rurais familiares que contrataram os financiamentos do PRONAF – Crédito no período de 1997 a 2006?

3. De que forma pode-se agrupar as propriedades em termos de frequência e período de contratação dos financiamentos de modo a averiguar a internalização ao longo do tempo?
4. Os esquemas interpretativos do grupo de produtores que passou a utilizar recentemente os recursos do PRONAF são semelhantes aos esquemas interpretativos do grupo que se beneficiou a mais tempo do programa?
5. Qual a relação entre internalização da orientação técnica e período/ frequência de aquisição do financiamento?
6. De que modo o PRONAF afetou a institucionalização das técnicas entre os produtores rurais sujeitos deste estudo?

3.2 Categorias Analíticas e Termos Relevantes do Estudo

Com base no aporte teórico e empírico fornecido anteriormente e, considerando a problemática de pesquisa, são descritas as categorias analíticas:

- a) PRONAF- Crédito
- b) Mudança tecnológica
 - i. Internalização
 - ii. Esquemas Interpretativos
 - valores
 - crenças
 - interesses

3.2.1 Definições conceituais e operacionais

Neste subitem relacionam-se os conceitos teóricos com as categorias analíticas implicadas na pesquisa empírica.

A intenção do estudo é, como dito antes: buscar aspectos relevantes que permitam perceber se, através de um mecanismo coercitivo, em que se submete o produtor à assistência técnica como condição necessária para a concessão de crédito, estar-se-ia influenciando na adoção dos padrões recomendados a estes, de modo que, mesmo após o rompimento com a utilização dos recursos da política, os invocariam pelo fato de as terem internalizado.

Sendo assim, torna-se fundamental neste momento, apresentar de forma mais clara os conceitos implicados com a intenção de pesquisa, juntamente com a forma em que foram operacionalizados.

a) PRONAF – Crédito

D. Conceitual: O PRONAF-Crédito é o segmento que funciona visando à transferência de recursos aos produtores familiares. Ele atua na realização do objetivo maior de modernização do meio rural a partir de quando o custeio ou o investimento é solicitado para uma determinada situação. Os recursos são repassados do governo para as agências, que exigem obrigatoriamente o acompanhamento periódico pela assistência técnica nas propriedades. A assistência técnica tem a responsabilidade de orientar para os procedimentos exigidos e de acompanhar as propriedades quanto à observância destes. Ressalta-se que a não observância das instruções resulta na emissão de uma advertência que alerta para a impossibilidade da renovação de contrato para o financiamento seguinte.

D. Operacional: Para este estudo interessam os elementos da política que denotam a coerção para com a adoção das técnicas recomendadas. Desta forma, o PRONAF-Crédito foi estudado a partir de dois grupos: um que está sujeito às exigências da assistência técnica por recorrer aos recursos financeiros do programa e outro, que já não precisa se submeter por ter deixado de contrair os empréstimos.

b) Mudança Tecnológica

D. Conceitual: Bartunek (1984) defende que as condições ambientais promovem a ascensão de grupos de interesse distintos que correspondem às novas circunstâncias ambientais e trazem consigo novos esquemas interpretativos. A mudança acontece à medida que os membros recorrem a estes em suas ações e tomadas de decisão em substituição ao

esquema interpretativo antigo. Desta forma, como colocam Mohrman e Mohrman Jr. (1989), novas ferramentas tecnológicas que habilitam novas maneiras de se realizar o trabalho situam-se em meio aos fatores que podem engatilhar a mudança organizacional.

Orlikowski (2000) enfatiza que através do engajamento regular com uma tecnologia em particular, de maneiras e em condições específicas, usuários repetidamente elegem um arranjo de regras e recursos, os quais estruturam suas interações contínuas com aquela tecnologia. Portanto, a interação dos usuários com a tecnologia é recursiva: usuários moldam a estrutura tecnológica que, por sua vez, molda o seu uso.

D. Operacional: A mudança tecnológica, para este estudo, será vista por meio da percepção da internalização dos novos padrões tecnológicos pelos agricultores pesquisados. Pode-se falar na mudança tecnológica somente quando da repetida interação dos usuários com as técnicas. Greenwood *et. al*, (2002) ao elaborarem sobre os estágios de mudança institucional ressaltam o estágio de pré-institucionalização em que as organizações começam a recorrer aos novos padrões, independentemente de qualquer coerção, na busca de soluções técnicas viáveis aos problemas locais percebidos. Neste sentido, para verificar a mudança, recorreu-se à diferentes grupos, sendo que, pretende-se que estes reflitam uma relação distinta com a pressão.

i. Internalização

D. Conceitual: Conforme Katz e Kahn (1975) ocorre a internalização quando uma pessoa adota uma atitude de outrem como se fosse sua própria, inconscientemente, por coadunar-se com seu ponto de vista. Tolbert e Zucker (1999) reforçam que as percepções positivas sobre o valor da prática que se refletem em internalização merecem destaque pelas suas propriedades “geradoras de ação” que, propiciam não somente à adoção inicial da prática, mas também, sua persistência e estabilidade ao longo do tempo.

D. Operacional: O estudo advoga que a internalização pode ser inferida através da observação na pesquisa de campo de que um grupo ‘G1’ de produtores que deixaram de utilizar ou que já vem utilizando há mais tempo os recursos do PRONAF teriam esquemas interpretativos semelhantes aos de um grupo ‘G2’ de produtores que recorreram aos recursos do PRONAF somente recentemente e que ainda se submetem à coerção.

ii. Esquemas Interpretativos

D. Conceitual: Os esquemas interpretativos são constituídos pelos sistemas de crenças e os estoques de conhecimento, juntamente com os sistemas avaliativos de valor. São os elementos que possibilitam constituir e compreender o mundo organizacional como significativo, sustentando um sentido de estrutura social pelo curso das mudanças dos arranjos sociais (COOPER, *et al.*, 1996).

D. Operacional: O uso dos esquemas interpretativos teve como finalidade possibilitar observar a internalização ou não dos novos padrões pelos agricultores, manifestada através de suas crenças, valores e interesses referentes às técnicas. Adotando como referência os esquemas interpretativos dos produtores que recentemente fizeram uso dos financiamentos do PRONAF e que estão atualmente recorrendo a estes, tal recurso possibilita verificar a internalização através da comparação com os esquemas interpretativos do outro grupo de produtores que teriam se desligado dos vínculos com o programa. Ou seja, se há correspondência de significado do PRONAF e das técnicas exigidas pelo programa entre aqueles e esses últimos. Sendo assim, permite que se analise o atributo da internalização que não pode ser diretamente observado e auferir se o PRONAF foi bem sucedido como política institucionalizadora.

- Valores

D. Conceitual: Os valores consistem em critérios, concepções ou preferências racionalizadas sobre o que é desejável em termos dos cursos e dos resultados de determinada ação. Enz (1988) afirma que o papel do valor no contexto organizacional seria o de guiar escolhas e prover significado e regularidade para as ações e objetivos, implicando padrões ou critérios para determinar o que é desejável ou preferível em termos organizacionais. A autora menciona também que o indivíduo, antes de culminar em uma ação ou objetivo submete-se a uma relação emocional. Valor, portanto, é tido como resultado do "sentimento", mas também do processo de justificação das escolhas.

- Crenças

D. Conceitual: Para Myrdal (1965) tanto crenças quanto valores referem-se a uma intencionalidade ou percepção da realidade objetiva, distinguindo-se à medida que essa realidade é tomada como certa ou prescrita a partir do juízo do indivíduo. A autora comenta que a distinção dos termos é muito pequena e, sendo assim, propõe-se a diferenciá-los com a frase: "as pessoas têm idéias a respeito de como a realidade de fato é ou foi e também as têm a respeito de como a mesma deveria ser ou ter sido" (p.124). No primeiro caso, tem-se a noção de crenças e, no segundo, a de valores.

- Interesses

D. Conceitual: Objetos ou fins que se relacionam com o atendimento das necessidades individuais, reais ou potenciais, de pessoas ou grupos, que são econômica ou materialmente desejados por estes (HININGS; GREENWOOD, 1988).

D. Operacional: Os valores, crenças e interesses serão identificados no estudo mediante a análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os produtores rurais familiares, acrescida da análise de discurso, manifestando, assim, os esquemas interpretativos relacionados ao PRONAF e às técnicas recomendadas pela assistência técnica.

3.2.2 Definições de Termos Relevantes

a) Institucionalização

É um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, bem como pela incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social, os quais constituem parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais, definindo portanto, seu modo de agir (MACHADO-DA-SILVA, 2003)

Reiterando a ênfase de Tolbert e Zucker (1999) sobre as percepções positivas no valor da prática que teriam como reflexo a internalização pelas propriedades - propiciando não somente à adoção inicial da prática, mas também, sua persistência e estabilidade ao longo do tempo - tem-se o critério pelo qual relacionar institucionalização a internalização. O conceito de institucionalização, portanto, foi operacionalizado de maneira a facilitar sua identificação,

como sendo resultado da análise da comparação entre a internalização dos subgrupos inclusos em: G1 (grupo 'quase-experimental') e G2 (grupo de 'não-tratamento').

A internalização será analisada em termos de esquemas interpretativos. Haveria internalização quando da observação que os esquemas interpretativos dos produtores do G1 fossem parecidos ou coincidentes com os do G2. Se houve internalização pelo G1, os seus esquemas interpretativos se aproximariam dos do G2 e, por conseguinte, poder-se-ia inferir sobre a institucionalização das técnicas. Se não houve internalização e, somente houve implementação das práticas enquanto estavam sob dependência da EMATER, abre-se um precedente para se considerar a adoção cerimonial no caso estudado; o que, segundo Zucker (1977), significaria que não houve a institucionalização dos padrões técnicos.

b) Dualidade institucional

A dualidade institucional refere-se a situação na qual, devido a importância de se adquirir legitimidade em todos os ambientes, uma organização irá sofrer pressão para se integrar às instituições num contexto mais amplo ao mesmo tempo em que se exerce pressões sobre ela no sentido de se conformar com as instituições do contexto local (KOSTOVA e ROTH, 2002).

No presente estudo, os agricultores familiares inscritos no PRONAF teriam de lidar com a valorização da tradição inerente às comunidades de pequenos produtores rurais, ao passo que seriam coagidos a inserir padrões modernos em sua prática cotidiana, donde pode-se inferir sobre a dualidade institucional a que estão submetidos.

c) Pressões Ambientais

Eventos que promovem a desestabilização de práticas estabelecidas podendo ocorrer por meio de mudanças sociais, inovações tecnológicas, descontinuidades competitivas e mudanças regulatórias (MUNIR, 2005). Oliver (1992) explica que existem três tipos de pressões ambientais: políticas, instrumentais e sociais.

d) Pressões institucionais

As pressões institucionais se referem às pressões que atuam de modo a incutir a conformidade para com os padrões institucionais e, neste sentido, para se obter a legitimidade que emana deste processo. DiMaggio e Powell (1983) comentam que estas se apresentam na forma coercitiva, normativa e mimética sendo que, da mesma forma que derivam de condições distintas, podem levar a diferentes resultados.

A pressão coercitiva pode ser sentida como uma força, como persuasão ou como convites para se unir em comunhão. São resultado de pressões tanto formais quanto informais exercidas em organizações por outras organizações, as quais são dependentes, e por expectativas culturais na sociedade em meio a qual as organizações funcionam. Lawrence, Winn e Jennings (2001) comentam que a pressão coercitiva está frequentemente associada ao Estado e descrevem-na como a ameaça ou a o uso real de força por um ator poderoso de forma a obter conformação. No caso em estudo, as propriedades familiares encontram-se sob pressão coercitiva do Estado representado pela EMATER, pressão esta exercida por se encontrarem em dependência dos financiamentos diferenciados, os quais lhes foram destinados.

DiMaggio e Powell (1983) reportam-se aos requerimentos legais e técnicos que moldam as organizações ressaltando os efeitos no comportamento e na estrutura organizacional que seriam ocasionados pela existência de um ambiente legal comum. Citam Weber que se refere aos impactos de um sistema complexo e racional de contrato por lei que requiere os controles organizacionais necessários para honrar os comprometerimentos legais. Scott (2001) designa a coerção como sendo o principal mecanismo de controle.

A pressão normativa se acomete como restrições impostas ao comportamento social através de normas e valores, no entanto, simultaneamente, tem efeitos de habilitar e fornecer poder a ação social. A ênfase estaria sob as regras normativas que introduzem dimensões prescritivas, avaliativas e obrigatórias à vida social. Há valores e normas que são aplicáveis a todos os segmentos da sociedade, no entanto, para alguns tipos de atores ou posições recaem ainda outras formas específicas de valores e normas, através dos papéis que lhes são atribuídos. Scott (2001) comenta tratar-se de expectativas normativas de como atores específicos são supostos de agir.

Com relação aos processos miméticos, DiMaggio e Powell (1983) explicam que a incerteza também implicaria em uma pressão para acarretar na conformidade com padrões legítimos. Quando as tecnologias das organizações são mal compreendidas, quando as metas são ambíguas ou quando o ambiente cria incerteza simbólica, as organizações tenderiam a se modelar em outras organizações que consideram mais antenadas com as instituições vigentes.

e) Difusão

O sistema social é um importante elemento para a análise da difusão, sendo que o comportamento individual não explica totalmente, segundo Rogers (1995), todos os elementos implicados na difusão. O autor conceitua difusão como o processo no qual uma inovação é comunicada ao longo do tempo entre os membros de um sistema social, por meio de certos canais. Neste processo de difusão, compreendendo a disseminação e transferência de uma inovação, ocorre a *adoção* destas por diferentes organizações.

A difusão estaria intrinsecamente relacionada com o elemento comportamental da resposta de adoção, porém, não implicado necessariamente com os aspectos atitudinais, ou seja, com a crença internalizada no valor das práticas.

f) Difusão coercitiva

A difusão coercitiva seria o processo de transmissão, através de indução, de elementos ou características culturais para outras regiões. A lógica da dependência de recursos advoga em favor da instrumentalidade da legitimidade, ou seja, defende que a partir de coerção com o reforço na prerrogativa dos recursos, se constrói a legitimidade (OLIVER, 1991).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com objetivos diretos de fornecimento do crédito estaria associado com o objetivo de indução à modernização técnica do meio rural, objetivos estes que se relacionam ao aumento da renda, à elevação da produção, à melhoria da produtividade, ao uso racional da terra, à proteção ao meio ambiente e, por conseguinte, à melhoria de vida e a fixação do homem ao campo (PRONAF, 2005). Para tanto, como mencionado, faz-se um requisito a assistência técnica aos produtores que desejam beneficiar-se do crédito do PRONAF, de maneira que, ao se

submeterem a essas exigências, estivessem contribuindo para a realização destes objetivos maiores.

g) Adoção

Van de Ven (1995) determina que a adoção é o processo através do qual usuários selecionam e implementam uma inovação. Sobressai deste conceito o debate da escolha racional e da racionalidade limitada pelos valores e crenças socialmente compartilhados, aos quais, os indivíduos estariam imersos.

Kostova e Roth (2002) considerando na resposta de adoção as influências da interpretação e da percepção, os quais expressam os valores culturais internalizados, colocam que a adoção de uma prática organizacional tem dois componentes: o desenvolvimento de padrões de comportamentos e de propriedades simbólicas inerentes aos comportamentos. Teorizam a adoção de práticas a partir de duas dimensões, implementação e internalização, para as quais, as suas diferenças em níveis e configurações se refletiriam na variação das respostas de adoção. Neste sentido, portanto, refletindo o nível geral ou a profundidade da adoção em meio ao contexto de difusão.

A definição utilizada no estudo de Kostova e Roth (2002) é adotada neste estudo sendo esta opção em razão deles se apresentarem mais factíveis de se detectar na análise das respostas do público da pesquisa. Portanto, os conceitos foram operacionalizados como se segue:

- Implementação - referente aos comportamentos e ações externalizados e objetificados implicados pela prática; e
- Internalização – concernente ao estado em que os indivíduos da unidade receptora vêem a prática como valiosa para a unidade do seu contexto e tornam-se comprometidos com ela

h) Adoção Cerimonial

Segundo Meyer e Rowan (1977) a adoção cerimonial se daria na medida em que se adota formalmente uma prática, visando favorecer-se pelos seus aspectos legítimos sem, no entanto acreditar no seu real valor para a organização. A definição que se apresenta neste

estudo segue como em Kostova e Roth (2002) que estabeleceram a adoção cerimonial como um nível relativamente alto de implementação acompanhado por um baixo nível de internalização. Adotando a perspectiva contida em Zucker (1977), não se considera a institucionalização nestes casos. A institucionalização para esta autora remete a pensarmos no indivíduo imerso num entorno institucional donde não seria possível de se vislumbrar alternativa fora deste referencial, não havendo opções para este indivíduo à não ser a internalização dos padrões institucionalizados.

i) Práticas organizacionais

Práticas organizacionais são definidas em Kostova e Roth (2002) como: “conhecimento de uso rotineiro da organização para conduzir uma função particular que se desenvolveu ao longo do tempo sob influência da história, das pessoas, dos interesses e das ações organizacionais” (p.216). O conhecimento compartilhado da organização se reflete nas práticas organizacionais que tendem a ser aceitas e aprovadas pelos membros desta. Têm significado social moldado pelo contexto institucional na medida que “são profundamente enraizadas e refletem o entendimento amplo da realidade social, sendo induzidas pela opinião pública, pela legitimação do conhecimento através do sistema educacional, pelo prestígio social e por leis” (MEYER e ROWAN, 1977 *apud* KOSTOVA e ROTH, p.216; 2002).

No estudo em questão, as práticas organizacionais recomendadas pela assistência técnica do EMATER são referidas como técnicas, sendo estas um componente da tecnologia. A tecnologia é descrita como um conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços, e que está integrada não só por conhecimentos científicos, mas igualmente por conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas, tradição (oral ou escrita), etc (IBIC, 2005). Neste estudo será dada ênfase sobre as tecnologias de processo repassadas aos produtores rurais, sendo estas relacionadas com a produção, trato e o beneficiamento das culturas da propriedade.

3.3 Delineamento da Pesquisa

Com o intuito de se investigar o impacto do processo de transmissão e difusão de padrões tecnológicos na agricultura familiar, recorreu-se à pesquisa documental e de campo

de natureza qualitativa. Vinculado a esta concepção de pesquisa visou-se, portanto, à obtenção de dados descritivos, sendo o entendimento do fenômeno de estudo segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. Tal abordagem permitiu fazer considerações sobre o impacto do PRONAF-Crédito em termos da perenidade das técnicas de produção repassadas e sua institucionalização em meio aos pequenos produtores familiares que recorrem aos financiamentos para custeio de suas atividades.

O universo do estudo que engloba tais atores é constituído pelo conjunto de produtores familiares da região rural de Maringá-PR que se inserem nas seguintes categorias: populações de agricultores familiares que passaram a utilizar os recursos do PRONAF apenas recentemente e dos produtores que se desligaram do programa em algum momento. Na delimitação do período de análise optou-se por contemplar o período de 1997 a 2006 abrangendo, assim, todo o tempo transcorrido em que a política esteve em funcionamento em Maringá, desde sua implantação em 1995.

Para reunir as informações pertinentes ao estudo foi realizada uma pesquisa exploratória, através de entrevistas, na entidade da EMATER e do Banco do Brasil em Maringá-PR, a quais resultaram na obtenção de cartilhas, manuais informativos e informações sobre o funcionamento do programa. Em um segundo momento foi feito contato com a EMATER-PR de Maringá, de modo a que se obtivessem os dados secundários referentes às formas de acesso aos produtores familiares e aos períodos e frequência de contratos de financiamento efetuados pelos produtores familiares. Neste ponto, após o tratamento dos dados, pôde-se distinguir na população pertinente ao estudo os elementos, os quais, seriam amostrados nas duas categorias principais: G1 – dos produtores que contrataram empréstimos há mais tempo e que se desligaram dos vínculos com o programa em algum momento e G2 – de agricultores familiares que contrataram recentemente e/ou estão utilizando no momento os recursos do PRONAF.

A partir destes dois grupos, distribuiu-se os seus elementos em 4 subgrupos: A, B, C e D, com finalidades implicadas com o modo de investigação adotado: a quase-experimentação. Este método representa a situação de pesquisa quando não há seleção ao acaso nem controle experimental possíveis, o que, conforme Bruyne, Herman, Schoutheete (1982), caracteriza uma forma mais adaptada ao “campo”. Ressalta-se, contudo, segundo este autor, que esse método pode suscitar, mais ainda do que a experimentação de laboratório, no problema da validade interna e externa. Desta forma, os subgrupos assumem a função de permitir ao

pesquisador a detecção de diferenças que ocorrem naturalmente entre eles, aumentando o controle sobre as ameaças rivais, que podem produzir efeitos que se confundem com os da variável experimental.

Portanto, a pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas visando apreender os esquemas interpretativos dos agricultores compreendidos nas amostras dos subgrupos de G1 e G2. Pretendeu-se coletar informações que permitissem aferir sobre a percepção que têm do PRONAF e os seus valores e crenças a favor, ou não, das técnicas recomendadas às propriedades, juntamente com os interesses envolvidos na sua utilização. Por conseguinte, através de análise e comparação dos achados oriundos das entrevistas, foi possível fazer considerações sobre a internalização ou nível de adoção dos padrões transmitidos pela assistência técnica.

Tal abordagem subjetiva justificou que a pesquisa fosse de cunho qualitativo. Haguette (1987) enfatiza a relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, afirmando-o como pressuposto de suporte para os ‘qualitativistas’ em razão da incapacidade da estatística de contemplar muito dos aspectos dos fenômenos complexos e particulares. Triviños (1987, p.128) reforça esta colocação expondo que:

[...] a interpretação dos resultados não é vazia, mas coerente, lógica e consistente sendo ela a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. As descrições dos fenômenos, impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga são produto de uma visão subjetiva onde não caberia a expressão quantitativa e numérica.

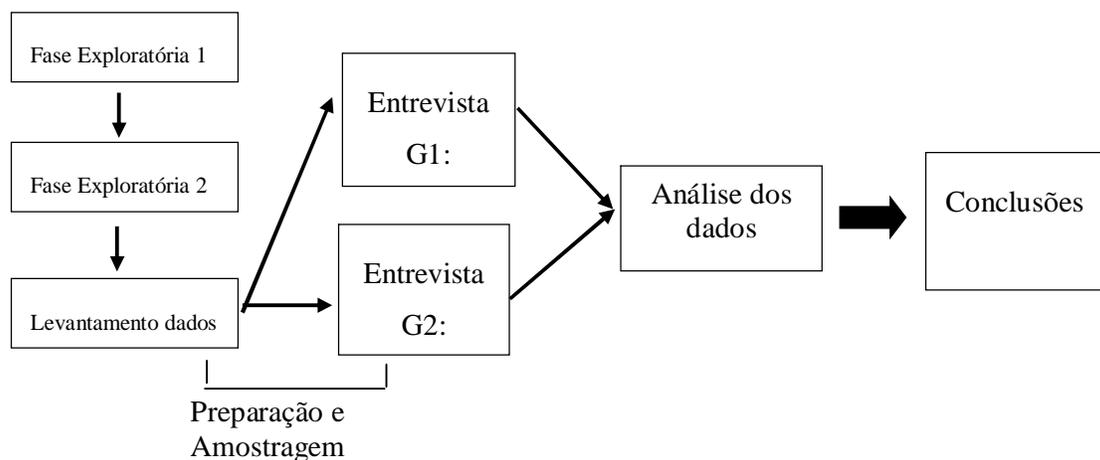
Ao discorrer criticamente sobre a relevância inadequada a que se tem dado para o elemento quantitativo nas ciências sociais, Richardson (1999) pondera que há domínios quantificáveis e outros qualificáveis, sendo a prioridade em função da natureza do fenômeno analisado e do material que os métodos permitem coletar. Assim, enumera os atributos de estudos que empregam metodologias qualitativas (p. 80):

[...] podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

3.4 Descrição dos Procedimentos Metodológicos

Baseando-se em uma pesquisa exploratória preliminar com o órgão responsável pelos projetos de assistência técnica EMATER realizada no dia 29 de setembro de 2005 com a entidade de Maringá-PR, obteve-se, informações sobre como se efetua o trabalho da transferência de tecnologia com os agricultores familiares, e sobre o que de fato está sendo implantado do programa. Com estas informações obteve-se apoio para a elaboração das etapas seguintes. Os procedimentos metodológicos adotados para a condução da pesquisa envolveram o emprego de pesquisa com corte transversal, de perspectiva longitudinal e do método de investigação ‘quase-experimental’ com delineamento da análise de descontinuidade da regressão. No levantamento de dados primários, a pesquisa de campo realizou-se através de entrevistas semi-estruturadas junto a amostras de dois grupos de produtores familiares de Maringá-PR, com seus respectivos subgrupos.

3.5 Estrutura da Pesquisa



I Etapa:

- Fase exploratória 1

Realizada na EMATER de Maringá-PR no dia 29 de setembro de 2005 com o intuito de buscar informações preliminares sobre o programa.

- Fase exploratória 2

Realizada na agência financiadora Banco do Brasil visando informações mais detalhadas e dados secundários através de cartilhas informativas sobre o programa.

- Levantamento de dados

Realizada na EMATER de Maringá – PR no dia 20/06/2006 para obtenção dos dados secundários necessários para efetuar a pesquisa de campo.

II Etapa:

Preparação dos dados e amostragem dos grupos.

III Etapa:

Pesquisa de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas nas propriedades contidas nos subgrupos A, B, C e D contidos em G1 e G2, em Maringá-PR, selecionadas nas amostras.

IV Etapa:

Análise de conteúdo

3.5.1 Modelo de investigação

De forma a perceber as relações de causa do PRONAF com a institucionalização das técnicas, como efeito de seu processo de transferência, fez-se uso de delineamentos ‘quasi-experimentais’. Este método de pesquisa representa a situação de pesquisa quando não há seleção ao acaso nem controle experimental possíveis, como geralmente ocorre nas situações reais, sendo que se está tratando dos fenômenos sociais, onde estão envolvidas complexas redes de interação. No entanto, Selltiz et al. (1987) ressalta que, mesmo sem poder se apoiar em uma situação de maior controle através de distribuição aleatória dos sujeitos, ainda pode-se realizar uma pesquisa e analisar relações de causa-efeito, sem um experimento.

Estas pressuposições originaram-se em Campbell e Stanley (1963 apud Selltiz et al., 1987) que enfatizam para estas situações ser apropriado recorrer aos ‘quase-experimentos’, que requerem a coleta criteriosa de dados em situações e momentos adicionais. Contudo, Selltiz et al. (1987) alerta que, em casos em que as pessoas não são distribuídas aleatoriamente, pode-se incorrer em diversas ameaças à validade do estudo. A estas ameaças,

o autor chamou de hipóteses rivais, as quais, somente com o uso de delineamentos quase-experimentais “cuidadosamente escolhidos” podem ser anuladas (p.38).

Bruyne, Herman, Schoutheete (1982, p. 237) reforçam o argumento, listando as ameaças rivais, as quais, cada uma delas precisa ser controlada para que não se produzam efeitos que se confundem com as da variável experimental e se permita a interpretação legítima da experiência.

- História: acontecimentos que interviriam entre as tomadas de medidas
- Maturação: as mudanças que atingem os sujeitos no decorrer do tempo
- Testing: os efeitos de um primeiro teste sobre os resultados de um segundo
- Instrumentação: modificações nos instrumentos de medida ou nas observações
- Seleção: as distorções provenientes da ‘seleção’ diferencial dos respondentes que formam os grupos de comparação.

Um ponto em favor dos ‘quase-experimentos’ é que eles podem ser menos intrusivos que os experimentos, sendo o processo adotado de distribuição de sujeitos, processos de seleção que naturalmente ocorrem no mundo. Enfatiza-se que, apesar das limitações em termos do aspecto de escolha intencional, são estas próprias limitações que fornecem aos estudos ‘quase-experimentais’ um componente de validade externa que algumas vezes os experimentos carecem (SELLTIZ, et al., 1987). Já em termos de validade interna, os experimentos proporcionam um controle maior. Contudo, Bruyne, Herman, Schoutheete (1982) pondera que raramente os dois tipos de validade estão juntos, estando sempre presente o dilema entre o controle e representatividade.

Portanto, de acordo com as características do estudo, o delineamento de análise de descontinuidade da regressão apresentou-se como o mais aproximado para balizar a pesquisa. Sendo uma extensão do ‘delineamento pré-experimental de grupo estático’, a utilização do ‘delineamento da análise de descontinuidade da regressão (DADR)’ pretende descartar a principal inadequação daquele, qual seja: a ameaça à validade causada pela hipótese rival da ‘seleção’. Tal ameaça se dá por que, como não se distribuem as pessoas aleatoriamente entre os grupos, é muito provável que eles sejam diferentes em vários aspectos que vão além da variável experimental. Logo, o DADR fornece informações sobre a plausibilidade de tais diferenças preexistentes entre os grupos ao permitir que o pesquisador examine as distinções

entre os vários grupos de não-tratamento para saber quais são as diferenças que ocorrem naturalmente entre os grupos (SELLTIZ, et al., 1987).

A operacionalização da investigação em um DADR se dá, como esclarece Selltiz et al. (1987), a partir da classificação ou ordenação dos grupos segundo um critério. No caso deste estudo o critério adotado é o de recebimento do crédito. Aqueles grupos abaixo do ponto limite estabelecido (ano 2000) passaram pelo tratamento, no caso, deixaram de receber os recursos. Aqueles acima do ponto limite (ano 2003) representam os grupos que ainda estão sob influência da coerção, seja por estarem utilizando os recursos ou por que deixaram apenas recentemente de utilizar, submetendo-se ainda às exigências implicadas nos contratos de empréstimos. Por conseguinte, o DADR é um delineamento de corte transversal, com perspectiva longitudinal quando permite fazer considerações sobre a mudança que se sucedeu ao longo do tempo, tendo nos grupos distintos a representação dos períodos ao longo de uma linha do tempo.

3.5.2 Fonte e forma de coleta de dados

Os dados foram coletados em documentos e através de entrevistas. A pesquisa documental realizou-se à partir de arquivos públicos, dentre eles: relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), periódicos e pesquisas acadêmicas, anais dos encontros nacionais, livros sobre a evolução das e as condições estruturais atuais dos Agricultores Familiares, boletins informativos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), cartilhas informativas do Banco do Brasil e manuais operacionais disponibilizados na EMATER.

Com estes documentos obteve-se informações sobre o funcionamento do programa para se extrair considerações sobre o efeito coercitivo na recomendação das técnicas, implicado no fornecimento do crédito aos produtores familiares. Cumpre destacar que esta etapa forneceu os elementos que contribuiriam na elaboração das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os atores envolvidos nos subgrupos inclusos nos segmentos G1 e G2, fundamentais na investigação do impacto do PRONAF - Crédito na institucionalização dos padrões tecnológicos.

Em um segundo momento, visou-se a obtenção de dados secundários dos produtores. Foram acessados os laudos de assistência técnica e os projetos de custeio agrícola realizados

pela EMATER, através dos quais, os produtores eram autorizados a contrair empréstimos ou renovar seus contratos com a agência financiadora. Realizou-se um banco de dados próprio com o nome, ano em que o produtor procurou a EMATER para obter o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou efetivar o projeto de custeio, telefone, endereço e roteiro de acesso. Em posse destes, foi possível focar os grupos específicos, alvo da pesquisa.

Dentre as técnicas de entrevistas existentes propostas por Haguette (1987), foram destinadas a estes grupos, entrevistas semi-estruturadas. Este instrumento de coleta de dados, segundo a autora, é caracterizado pela adoção de um roteiro de temas pelo investigador, a que o entrevistado responde de maneira livre, podendo ser interpelado para maior aprofundamento nos tópicos levantados em suas respostas e para serem colocadas novas questões advindas destas. As entrevistas se sucederam com o auxílio do gravador o que possibilitou a transcrição na íntegra, ampliando a possibilidade de análise.

O roteiro ou guia das entrevistas foi elaborado com o intuito de captar os esquemas interpretativos referentes ao PRONAF, à assistência técnica e aos padrões repassados pela entidade representante do Estado. Desta forma, a utilização dos esquemas interpretativos analisados comparativamente, proporcionou investigar a internalização dos padrões recomendados através de grupos que se apresentam em situação diferente em relação à dependência com o programa. Sendo assim, pôde-se perceber os aspectos relacionados à retirada do estímulo financeiro e sua relação com a adoção. A utilização da entrevista do tipo não-estruturada como instrumento de coleta de dados é fundamentada em Selltiz (1987) que comenta, dentre as suas vantagens, que: são menos vulneráveis à possível inabilidade dos informantes em responder por escrito; e, pelo fato de poder haver instrução, possibilita a correção de interpretações errôneas por parte dos informantes.

Segundo Richardson (1999), as entrevistas do tipo não-estruturada têm como objetivo obter informações do entrevistado, seja de fatos conhecidos, ou de comportamentos, bem como conhecer opinião do entrevistado, explorar suas atividades e motivações. O autor distingue três tipos de entrevista segundo critérios do grau de liberdade que se deseja permitir ao respondente, e do nível de aprofundamento que se deseja nas informações obtidas.

Pela característica e o propósito da investigação, na concepção de Richardson (1999), as entrevistas realizadas ao público da situação estudada, enquadram-se na categoria de entrevista guiada. Esta é concebida como apropriada particularmente para as situações em que se deseja descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas

expostas a ela e, neste sentido, aproxima-se dos intuitos do estudo. Babbie (1999) reforça esta colocação quando alega que a possibilidade de aproximar um levantamento transversal com um estudo longitudinal ocorre buscando-se que os respondentes forneçam dados relevantes para questões envolvendo processo ou mudança. Portanto, são apresentadas no quadro abaixo as dimensões analíticas, as quais fundamentaram as entrevistas:

Dimensões analíticas
Frequência de participação no PRONAF
Motivos para participar/ não participarem
Conhecimento do PRONAF
Como se deu a assistência técnica da EMATER
Técnicas que passaram a utilizar apenas após terem contraído empréstimo
Fatores que contribuíram para adoção
Implicações para a propriedade rural com a adoção
Sentimentos em relação ao PRONAF
A percepção dos produtores da coerção em relação à adoção das técnicas
Percepção quanto às mudanças auferidas na comunidade

Quadro 1: Especificação das dimensões analíticas.

A versão integral do roteiro de entrevistas encontra-se em Anexo.

3.5.3 População e amostragem

O universo do estudo é constituído pelo conjunto de produtores familiares da região rural de Maringá que se beneficiaram do PRONAF. Entretanto, de modo a permitir que se façam considerações sobre o impacto na institucionalização de procedimentos técnicos por meio da indução, recorreu-se ao artifício de utilizar dois segmentos de população em que somente um perpassa pela mudança na relação com o estímulo financeiro. Como em um experimento, isola-se a variável experimental que, no caso específico do estudo, é o financiamento.

Cumprir destacar que, como mencionado anteriormente, não se tem a pretensão de enquadrar a pesquisa realizada para este estudo como pesquisa experimental. A aproximação através da terminologia denota uma semelhança de função, no entanto, é sabido das exigências mínimas sem as quais não se pode classificar o presente estudo como experimento. Da mesma forma, não houve intenção de um maior controle no tratamento das etapas da

pesquisa, de modo a que se possibilitasse a sua inclusão como uma pesquisa de plano experimental. Mesmo porque, assim, pretendeu-se ampliar a abrangência das respostas, proporcionando dados descritivos de maior utilidade.

Por conseguinte, numa primeira instância, recorreu-se a amostras intencionais ou não-aleatórias. De acordo com Richardson (1999) uma amostra é intencional, ou de seleção racional, quando os elementos que a formam relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano de pesquisa. Logo, as amostras foram alocadas, de modo a expressarem as especificidades necessárias à realização da pesquisa, nas seguintes categorias:

- ‘G1’ como o grupo ‘quase-experimental’ - dos produtores que contrataram empréstimos há mais tempo e que se desligaram dos vínculos com o programa em algum momento; e
- ‘G2’ como o grupo de ‘não-tratamento’ - populações de agricultores familiares que contrataram recentemente e/ou estão utilizando no momento os recursos do Pronaf (portanto, pressupondo que têm de implementar as técnicas e que têm fortes esquemas interpretativos em favor das técnicas).

Chamou-se um grupo de ‘quase-experimental’, ou seja, aquele que perpassa a experiência em que deixa de receber os recursos do PRONAF; e o outro grupo, de ‘não-tratamento’, em que não se submeteu à mudança, ou seja, que continua a receber o estímulo financeiro para adotar as técnicas. O papel do grupo de ‘não-tratamento’ é fundamental, possibilitando se fazer observações projetadas através de diferentes grupos. Servindo para determinar a relação entre o estímulo financeiro e os esquemas interpretativos e para averiguar se, retirado este estímulo, os produtores familiares continuam adotando fortes esquemas interpretativos para com os padrões transmitidos.

A seleção destes dois grupos se deu de modo a que os esquemas interpretativos dos produtores familiares, contidos nas respectivas categorias e separados por um período específico de tempo em que utilizaram os recursos do PRONAF, estivessem representando uma situação específica. Submetidos a diferentes condições no tocante ao relacionamento com o programa, pressupõe-se que os grupos, o quais se destina a pesquisa, expressem aspectos distintivos em relação às técnicas, que possam ser comparados. Portanto, no QUADRO 2 abaixo apresenta-se a distribuição dos elementos da população pelos anos em que contraíram empréstimos.

O anonimato dos produtores foi garantido através de sua identificação por código³, em que foi adotada uma numeração observando a ordem alfabética de seus nomes. Durante a etapa de planejamento da pesquisa os elementos que participariam da investigação foram escolhidos previamente e encontram-se demarcados no quadro.

GRUPO 1				GRUPO 2					
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
a-4	a-3	a-2	a-2	g-3	a-13	a-1	a-1	a-1	a-17
a-9	c-3	a-5	a-7	m-8	l-9	a-6	e-2	a-17	f-1
a-12	d-3	a-10	a-8	o-4	f-2	a-11	g-1	f-1	j-4
a-16	e-1	a-14	a-15			a-18	h-1	g-1	j-10
c-1/c-2	j-1	b-1	b-2			d-2	j-4	h-1	j-12
e-4	j-2	j-4	d-1			e-3	l-2	j-4	j-16
g-4	j-3	j-6	f-1			h-3	l-11	j-10	j-18
h-3	j-5	j-7	g-2			j-10	m-6	j-12	l-4
j-9	j-7	j-15	h-2			l-2	m-11	j-16	o-1
j-11	j-8	j-17	j-12			l-5	r-2	j-18	w-2
j-18	j-13	j-19	j-19			l-10		j-21	
r-7	j-14	j-23	l-7			l-11		l-3	
v-2	j-20	l-1	l-8			m-1		l-4	
	j-22	l-7	m-4			m-7		o-1	
	m-3	l-12	m-7			o-1		r-1	
	m-9	m-2	m-10			o-3		r-6	
	n-2	m-5	n-1			o-4		s-1	
	o-2		p-1			r-2		w-2	
	p-2		p-3			r-5			
	r-3		r-4			s-1			
	t-1		w-1			w-1			
	v-1		w-3						
	z-1								

Quadro 2: Distribuição da população de produtores por ano de requerimento de recursos do PRONAF (I). Fonte: Dados coletados, 2006.

³ A numeração, seguindo uma ordem crescente, representa a posição do nome em meio aos outros listados nos arquivos da EMATER com a mesma letra inicial.

Dentro de cada grupo, os produtores foram alocados em 3 subgrupos, observando a orientação em Selltiz et al. (1987) em que este adverte que, para contornar os riscos a validade do estudo, utiliza-se de vários grupos ‘de não tratamento’ para saber quais são as diferenças que ocorrem naturalmente entre os grupos. Num delineamento de análise de descontinuidade da regressão exige-se que estes grupos sejam todos classificados ou ordenados segundo um critério. No caso deste estudo o critério é o de tempo de participação nos recursos provindos do PRONAF.

Portanto, optou-se por utilizar amostras paralelas, as quais, segundo Richardson (1999), retratam situações quando se tem um problema relevante para mais de uma população. No caso estudado pretende-se apreender das populações os valores e crenças relativos aos padrões tecnológicos recomendados no PRONAF e a sua vinculação para com situações diferentes de relacionamento com o programa. O aspecto relevante para este estudo, distintivo nas duas populações, apresenta-se na forma da coerção para implementar as técnicas, em que os produtores teriam de se submeter para adquirir o financiamento.

Em um segundo momento da pesquisa, as amostras dos subgrupos A, B e C alocados em cada um dos grupos G1 e G2 são do tipo aleatória simples. A amostragem é probabilística aleatória, segundo Richardson (1999), conforme o princípio em que todos os produtores representam igual importância para o estudo e têm a mesma probabilidade de serem escolhidos, não havendo a preocupação com os casos especiais.

O método utilizado para selecionar ao acaso os elementos que constituem cada grupo foi o do sorteio, sem reposição. Na amostra do Grupo 1 foram selecionados 18 produtores (6 em cada um dos 3 subgrupos) dentre o período de 1997 à 2000. No Grupo 2, estabeleceu-se o critério, para o qual, estariam contidos os 18 produtores da amostra (6 em cada um dos 3 subgrupos), tendo estes adquirido empréstimos no período de 2003 à 2006. Procurou-se restringir os produtores nos segmentos de forma que, aqueles contidos em um grupo, somente tivessem obtido o recurso do PRONAF dentre o período estabelecido para seu respectivo grupo.

Prevendo a possibilidade de não encontrar alguns dos indivíduos correspondentes aos elementos escolhidos na amostra, nos respectivos endereços e telefones, principalmente os do Grupo 1 (mais antigos), selecionou-se através de sorteio uma amostra reserva, observando os mesmos critérios da amostra oficial, como se segue:

► Lista da amostragem reserva de G1: m-2, a-4, j-14, c-1/c-2, t-1, p-2, z-1, j-15, j-2/j-3, j-20, d-3, o-2, e-1, a-3, j-13, a-12, r-3, n-2, j-23, g-4, l-7, v-1, a-14, a-16, a-5, j-11, e-4.

► Lista da amostragem reserva de G2: a-11, l-3, m-1, e-2, s-1, m-11, o-3, d-2, g-3.

Durante a pesquisa, como se presumia, apareceu uma série de obstáculos. São fatos a que se tenta antecipar no planejamento, contudo, ou por falta de conhecimento do pesquisador do contexto prático, ou, por constituírem-se como inesperados, forçaram-no a desviar-se do esboço inicial. Portanto, a capacidade de flexibilização como intento de preservar a validade e confiabilidade da pesquisa deve ser considerada.

Durante as tentativas de estabelecer os contatos, baseou-se na amostra inicial de produtores. No entanto, verificou-se dificuldade para confirmar os encontros porque, além de terem, em muitos casos, modificado seus endereços e/ ou números de telefone, apresentaram muito receio. A insegurança/ desconfiança apesar de esperada – sendo um dos componentes culturais da população no meio rural – exigiu adaptações, as quais não se supunham. Inclusive, em alguns casos em que os produtores aceitaram participar, isso só se deu depois de repetidas investidas pela pesquisadora. Abaixo se relata o resultado dos contatos.

Relatório
25 entrevistas efetivas
17 mudanças do número do telefone
15 não foram contactados
12 número do telefone não existe mais
10 mudanças de endereço (3 para outras cidades)
8 produtores representados por outros nas entrevistas
6 número do telefone cancelado
5 participações negadas
3 falecimentos
3 não foram encontrados
2 alegam não ter feito PRONAF, apesar dos nomes entre os registros
1 alegação de ter feito PROGER
1 registro do projeto na EMATER, não tendo sido liberado o recurso no BB

Quadro 3: Relatório dos contatos.

Portanto, houve necessidade de se recorrer a uma nova base amostral, utilizando os produtores citados na lista reserva. A nova disposição encontra-se a seguir no QUADRO 4.

GRUPO 1				GRUPO 2					
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
A-4	A-3	A-2	A-2	G-3	A-13	A-1	A-1	A-1	A-17
A-9	C-3	A-5	A-7	M-8	L-9	A-6	E-2	A-17	F-1
A-12	D-3	A-10	A-8	O-4	F-2	A-11	G-1	F-1	J-4
A-16	E-1	A-14	A-15			A-18	H-1	G-1	J-10
C-1	J-1	B-1	B-2			D-2	J-4	H-1	J-12
C-2	J-2	J-4	D-1			E-3	L-2	J-4	J-16
E-4	J-3	J-6	F-1			H-3	L-11	J-10	J-18
G-4	J-5	J-7	G-2			J-10	M-6	J-12	L-4
H-3	J-7	J-15	H-2			L-2	M-1	J-16	O-1
J-9	J-8	J-17	J-12			L-5	R-2	J-18	W-2
J-11	J-13	J-19	J-19			L-10		J-21	
J-18	J-14	J-23	L-6			L-11		L-3	
R-7	J-20	L-1	L-8			M-1		L4	
V-2	J-22	L-7	M-4			M-7		O-1	
	M-3	L-12	M-7			O-1		R-1	
	M-9	M-2	M-10			O-3		R-6	
	N-2	M-5	N-1			O-4		S-1	
	O-2		P-1			R-2		W-2	
	P-2		P-3			R-5			
	R-3		R-4			S-1			
	T-1		W-1			W-1			
	V-1		W-3						
	Z-1								

Quadro 4: Distribuição da população de produtores por ano de requerimento de recursos do PRONAF (II).

Fonte: Dados coletados, 2006.

As células destacadas no QUADRO 4 indicam todos os produtores que foram efetivamente entrevistados juntamente com àqueles que estão representados por eles. Isto se dá porque no PRONAF são inúmeras as variações na forma do contrato: Ocorre do filho que incrementa sua renda através do PRONAF no nome do pai que está muito idoso e incapacitado de exercer a produção agrícola; Ocorre do pai que pega em nome dos filhos que estão iniciando a atividade; Ocorre PRONAF em regime familiar em que os membros da família estão registrados, no entanto, o pai é o responsável e único entendido de suas atribuições; entre outras formas de contrato que muitas vezes nem mesmo são prescritas pela lei, mas, foram criadas de modo a atender as necessidades do público do programa.

Da mesma forma, houve situações em que foi agendada uma entrevista com o produtor e na ocasião apareceu o irmão, primo ou cunhado, que também estava registrado em meio aos documentos dos produtores que utilizaram o recurso do PRONAF. Neste caso, foi necessário realizar em conjunto a entrevista. Portanto, por estes fatos, o número de entrevistas (25) destoa-se do número de produtores (32) representados durante o período analisado.

Nos QUADROS 5 e 6, estão representados a disposição dos elementos constituintes dos subgrupos de G1 e G2.

Grupo G1: ‘quase-experimental’

Subgrupos G1					
A	e-2, r-2 e l-2*	a-10	j-20, j-1 e p-2	v-1	m-5
B	a-14	a-12	g-2	m-10	j-11
C	n-1 e a-7	m-9	j-5	j-22	–

QUADRO 5: Composição dos sub-grupos G1.
Fonte: Dados secundários coletados, 2006.

Grupo G2: ‘de não-tratamento’

Subgrupos G2				
A	o-1	j-16	h-1 e g-1	l-3
B	j-21	a-17	a-6	r-1
C	m-1	a-18	r-6	–

QUADRO 6: Composição dos sub-grupos G2.
Fonte: Dados secundários coletados, 2006

3.5.4 Forma de análise de dados

A análise dos dados obtidos para a pesquisa foi realizada em duas fases. Primeiramente realizou-se a análise documental dos dados secundários, alicerce de toda a investigação. A preparação dos dados para posterior seleção dos elementos a compor a amostra, exigiu

* e-2, r-2 e l-2 estavam registrados como pertencentes ao grupo 2, mas, em entrevista se identificaram contrariamente.

seleção e classificação segundo critérios estabelecidos pelo pesquisador. Portanto, estando em conformidade com Bardin (1977, p.45), quando esta afirma que a análise documental consiste em “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, sua consulta e referência”. Cabe mencionar que o critério utilizado pelo pesquisador pode ser criticado quanto sua validade, no entanto, a reflexão utilizada é o modo pelo qual o pesquisador administra a oscilação analítica entre a observação e a teoria que considera válida (RICHARDSON, 1999).

Pondera-se que, de forma a atender aos objetivos do estudo, a que tem como foco a análise do processo de institucionalização dos padrões tecnológicos orientados pelo PRONAF, deva-se concentrar prioritariamente na realidade objetiva em questão e, portanto, se expressa mais em consonância com tal propósito a Análise de Conteúdo. Esta se apresenta de forma a captar o conteúdo mais explícito das mensagens dos sujeitos, o que de forma mais pragmática significa atentar-se: “no que eles falam”, diferenciando-se da Análise de Discurso que se preocupa com aspectos que muitas vezes estão materialmente ausentes, porém ideologicamente presentes nas mensagens.

Na etapa de análise dos elementos primários, procedeu-se à análise de conteúdo dos dados obtidos através da transcrição das 25 entrevistas semi-estruturadas. Conforme Richardson (1999), pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa, pois, trata-se de compreender de um discurso aprofundando suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas e ideológicas, extraindo assim, seus aspectos mais relevantes. Na concepção de Bardin (1977, p.21) a análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

No sentido de contemplar as especificidades necessárias à análise de conteúdo, Bardin (1977) assinala três etapas básicas que se relacionam com o objetivo de descrever, inferir e interpretar o conteúdo de mensagens: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial. Na pré-análise a pretensão seria a de organizar o material, fazer uma leitura geral em que se permite ao investigador formular os objetivos gerais da pesquisa, as hipóteses

amplas da mesma e determinar o ápice da investigação, a qual o pesquisador deve fixar sua atenção. Na descrição analítica, o material de documentos que constitui o corpus perpassa um estudo aprofundado, direcionado pelas hipóteses e referenciais teóricos, sendo a codificação e a categorização, elementos chave.

Bauer e Gaskell (2002) referem-se ao referencial de codificação como um modo sistemático de comparação por meio de um conjunto de questões (códigos) com o qual o pesquisador trata os materiais. São através destes códigos que se obtêm as respostas dentro de um conjunto predefinido de alternativas, o qual, constitui a seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa. Tratando-se da construção de um sistema de categorias, os autores fazem diversas considerações atentando sobre a natureza das categorias, os tipos de variáveis de código, os princípios organizadores do referencial de codificação e o processo de codificação, entre outros que devem ser observados.

A terceira etapa proposta por Bardin (1977), refere-se à fase da análise propriamente dita. Apoiando a necessidade da interação dos materiais, enfatiza-se que a reflexão, a intuição com embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações que aprofundam as conexões de idéias. Triviños (1987) atenta ainda para a ampliação da análise que não deve se prender somente ao conteúdo manifesto nos documentos, estendendo-se no exame do conteúdo latente, procurando desvelar as ideologias e tendências implícitas aos fenômenos sociais.

Bauer e Gaskell (2002) ressaltam no tocante a metodologia da análise de conteúdo aspectos sobre a qualidade, estes intrinsecamente relacionados com a questão fidedignidade- validade e os critérios de coerência e transparência que devem nortear todo o processo de análise de conteúdo. As etapas que são observadas na presente pesquisa para suporte da análise dos dados primários apóiam-se nas premissas destes autores, ilustradas no quadro a seguir:

Passos na análise de conteúdo
1. A teoria e as circunstâncias sugerem a seleção de textos específicos
2. Havendo muitos textos (transcrição de entrevistas), faça uma amostra para a análise completa
3. Construção de referencial de codificação ajustado tanto às considerações teóricas, como aos materiais
4. Teste piloto com posterior revisão do referencial de codificação que resulte em regras de codificação explícitas
5. Teste da fidedignidade dos códigos com vistas à sensibilização para as ambigüidades
6. Codificação de todos os materiais na amostra, estabelecimento do nível de fidedignidade geral do processo
7. Construção de um arquivo de dados para fins de análise estatística
8. Folheto incluindo: a) referencial de codificação; b) distribuições de frequência de todos os códigos; c) a fidedignidade do processo de codificação

Quadro 7: Passos de Análise de Conteúdo.
Fonte: Bauer; Gaskell (2002).

Sendo a pretensão de estudo apreender os esquemas interpretativos dos produtores familiares, a análise de conteúdo focou nas percepções e sentimentos que pudessem representar os valores, crenças e interesses dos produtores familiares. A divisão dos produtores em dois grupos visou, neste sentido, separar os produtores de modo a que os seus esquemas interpretativos se apresentassem de acordo com a situação em que se encontram em relação ao programa e às técnicas. No caso do Grupo 2, que contraíram recentemente empréstimos, pressupõe-se que, havendo estímulo financeiro para adotar as técnicas, os produtores expressem esquemas interpretativos fortes com relação a estas. Com o Grupo 1, através de comparação com o grupo ‘de não tratamento’, pretende-se perceber se os esquemas interpretativos mantêm-se fortes mesmo com a retirada da pressão.

Busca-se poder inferir se, através de um mecanismo coercitivo, em que submete os produtores à assistência técnica como condição necessária para a concessão de crédito, estar-se-ia influenciando na adoção dos padrões recomendados a estes, de modo que, mesmo após o rompimento com a utilização dos recursos da política, os invocariam pelo fato de as terem internalizado. Se os elementos que compõem os subgrupos de G1 internalizaram, seus esquemas interpretativos se aproximam dos de G2 e, por conseguinte, poder-se-ia inferir sobre a institucionalização das técnicas. Se não houve internalização e, somente houve implementação das práticas enquanto estavam sob dependência da EMATER, abre-se um precedente para se considerar a adoção cerimonial no caso estudado; o que, segundo Zucker (1977), significaria que não houve a institucionalização dos padrões técnicos.

A lógica para a análise no DADR – Delineamento da análise de descontinuidade da regressão - é a de se projetar o que o autor chama de ‘ponto longo’ através dos grupos que não perpassaram o tratamento e comparar a estimativa projetada com os resultados observados nos outros grupos que receberam o tratamento. Se estes últimos expressam esquemas interpretativos que diferirem dos projetados, haverá evidência do efeito do tratamento. Assume-se que, se houvesse uma tendência preexistente, esta tendência continuaria normalmente e não deveria ser confundida com um efeito do tratamento (SELLTIZ, et al., 1987).

Exemplo com base no estudo: Se os produtores que recebem o crédito são aqueles que naturalmente já usavam as técnicas antes mesmo do PRONAF e se os produtores são selecionados com base em recebimento de crédito, esperaríamos que a tendência dos esquemas interpretativos continuasse ao longo da linha programada, independente da pressão. Caso se verificasse um deslocamento dos esquemas interpretativos, quando da análise dos grupos que deixaram de utilizar os recursos, poder-se-ia inferir que a pressão determina os esquemas interpretativos em favor das técnicas e que o PRONAF não foi eficiente neste caso para a institucionalização destas. Para isso, primeiramente analisa-se o resultado obtido somente entre os subgrupos contidos nos grupos principais para descartar hipóteses rivais e, em um segundo momento, compara-se os resultados obtidos nos dois grupos principais G1 e G2.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Descrição dos Aspectos Operacionais do PRONAF

Nesta seção discorre-se, a partir das informações obtidas na fase exploratória 1 e 2, sobre os aspectos operacionais do PRONAF, em que se visou proporcionar ao leitor conhecimento sobre como de fato funciona a sua inter-relação como mecanismo de fornecimento de crédito e de capacitação técnica dos produtores familiares.

Com o objetivo de combater o quadro histórico de políticas concentradoras da agricultura no país, responsável pela forte exclusão social no campo foi instituído em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), hoje conduzido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Definido como uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento e da valorização da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF tem como eixos básicos o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros (Pronaf- Crédito); a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (PRONAF- Infra-estrutura); e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF- Capacitação). As ações são desenvolvidas por intermédio do repasse de recursos pelo Ministério da agricultura, mediante convênios com as empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural que promovem eventos e cursos de acordo com o levantamento das demandas locais de agricultores familiares (ANDRADE da SILVA, 1999).

No presente trabalho, por conseguinte, analisa-se o eixo do PRONAF-Crédito e seu inter-relacionamento com a linha de ação responsável pela capacitação e assistência técnica, donde se destacam os objetivos:

- PRONAF - Crédito (SEAB, 2006):

- (i) Fornecer apoio financeiro às atividades agropecuárias (do produtor e de suas organizações)

(ii) Financiar investimento agropecuário para implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico.

(iii) Financiar custeio agropecuário para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, de acordo com a proposta de financiamento.

● PRONAF – Capacitação (PRONAF, 2005):

(i) proporcionar conhecimentos, habilidades e tecnologia indispensáveis aos processos de produção, beneficiamento, agroindústria e comercialização; e

(ii) favorecer o intercâmbio e difusão de experiências inovadoras em educação, profissionalização e em tecnologias coerentes com as necessidades das atividades agrícolas familiares.

O PRONAF atua na realização destes objetivos a partir de quando o custeio ou o investimento é solicitado para uma determinada situação. Os recursos são repassados do governo - representando na FIGURA 5 o proponente do empréstimo - para as agências que exigem obrigatoriamente o acompanhamento periódico nas propriedades pela assistência técnica. Dentre os documentos que os produtores terão que apresentar ao Banco para terem acesso aos recursos do PRONAF está a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP), em que se encontra o comprovante do enquadramento do produtor em um dos seis grupos: “A”, “B”, “C”, “D”, e “E” (descritos no QUADRO 8), conforme as características do agricultor, a condição da mão-de-obra utilizada na propriedade, quanto a situação da propriedade, da terra e o nível de renda. Esta é obtida gratuitamente através dos sindicatos de trabalhadores ou de produtores ou, ainda, através da EMATER.

GRUPO	BENEFICIÁRIOS
A	Assentados da reforma agrária ou beneficiários do programa de crédito fundiário do governo Federal
A	Agricultores adimplentes, participantes do programa de recuperação de crédito fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA ou do Programa de Recuperação de Assentados do INCRA, que não tomaram financiamento de investimento nos grupos “C”, “D” ou “E”
A/ C	Assentados da reforma Agrária que já contrataram financiamentos do Grupo “A”
B	Agricultores com 30% da R.B. da propriedade rural e Renda familiar anual de até R\$2.000,00 ^(*)
C	Agricultores com 60% da R.B. da propriedade rural e Renda familiar anual de R\$2.000,00 até R\$14.000,00 ^(*)
D	Agricultores com 70% da R.B. da propriedade rural e Renda familiar anual de R\$14.000,00 até R\$40.000,00 ^(*) . Até 02 empregados permanentes
E	Agricultores com 80% da R.B. da propriedade rural e Renda familiar anual de R\$40.000,00 e até R\$60.000,00 ^(*) . Até 02 empregados permanentes

(*) Excluídos os benefícios sociais e a aposentadoria decorrentes da atividade rural

QUADRO 8: Enquadramento de A.F. por grupo.

Fonte: Baseada no Boletim informativo PRONAF 2005/2006 (FETAEP, 2005).

As modalidades de financiamento para cada grupo são descritas na QUADRO 9, como se segue:

GRUPO	Modalidade	Finalidade	Valor Máximo	JUROS ^(*)	Prazos	Carência
A	Investimento	Estruturação unidades produtivas	Até R\$ 16.500,00	1,15% ao ano	Até 10 anos	3/5 anos
A	Investimento	Estruturação unidades produtivas	Até R\$ 6.000,00	1 % ao ano	Até 10 anos	Até 3 anos
A/ c	Custeio	agricultura/ pecuária	R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00	2% ao ano	Até 2 anos	Não tem
B	Micro crédito Investimento	agricultura/ pecuária	Até R\$ 3.000,00	1 % ao ano	Até 2 anos	1 ano
C	Investimento	agricultura/ pecuária	R\$ 1.500,00 até R\$ 6.000,00	3 % ao ano	Até 8 anos	Até 3/5 anos
	Custeio		R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00	4 % ao ano	Até 2 anos	Não tem
D	Investimento	agricultura/ pecuária	Até R\$ 18.000,00	3 % ao ano	Até 8 anos	Até 3/5 anos
	Custeio		Até R\$ 6.000,00	4 % ao ano	Até 2 anos	Não tem
E	Investimento	agricultura/ pecuária	Até R\$ 36.000,00	7,25 % ao ano	Até 8 anos	Até 3/5 anos
	Custeio		Até R\$ 28.000,00		Até 2 anos	Não tem

(*) O Programa prevê rebate sobre os juros como bônus de adimplência

QUADRO 9: Modalidades de Financiamento.

Fonte: Boletim informativo PRONAF 2005/2006 (FETAEP, 2005).

Em posse da DAP, os produtores se dirigem à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para a elaboração do projeto técnico. Com base nas características específicas da lavoura é fornecida uma orientação e são exigidos alguns procedimentos com base em pesquisas já realizadas pela EMATER, responsável pelos projetos de assistência técnica do PRONAF em quase todo o território nacional. A análise de solo faz-se uma exigência para basear a orientação das técnicas recomendadas, das variedades, dos tipos de adubo a serem utilizados, dos tratamentos contra as pragas e doenças. Nas propriedades que estão iniciando o cultivo e utilizando o financiamento do PRONAF-Crédito pela primeira vez, a orientação se dá com relação aos tratamentos e à compra de adubo e sementes.

As técnicas mais recomendadas, segundo entrevista realizada na entidade de Maringá PR⁴, de maneira geral, são as relacionadas com a tecnologia de plantio e de produção das culturas e aquelas visando uma maior adequação das culturas aos respectivos clima e região das propriedades. Este aspecto corresponde ao primeiro dos pontos gerais do ‘tripé’ trabalhado pelo PRONAF, os outros dois relacionam-se ao aumento da renda da família do agricultor e a criação de vínculo associativista. No caso da não observação das técnicas sugeridas há emissão de uma advertência que alerta para a impossibilidade da renovação de contrato para o financiamento seguinte.

A figura abaixo contempla a discussão dos aspectos do funcionamento do programa.

⁴ Entrevista concedida pela unidade da EMATER de Maringá-PR, no dia 29 de setembro de 2005.

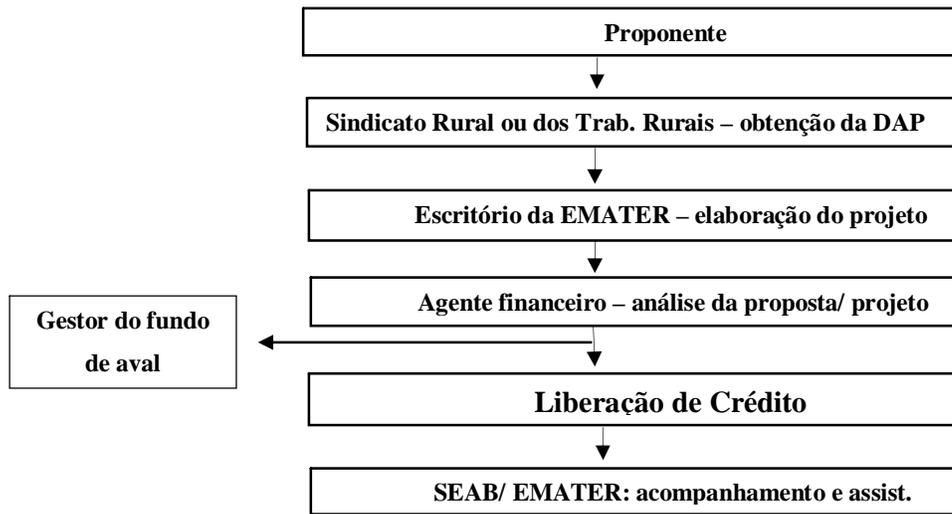


FIGURA 5: Fluxograma Operacional.

Fonte: SEAB (2006)

4.2 Práticas Agrícolas Trabalhadas pela Assistência Técnica⁵

a) Planejamento

O planejamento técnico e antecipado é fundamental para o sucesso das práticas de conservação do solo. Uma visão do conjunto da ocupação agrícola é essencial, pois não adianta atacar somente uma parte do problema. Deve-se considerar também os custos econômicos envolvidos e os preços pagos pelo mercado, pois a falta de retorno financeiro é um dos principais motivos de abandono das terras sem cobertura vegetal.

b) Roça

A “roça” é considerada no sentido de abater todos os arbustos e vegetais de uma determinada área para cultivá-la. No Brasil pode significar tanto o próprio terreno de cultivo, normalmente unifamiliar (...*está trabalhando na roça*), como a cultura ali plantada (...lucro

⁵ Conceitos extraídos de manuais informativos da EMATER – Maringá.

da *roça de feijão*) ou o próprio ambiente rural em oposição ao ambiente urbano (...*morando na roça*).

O método de cultivar roças é milenar, possivelmente transmitido por culturas mais adiantadas como a dos Maias e dos Incas, que se disseminou por toda a América do Sul, e até hoje é praticado nas regiões menos adiantadas do Brasil. Consiste em abater toda a vegetação de uma área pré-definida para o plantio, esperar que as fibras e material lenhoso sequem ao sol até formarem material combustível suficiente para a queimada.

Este trabalho de corte do vegetal atualmente é feito com foices, facões ou terçados de metal, mas os indígenas apenas quebravam os ramos e troncos mais finos ou, ainda, maceravam com bordunas de madeira a vegetação mais rasteira. O fogo se incumbia de matar ou pelo menos desfolhar os arbustos maiores e as árvores do local.

c) Adubação

Denomina-se adubação a prática agrícola que consiste no fornecimento de adubos ou fertilizantes ao solo, de modo a recuperar ou conservar a fertilidade deste, suprimindo a carência de nutrientes e proporcionando o pleno desenvolvimento das culturas vegetais. A adubação pode ser assim classificada:

- i) Quanto ao tipo de fertilizante: *mineral* (Ex.: NPK, sulfato de amônio, superfosfato simples) ou *orgânica* (Ex.: esterco de curral, vermicomposto, vinhaça, adubos verdes);
- ii) Quanto à via de aplicação: diretamente no solo, foliar e via água de irrigação ou fertirrigação.

d) Aração

A aração é o processo de revolver um terreno agrícola com um arado, equipamento mecânico tracionado. Sua finalidade é descompactar a terra para um melhor desenvolvimento das raízes. Expõe o subsolo à ação do sol, ajudando a aumentar a temperatura e apressar o degelo. Também enterra restos de culturas agrícolas anteriores ou ervas daninhas porventura existentes. Melhora ainda a infiltração de água no solo. Foi uma das grandes invenções da humanidade, por permitir a produção de crescentes quantidades de alimentos e o estabelecimento de populações estáveis.

Dentre os tipos de arado estão:

- Manual: vanga ou enxadão, de madeira ou ferro;
- Cunha simples: primitivos arados em madeira ou ferro, em forma de L, de tração animal;
- Aivecas: arados em ferro na forma de um “V”, com tombador de terra, para tração animal ou mecânica;
- Discos rotativos: grandes discos de aço apoiados em mancais rotativos, para tração mecânica;
- Grade aradora: montagem especial de discos para utilização em áreas planas.

e) Capina

A Capina é um procedimento agrícola que consiste na remoção de plantas invasoras ou plantas daninhas de modo a privilegiar o desenvolvimento da cultura de interesse.

f) Irrigação

Irrigação é uma técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação. Complementa a precipitação natural, e em certos casos, enriquece o solo com a deposição de elementos fertilizantes. O método de irrigação é a forma pela qual a água pode ser aplicada às culturas, dependendo de uma série de fatores. Os principais métodos são os seguintes:

- Escorrimento: a partir de regos ou canais , onde a água desliza, sendo o seu excesso recolhido por uma vala coletora;
- Submersão: utilizado em terrenos planos;
- Infiltração: Utilizando sulcos abertos entre as fileiras de plantas;
- Aspersão: A água cai no terreno de forma semelhante à chuva.

g) Correção de Solo

A correção de solo caracteriza-se pela alteração nas propriedades do solo pela adição de substâncias, como calcário e fertilizantes, para torná-lo mais adequado ao crescimento das plantas.

h) Conservação do solo

Conservação do solo, na agricultura ou pecuária, é o conjunto de práticas aplicadas para promover o uso sustentável do solo para o plantio. A erosão, a compactação e o aumento da salinidade do solo são os maiores problemas relacionados ao manejo inadequado e terão relação direta com a escassez de alimentos num futuro não muito distante, resultando num profundo desequilíbrio do sistema produtivo, se praticas corretas não forem adotadas. A população do mundo gira em torno 6 bilhões de habitantes, obrigando a humanidade a disponibilizar pelo menos 1 bilhão de hectares de área agricultável. As áreas com manejo inadequado reduzem significativamente seu potencial de produção, por isso hoje se trabalha em virtude da renovação e aprimoramento das técnicas produtivas. Deve-se observar que os recursos são limitados, não podendo ser desperdiçados. As principais práticas de conservação de solo são:

- 1) Análise do solo: A agricultura deu um salto evolutivo quando descobriu um modo prático de adubar as culturas com os químicos necessários. No entanto hoje o problema é o aumento da salinidade do solo provocado pelo excesso de adubação. Uma análise previa em laboratório especializado das características físico-químicas do solo em função das culturas permite a aplicação da quantidade ótima de fertilizante, evitando o excesso.
- 2) Plantio em nível: A erosão reduz significativamente o potencial de produção. A água que escorre leva consigo o potencial produtivo do solo. Evita-se o problema reduzindo-se a velocidade de escoamento com a utilização de barreiras, curvas de nível, terraços e outros artifícios adequados, baseados em levantamentos topográficos da área e projeto feito por técnico competente.
- 3) Rotação de culturas: Cada tipo de cultura agrícola tem sua necessidade, e muitas vezes o que falta para uma é o que sobra da outra. Assim um manejo adequado das culturas resulta em menor necessidade de adubos e defensivos. Como regra geral, não se deve repetir o gênero da planta em safras consecutivas.
- 4) Adubação verde: Consiste basicamente em plantar uma cultura que não se aproveita economicamente, apenas para manter o solo coberto e diminuir a erosão entre os períodos de plantios comerciais, ou nas linhas de culturas

permanentes. Como normalmente se empregam culturas que aumentam a fertilidade do solo, como as leguminosas, que fixam o nitrogênio diretamente do ar com a ajuda de bactérias, o resultado é uma melhor produtividade no próximo plantio. Existem também plantas que reduzem a compactação do solo com suas raízes profundas.

- 5) Plantio Direto: Entende-se por plantio direto o ato de revolver o mínimo possível o solo durante o plantio, isso é, abrir apenas um sulco para a incorporação do adubo e da semente, dispensando os processos convencionais de aração e gradagem e mantendo os restos da cultura anterior sobre o solo. Utilizam-se plantadeiras especiais com discos de corte para não se enroscarem com a vegetação. O plantio direto promove o mínimo desgaste do solo e de sua atividade microbiana. Uma das principais vantagens desse processo é que ele diminui significativamente a compactação das camadas mais profundas do solo em virtude da redução do uso de máquinas pesadas e da presença de cobertura do solo sobre o terreno. Sua principal desvantagem é um aumento inicial no uso de herbicidas para controle de plantas invasoras. Por isso um competente acompanhamento por agrônomo ou técnico especializado é fundamental ao processo. As vantagens do plantio direto vão se acumulando safra após safra, num processo cumulativo virtuoso.

i) Orientação para preservação da Mata Ciliar

Mata ciliar é a formação vegetal localizada nas margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. Considerada pelo Código Florestal Federal como "área de preservação permanente", com diversas funções ambientais, devendo respeitar uma extensão específica de acordo com a largura do rio, lago, represa ou nascente. Segundo o Código Florestal (Lei n.º 4.771/65), a mata Ciliar deve ser mantida intocada, e caso esteja degradada deve-se prever a imediata recuperação. (MATA CILIAR, 2006)

4.3 I Fase de Análise dos Dados de Campo

4.3.1 A dimensão contextual dos Produtores familiares de Maringá-PR

O lugar social traz muito para a análise das mensagens emitidas pelo público investigado. Como as regularidades em cada lugar social se dão segundo uma ordem ideológica, não se pode pensar no discurso em separado do lugar social que ele existe. Logo, propõe-se aqui nesta seção apresentar alguns elementos históricos e alguns dados para situar o leitor de alguns fatos perpassados por estes produtores de quem se visa extrair a análise de seus esquemas interpretativos e quais são os elementos históricos que baseiam a sua percepção de mundo.

A dimensão contextual dos agricultores da região de Maringá perpassa os anos da segunda metade do século XX. Neste período estão incluídos desde os anos da origem da cidade, quando a ênfase do setor agrícola era o café, até os anos recentes em que muitas mudanças se apresentaram em decorrência do desenvolvimento das tecnologias agrícolas, com impacto na precarização das condições de vida dos pequenos produtores. Foram diversas as tentativas de se instalar mecanismos para inverter o processo insustentável que se instaurou, sendo estas nem sempre bem interpretadas, até porque, culminaram em resultados contestáveis em termos dos beneficiados.

Uma das medidas que mais influenciaram no cenário rural da região se deu em 1975 em decorrência de fatores climáticos os quais motivaram a crença de que a cultura cafeeira se apresentava imprópria para a região. O governo, portanto, financiou a substituição da atividade agrícola tradicional estimulando o cultivo de soja, mantendo-se até os dias atuais como prioridade dentre as alternativas adotadas pelos produtores rurais da região de Maringá. No entanto, esta opção trouxe conseqüências que se manifestaram de forma gradual para os pequenos produtores. Estas dizem respeito aos requisitos para o trato e às características específicas do mercado que, sendo uma commodity, com resultados proporcionais à escala de produção, inviabilizam um retorno adequado à manutenção e sobrevivência do produtor familiar que, cada vez mais, percebeu-se dependente da interferência do Estado.

No entanto, recentes progressos no direcionamento de políticas específicas ao segmento têm mostrado indícios de que são capazes, se não de combater, ao menos de amenizar a situação desfavorável a que se encontra o produtor familiar. O PRONAF como uma providência de abrangência nacional adquire contornos específicos da região, o que influencia

na resposta do seu público alvo quanto a sua aceitação ou não. Sendo a pretensão do estudo relacionada ao aspecto coercitivo da transferência de padrões, torna-se determinante nesta investigação, a consideração da cultura local expressa pelos esquemas interpretativos constituídos de valores, crenças e interesses, na interpretação deste público.

4.3.2 Detalhamento das Categorias Analíticas

Para a análise, recorreu-se a mais um código para facilitar a discriminação dos produtores pertencentes aos dois Grupos utilizados. Tal apreciação segregada pretende facilitar o acompanhamento da estratégia empregada para a análise, conduzindo o leitor aos resultados. Sendo assim, quando um trecho das entrevistas for reportado a um produtor para ilustrar um valor, crença ou interesse, a notificação do Grupo '1' ou '2' se dará em seguida ao código que representa o produtor. Na sequência analisam-se os dados conforme a distribuição nas categorias analíticas.

a) Valores

Os principais valores encontrados em meio aos relatos dos produtores foram os de: aquiescência, orientação técnica, segurança, estabilidade e previsibilidade, atualização e modernização técnica, dinamicidade na liberação de recursos e regularização dos tratamentos agrícolas.

Aquiescência	G1	14 ocorrências
	G2	11 ocorrências
Observações nos discursos expressando consentimento, o apoio ou não pelos produtores de um aspecto referente ao PRONAF		

O valor referente à aquiescência ao PRONAF pronunciou-se em ambos os grupos com alta representatividade. Presente no total das entrevistas com uma surpreendente homogeneidade percebida inclusive na intensidade das afirmações, releva-se a importância de se examinar os detalhes, os contornos que reservam as distinções dos segmentos representados por indivíduos que, pertencentes a um mesmo grupo social, são únicos na sua interpretação de mundo. No Grupo 1, pôde-se apreender de 12 entrevistas elementos que

denotam aprovação, sendo que, somente em duas delas os produtores não apresentaram assentimento em nenhum trecho, expressando-se com indiferença ou, até mesmo contrários.

Olha, na verdade, nós aqui era um pouco diferente nosso sistema. Nós tinha uma associação de um grupo de 10 produtor. Nesse grupo tinha um líder que entendia da cultura de uva, então ele que praticamente... a assistência vinha sim, mas nós se baseava mais pela pessoa do grupo. Mas, o pessoal da EMATER vinha também e fazia assistência, né? Mas como era uma cultura que estava iniciando aqui na região, eles também não tinha muito conhecimento, cê entendeu? Eles também estavam aprendendo. Então a gente baseava pelo líder do grupo que tinha um agrônomo de Açai, que vinha assim mensal, fazia a visita mensal pra nós. A gente fazia reuniões, tipo nesse barracão aí a gente fazia uma reunião aqui. Fazia o “Dia de Campo”, sabe? Entre nós 10.[...]

Pesquisador: Mas me explica um negócio, tinha tratamento de solo, da semente, isso eles passavam pra vocês?

Na verdade, é que nem eu disse pra você: a gente tinha aquele grupo, né? e a gente não confiava muito neles (EMATER) no momento, porque eles também era leigo, né? A gente confiava no nosso grupo, naquela equipe. (A10 -1).

Neste trecho apresentado acima se ilustra a situação em que o produtor associa uma imagem negativa à EMATER quando se reportando a cultura da uva, entretanto, num segundo momento, o produtor, quando se referindo a orientação recebida para o cultivo da soja, refere-se positivamente à assistência vinculada ao PRONAF, como demonstrado abaixo.

Houve assim, novidade na variedade da semente, orientaram também na variedade da semente, é... aplicação de inseticida, defensivo, né? Foi bom, trouxe benefício. Tem, além do tratamento da ferrugem, eles (EMATER) trouxeram uma orientação pra tratamento de semente. Porque antes nós pegava a semente certificada das cooperativa, onde faz as semente, e não fazia o trato da semente. E aí jogava no solo e como soja é uma semente oleosa, sabe? Se não tiver uma umidade suficiente, ela não germina. Ela começa a pegar caloria, ela derrete um pouco e não germina bem. Então, teve esse benefício do trato de semente: Aí elimina o fungo e também, se hoje você planta e não chove durante 15 dias, a semente, ela conserva aquele trato, ela conserva a semente. É muito bom porque, depois aquela semente germina uniforme. Eles passaram orientar muito assim, o espaçamento de semente por metro, sabe? Quantidade X de semente. Aquela questão da... ferrugem asiática. Aí eles também orientaram, tão orientando pra fazer aplicação de defensivo pra combater, né? que é preventivo. Foi novo, eles foram melhorando as técnicas e passando pro produtor. (A10 -1)

Já neste trecho que segue, é clara a expressão desfavorável ao programa de assistência de pequenos produtores quando o produtor declara sua preferência no sistema de base de troca ao financiamento bancário, sendo esta a forma em que o PRONAF distribui renda aos produtores familiares. Trata-se de um exemplo de produtor que teve de se desvincular do

programa por que não se apresentava mais com as características estabelecidas para o público alvo do PRONAF.

Produtor2: Eu acho que é melhor, assim, vamos supor, você deve 20 saco/alqueire, você sabe que deve aquilo lá. Se você financiou 10 alqueire pra 20 sacos, você sabe que você deve 200 sacos de soja. Não importa que soja vá a R\$200,00-R\$100,00 ou R\$50,00, sabe que é 200 sacos. Talvez o soja tá R\$30,00 e as vezes de ganhar R\$25,00, você precisa de mais saco pra pagar o financiamento. Na base de troca é melhor que financiamento de banco. (J22 -1)

O mesmo produtor adota um posicionamento indiferente quando indagado pela pesquisadora sobre as diferenças do PRONAF para o financiamento normal de custeio agrícola, que recorria antes:

Pesquisadora: E tem alguma diferença do financiamento de antes pro PRONAF?

Produtor 1: Não, o PRONAF é um juro mais barato, né Zé?

Produtor 2: é tudo a mesma coisa. [...] Sempre foi a mesma coisa.

Produtor 1: Ah, não... Acho que sempre foi a mesma coisa. [...]

Pesquisadora: E os outros produtores? O que eles falam em torno do PRONAF?

Produtor1: Da turma nossa lá, a maioria lá pega. Ah, eles entende que o PRONAF é um financiamento igual os outros, Banco do Brasil...

Produtor 2: Só muda o nome, PRONAF e financiamento normal só muda o nome, eu acho. (J22 -1)

Nota-se que o produtor não percebe diferença entre a forma de financiamento antiga e o PRONAF. Este fato pode ter explicação na ausência da assistência técnica pela entidade que representa o programa no campo, visto que, 'J22' recorre à assistência particular que não propicia o surgimento de aspectos favoráveis de contexto relacional entre a unidade transmissora e receptora. Assim, não se favoreceu a formação, por parte dos produtores, de significado em torno do PRONAF. Como não há um acompanhamento da EMATER, órgão responsável pela orientação, fiscalização e introdução de valores favoráveis ao programa, o financiamento passa realmente como um outro qualquer.

Entretanto, este caso não exemplifica a situação mais comum em meio aos pequenos produtores que, se não fosse pelo PRONAF, não obteriam orientação alguma e, sem atualização por parte dos técnicos, teriam de se basear na própria tradição de manuseio agrícola.

Quando tava no PRONAF, procurava a EMATER e qualquer dúvida era com eles e a gente confiava. [...]

Então a gente sempre trabalhava com [Nome da marca] em pó, que é o defensivo, depois através da EMATER foram pedindo pra gente pra não aplicar em excesso. Eles orientavam, mas não exigia também que fazia. E eu acatava a orientação porque achava melhor, também era mais econômico. [...]

Aquelas pessoas que tem uma chácara pequena e quiser começar bem, procura EMATER, o PRONAF, por que eles incentivam você a produzir. (N1 e A7 -1)

Em outra ocasião, quando questionados, os produtores demonstraram assentimento às imposições associando a ‘desobediência’ a um fator negativo. Os relatos que apresentaram tal conotação representam alguns dos exemplos que expressam a dependência como característica do contexto relacional entre PRONAF e os agricultores e, desta forma, são apresentados a seguir.

É, teve que fazer, no financiamento teve que fazer tudo isso aí. Teve que colocar bastante coisa na terra, o adubo também que precisa teve que colocar, potássio. Aí tem que fazer, você financiou aí tem que fazer. [...] Não tem jeito, tem que fazer de todo jeito. (A12 -1)

Eu confiei, sim. Mesmo porque, estas orientações foram vindas pra nós antes de você conseguir o benefício pelo PRONAF. Então, quer dizer: ou você faz, ou você não vai ter. Então você tem que seguir (risos). (M5 -1)

A dependência dos produtores para com o financiamento representa um fator importante na análise da transferência de padrões, pois, reforça a adoção das técnicas, como pode ser percebido em ambos os casos acima. Abaixo, esta característica do contexto relacional entre o produtor e o PRONAF está expressa quando o primeiro reflete seu receio em não conseguir pagar o financiamento por que não adotou as técnicas. A aquiescência está fortemente retratada.

Porque o esforço da gente é praticamente sempre o mesmo, porque, a partir de quando o agricultor ele entra no custeio, seja lá o PRONAF ou outro, ele tem que saber que ele tem que manejar diretamente, especificamente direito a lavoura dele porque se não fizer certo, praticamente, ele no final ele não vai poder pagar. Porque o agricultor... que eu lembro essa crise do agricultor, falidos e coisa... mas não tem agricultor, assim, caloteiro, agricultor tudo tenta fazer o negócio pra dar certo. Porque quando eu fiz o PRONAF, então, tinha que fazer todo... procurar fazer tudo certo pra não correr risco de chegar no final e não conseguir pagar aquilo. Então o agricultor tem aquela preocupação de fazer certo o que eles fazem e o que a gente sabe fazer, o que eles pedem e o que a gente sabe fazer, né? Pra dar certo pra no final pagar e não ficar devendo. . (E2, L2 e R2 -1)

Já na situação descrita abaixo, a intensidade alta da afirmação pode ser percebida quando 'V1' releva a boa relação com o banco. De forma a manter o crédito e manter-se condizente com as 'regras' do financiamento, o produtor mostra-se sobremaneira disposto.

Eu, eu já fiz, eles (do banco) já acostumaram com a gente, né? Já fez e já conhece, então, a gente procura fazer certinho, jamais eu vou pegar uma coisa do governo e vou comprar um... vou pra praia, comprar uma condução, não! Pra que isso?! Eu quero, eu preciso... Eu tenho conta desde 86 lá no banco, sempre andei certinho. [...] Eles têm a regra, a regra deles. Quando eles (fiscais do banco) passa aí, as vezes eles deve ver que o café tá ruim, talvez. Tem uns que pega muda de café e põe lá debaixo de uma árvore e fica lá sem ver nem vir e vai pra praia, vai comprar casa, moto. Não, a gente nunca... a gente deixa de comer, mas no banco, as coisas faz certinho. (V1 -1)

Conformar às imposições da EMATER teria um impacto positivo às propriedades, portanto, denotando-se, por sua vez, como uma pressão. Para Kostova e Roth (2002), as pressões internas de consentimento são prováveis de serem sentidas ainda mais fortes quando estas se percebem altamente dependente da matriz e, contudo, ao mesmo tempo em que não confiam ou se identificam com ela. Isso se daria porque a dependência, como componente do contexto relacional, é enfatizada no processo de transferência de padrões como um forte indicativo para a adoção cerimonial. Portanto, quando a organização receptora de padrões é altamente dependente da organização transmissora, mas, tem baixos níveis de confiança na, e de identificação com esta, a adoção se dará cerimonialmente.

Das entrevistas que compõem os dados para análise do Grupo 2, duas delas apresentaram trechos que expressam algum tipo de desaprovação ao PRONAF, porém não sendo exclusivamente contrárias em todo o relato. Portanto, 11 delas destacaram aquiescência de algum tipo ao PRONAF, ou seja, o total delas. Neste sentido, com algumas das exposições dos produtores deste segmento, pretende-se sumarizar os principais pontos descritos.

Com relação às modificações percebidas pelos produtores quando se submeteram aos requisitos para obterem o financiamento do PRONAF, os produtores apontam para algumas vantagens:

Ah, teve de mudar tudo, né? A água, quando chovia, aquilo descia uma água aqui que não era mole. As curvas de nível teve de reformar tudo, fazer tudo... era tudo igual tá aqui essa cabeceira. Ele mandou fazer tudo as lambadas e desmanchar. Essa aqui (aponta) nós não desmanchou por causa da água daqui. A água do vizinho pula aqui e desce aí pra baixo pra nós. (J16 -2)

Ah, sim. Naquela época não tinha essas exigências de análise de solo e terra pra poder plantar, não tinha talvez a exigência de uma fórmula de adubo – você tinha que adivinhar a fórmula que você quisesse. Dependia do... da coisa, porque era muito mais fácil. Então agora não. Agora exige tudo isso, você faz a análise da terra e eles vão orientar a fórmula de adubo que você vai punhar, as aplicações de veneno também que você vai usar, então tudo aquilo... a receita vem de lá. Aí você tem de aplicar aquilo ali. (H1 -2)

Nas entrevistas, um dos tópicos levantados pela pesquisadora referia-se a disposição para adotar as exigências requeridas pela assistência técnica vinculada ao PRONAF. Quando o produtor foi abordado no sentido de se averiguar se esta dedicação era constantemente mantida, obteve-se a seguinte resposta:

Ah, a gente tinha que ter, né? Tem que acompanhar eles. Porque eles são... eles já são uns caras formado, deram esta explicação pra gente! Eles são uns cara formado então a gente tem que seguir a regra. [...]

Quando eles chega assim e fala que tem que passar, eu pego e passo: É tanto, vamos supor - é 1 litro/alqueire, se é 2 litro/ alqueire que eles manda pra gente, a gente passa porque eles tão ali pra orientar nós. E não dá errado, é difícil dá errado, muito difícil. (A6 -2)

Eles passam o básico pra gente e... quem estiver na lavoura já sabe. Então, você tem que cuidar pra poder ter o retorno. Quanto mais você cuida, mais você tá em cima, melhor o retorno, né? (R1 -2)

Respondendo também a esta questão, outro entrevistado manifestou aquiescência:

Ela (EMATER) visita, ela vem ver, fez análise do solo, fala qual é o adubo que a gente pode por, como tem que por, quanto tem que por de adubo e acompanha, ele acompanha de forma que é uma coisa muito boa esse negócio do PRONAF. É muito bom. [...]

Porque sabe? O aluno tem que seguir o professor. Porque, se o aluno não seguir o professor, ele não vai pra frente. Ele fica sempre no primeiro ano. E a gente escutando o professor, então, a gente apanha um pouquinho, mas, vai aprendendo devagar. (J21 -2)

Comentando sobre a sua inclinação em adotar as técnicas, ‘R6’ enfatiza a sua disposição dizendo que, mesmo com o aumento dos custos, os esforços para seguir as orientações seriam válidos. Este posicionamento é justificado pela necessidade de conformar-se aos padrões legitimados pelo instituto de pesquisas, como se mostra abaixo.

Mais na parte de defensivo, no insumo, no fungicida e no herbicida que é maior o custo, então, sobe um pouco mais. Mas vale a pena porque senão perde a produção, tanto na ferrugem asiática, quanto no mato. Porque é o padrão, né? É que o... soja está bem padronizado, né? Então eles (EMATER) recomendam as variedades, adubação, tudo no conforme o padrão que tá hoje pela EMBRAPA e pelas pesquisas, né? (R6 -2)

Visou-se apreender informações dos produtores familiares quanto à relação que fazem da adoção das recomendações da EMATER com o programa, portanto, questionou-se se a possibilidade deles manterem a produção independente do financiamento, interferiria ou não na implementação das técnicas propostas. Para esta questão obtiveram-se manifestações de aquiescência, como pode ser visto subsequentemente.

É a mesma coisa. Independente ou não, né? Porque eles dão a orientação certa pro cê. Eles não brinca, não (risos). (J16 -2)

Tem que fazer do mesmo jeito, eu tenho PRONAF, ou eu não peguei financiamento, plantei por conta, eu vou ter que fazer do mesmo jeito. Soja tem a época que você tem que fazer, você não pode deixar pra semana que vem. Tem que plantar hoje, você não vai poder esperar passar 7, 8 dias. Então, quando eles falam a gente faz. (O1 -2)

Orientação Técnica	G1	14 ocorrências
	G2	7 ocorrências

Passagens nos relatos dos produtores que expressam um valor com relação à orientação técnica vinculada ao fornecimento do crédito

Com relação aos valores referentes à orientação técnica, percebeu-se significativa representatividade em meio aos relatos dos produtores, principalmente no Grupo 1, em que todos os elementos amostrais manifestaram valor em relação à algum aspecto da assistência técnica. Os relatos que exprimem uma percepção positiva dos produtores em relação a esta, indicando uma propensão maior de se aderir mais prontamente aos padrões, denotam importância e, por isso, estão retratados abaixo.

O Jorge da EMATER ia lá, fazia o... projetinho lá dele, ia lá no banco.
Pesquisador: E ajudou? Ele te ensinou, te orientou em alguns procedimentos que você não sabia? Foram bons?

Melhorou. É agrônomo, sabe entender, mandar passar os veneno. Daí não tenho o que falar. [...] Foi tudo orientado, não foi, assim, a tranco e barranco, não. [...] Pra falar a verdade, o Jorge eu conheço ele há muito tempo. Orientação dele, seguiu a orientação dele. (A14 -1)

Pode-se perceber na fala de A14 que, para ele, a observação das orientações significa que o plantio foi baseado em métodos legítimos em meio ao segmento dos produtores rurais. Outro detalhe relatado refere-se à vinculação que o produtor faz do seguimento das orientações à confiança adquirida durante um relacionamento antigo com o técnico. Este fato denota coerência com o estudo de Kostova e Roth (2002) que se adotou como referência. Neste, pressupõe-se que as pressões internas para a convergência àqueles padrões que elevariam a reputação e a legitimidade interna das propriedades tenderiam a aumentar, proporcionalmente à percepção de dependência em relação à EMATER. Contudo, quando paralelamente os produtores não confiam ou se identificam com ela, este processo resultaria apenas na adoção superficial dos padrões, pois, a falta de confiança leva a que os produtores questionem a eficiência das práticas e os motivos para a sua transferência pela entidade de assistência técnica.

Nos relatos que se seguem, semelhantemente ao trecho anterior, os fragmentos exprimem a confiança sentida pelos produtores, ao passo que retratam a importância da orientação técnica em suas atividades.

Hoje a gente procura um técnico na hora que a gente tem um problema numa lavoura; a gente vai procurar um técnico pra saber o que se pode fazer. A gente nunca vai entrando assim: - vamo fazer e já faz. Vai trocar uma idéia com o técnico ou com um agrônomo pra saber o que vai fazer. (E2, L2 e R2 -1)

Mas geralmente, a gente procura o técnico (EMATER), né? a pessoa que tem mais informação, que é mais qualificada. Porque as vezes a pessoa lá da casa que vendeu a semente não tem uma qualificação superior. Né? é só uma pessoa entendida na prática, assim, ou de conhecimento ou de ouvir falar. (M5 -1)

Na continuação, a fala de 'M10' enfatiza o papel dos técnicos na propriedade, situando-os como os próprios administradores.

A gente cuida da lavoura e eles cuida da gente dando a orientação que tem que fazer, sabe? Que é o agrônomo, que é os caras que tem experiência na... digamos assim, na soja. Uma doença que aparece na soja, ele conhece aquilo, então ele sabe o veneno pra combater com aquilo. Ele vem e fala assim pra você usar isso aí. Quem precisa

falar isso aí é o agrônomo, que ele é o nosso - como é que fala - nosso administrador, por que ele dá orientação pra nós fazer. [...]
 Digamos assim, se aparece uma doença na sua lavoura e a gente não sabe que doença que é aquela, tem que ter um técnico porque ele sabe o que é aquilo, não é? Ele tem que saber qual é o veneno que serve contra aquilo pra matar aquela doença. Então, acho que tem que ter o agrônomo, que nem nós fala: o agrôme, que ele conhece aquilo. (M10 -1)

No entanto, apesar de muitos dos produtores no Grupo 1 se posicionarem positivamente quanto à assistência técnica e com maior intensidade, metade deles refere-se à assistência técnica negativamente, como se exemplifica a seguir:

Aí sim, claro, você tem um procedimento, tem que fazer um projeto, porque, como: que tipo é sua área, se realmente você vai aproveitar toda a área, se você vai aproveitar só 50% dela, ver como é que é seu terreno, se é terra roxa ou se é terra mista, ou se, você vai precisar calcariar bastante ou menos, quantos quilos de calcário você vai usar. Aí ver a quantia de adubos. Então, essas informações, você sabe que recebe lá com eles (EMATER), cê entendeu? Agora eu acho que o pequeninho quando ele pega este pequeno dinheiro aí, ele tá pegando porque ele tá com a corda no pescoço. Eu acho que parte até é desviada para uma outra coisa. Tanto é que as vezes, não sei, (...) mas as vezes a EMATER ou, sei lá, esses órgãos deve até fazer umas vistas grossas, quando é estes casos aí, eu até faria talvez. Porque a gente sabe que o cara tá ali gritando, pedindo socorro. Então quando sai esse pequeno dinheiro aí, ele vai atacar onde ele... né? Ele só tem aquilo! (J5 -1)

O recurso destinado para a aplicação nos tratos recomendados estaria comprometido primeiramente com necessidades mais urgentes dos produtores, inviabilizando os investimentos para a produção agrícola, fato que se reporta negativamente ao PRONAF. Outro exemplo de valorização negativa da assistência técnica refere-se às situações em que o produtor atribui maior mérito ao conhecimento prático adquirido ao longo do tempo com a experiência do que ao conhecimento dos técnicos obtido através da educação formal.

Não é tudo o que eles estão falando que é prático, é que a gente faz tempo que mexe com isso, a gente não é bobo também. Se tiver que passar, a gente sabe. Não é assim, tudo o que vem de lá, o que eles manda nós fazer, nós faz. Não é assim, tanto tempo que a gente mexe com lavoura, acho que a gente sabe até mais que eles, né?
 Mas questão de dose, de quanto coloca, assim, aí sim vem deles. Mas, na prática pra fazer, pra tocar, vixi!, a gente sabe bem mais que eles, né Zé? (J22 -1)

No trecho acima, com uma intensidade maior de afirmação do posicionamento, pode-se acreditar que estes produtores têm uma tendência maior a resistirem na adoção dos novos

padrões que são trazidos pela assistência técnica e são menos aptos à sua internalização. No exemplo a seguir está expressa de forma semelhante esta idéia, porém, com menor intensidade.

Porque é muitos anos na agricultura, né? Então você já tem aquela, mais ou menos, aquela noção. Porque muitas vez o técnico chega assim e - é a mesma coisa que um médico: ele tem medo de errar – então, o que ele vai fazer? Ele vai: - oh, dado... ele tem medo de errar, agora tem que acertar, né? Porque já você já tem aquela prática, aquela experiência lá de você vai fazer aquilo e vai dar certo. Então, você já conhece já o que você tá buscando ali, né? [...]

Então, quando surgiu a ferrugem, foi o primeiro lote que surgiu foi no nosso, a ferrugem, sabe? Aí eu coletei as folhas, trouxe na Cooperativa, aí um falava que era, outro falava que não era, o pessoal da EMATER falava que NÃO era (ênfase do produtor). Então... aí o que eu peguei?: eu peguei um primo que é agrônomo e aí nós fomos na EMBRAPA lá em Londrina. A EMBRAPA é a que faz pesquisas, né? Aí levamos lá e a pesquisadora falou: não, realmente é ferrugem. (...) Porque... não é que surge que nem assim, que eu vou... Eles mesmo que são agrônomo, eles ficam meio perdido também, porque é uma coisa nova que entrou. (J11 -1)

Já no Grupo 2, foi menor a ocorrência de trechos que indicassem valor em relação à orientação técnica, no entanto, os produtores deste segmento praticamente não se reportaram negativamente, havendo apenas um relato, mesmo assim, com intensidade baixa. Portanto, podendo se inferir que neste grupo de produtores a assistência técnica tem uma conotação favorável. Essa posição se fortalece quando da análise dos relatos abaixo que indicam maior intensidade se comparados aos do Grupo 1.

Veio sim, vinha sempre. A gente pegou orientação bastante deles. Sabia bastante, mas, eles indicava mais coisa que era mais favorável aqui pra nós, pra produzir mais. [...]

Ah, eu acho que ajudou bastante, né? O PRONAF pros agricultor naquela época que começou o PRONAF, foi bom. Produziu mais quem pegou orientação da EMATER e tudo certo, né? Então, tratou a semente boa e corrigiu a terra produziu bem, produziu mais. Conforme vem a chuva, colhe mais. Semente de qualidade boa, né? [...]

Pesquisador: Vamos supor que você não precisasse do financiamento e que você tivesse renda própria, você teria interesse em estar mantendo as orientações do PRONAF, mesmo que não precisasse mais dos seus recursos?

Ah sim, ainda continua. Eu continuava sim, mesmo que não pegasse o financiamento, a orientação técnica (do PRONAF) é bom pegar pra plantar. (M1 -2)

Um aspecto que sobressai dos comentários extraídos das entrevistas ao Grupo 2 é que, diferentemente do indicado no primeiro grupo, os produtores valorizam o conhecimento

adquirido pela orientação técnica, não sobrepondo o conhecimento prático sobre ele. Isto se verifica abaixo quando a pesquisadora propõe aos produtores que reflitam sobre as mudanças nos tratos agrícolas trazidas pela EMATER.

Pesquisador: O que você usava antes e depois que a EMATER veio pelo PRONAF? Com as recomendações mudou o jeito de você cuidar da cultura?

Mudou. Mudou bastante porque eu, esses tempos pra trás, nem adubo eu não botava. Eu só tombava a terra e plantava. [...]

Só tombava. Mas, agora, como eu estou botando bastante adubo, então tem que plantar de enxada, na pura mão, sabe? Então vai dois covão e eu botando o adubo com a mão, pra botar uma quantia boa. Porque se não botar bem adubo, então, sabe, não chega na planta. Fica só na terra, então tem que a planta pegar, então tem que por bastante adubo e então é eu que tem que por. (J21 -2)

Eu já tinha mais ou menos conhecimento do que tinha que colocar na roça, até eu estava colocando um adubo que não era suficiente pra milho. Aí ele me orientou que colocasse mais forte. Que era mais... funciona nessa linha do NPK. Você tem que colocar a adubação certa pra lavoura certa. [...]

Essa proporção que eu usava antes, não estava sendo suficiente pro milho. [...] Com a orientação da EMATER, aí eu alterei. [...]

Pesquisador: O que mudou aqui com a assistência da EMATER?

Porque eu não tinha conhecimento, né, do... no caso da proporção, do milho eu não tinha conhecimento do que eu estava fazendo. Daí ele me orientou nesse sentido. (L3 -2)

Segurança/ Estabilidade/ Previsibilidade	G1	11 ocorrências
	G2	8 ocorrências
Valor que expressa a necessidade ou a importância para o produtor de mais segurança, estabilidade e/ ou previsibilidade.		

Uma série de fatores tem contribuído para agravar a qualidade de vida do pequeno produtor. Discorreu-se sobre estes na introdução deste trabalho, em que foi apresentado um breve histórico dos fatos que interferiram nas condições de vida do agricultor em geral resultando em pressões a que têm de lidar. Dentre as dimensões sociais mais críticas, Santos (2001) destaca a questão da exclusão social e da concentração fundiária, a relação do homem com a natureza, as transformações tecnológicas, as transformações da agricultura familiar e sua sustentabilidade, e a diversificação das alternativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global.

Estas questões vêm sendo sentidas de forma drástica pelo pequeno produtor que, quando não se sujeitam às condições que lhe são impostas, expressam uma grande necessidade de segurança ou requerem medidas mais afirmativas de compensação pela falta

de estabilidade em que vivem. Nas entrevistas notou-se a existência deste valor no discurso da maioria dos produtores, tanto no Grupo 1, quanto no Grupo 2, porém com uma discrepância quando se observa o sentido (positivo/ negativo) dos depoimentos. No primeiro grupo mais da metade das ocorrências foram negativas, ou seja, nestes casos, os produtores ressaltaram a importância para eles de que haja mais segurança, estabilidade e/ ou previsibilidade, como se pode ver nestes exemplos:

Oh, o agricultor, como ele não tem muito conhecimento jurídico, ele fica assim sempre preocupado, em cumprir sempre os compromissos dos vencimentos e ele vai lá, tentar... e vê se consegue pagar, então, tem esse lado que o agricultor sempre se preocupa. Tem alguns agricultor que não está assim, buscando esse recurso talvez de medo de... como houve no passado alguns casos de perder a propriedade, então eles estão pensando ainda, talvez falta informação, ou se informar, são bem receosos. (A10 -1)

Agora esses dias fui lá, tô até com o papel no carro ali, a carta pra nós pegar mais... eles faz aquele financiamento familiar, só que quando você vai lá, você acaba ficando com medo, porque nós vamos pegar o dinheiro lá e o que você tem na vida aqui, não cobre lá. [...]

Eu ia pegar um dinheiro lá no banco, 3 mil por verba, pelo café [...] mas aí, eu percebi que se eu pegasse estes 3 mil reais lá, depois eu não tinha como pagar. Ia muito próximo, pra pagar agora em Maio, não tinha jeito. Tem que pagar agora... (V1 -1)

O trecho a seguir foi retirado das informações fornecidas por um produtor quando se referindo a descontinuidade das atividades agrícolas que exercia. Essa foi a situação de outros 6 produtores do Grupo 1 que desvincularam-se do PRONAF porque desistiram da agricultura como atividade financeira.

Hoje estou trabalhando aqui na cidade, trabalhando na Usina, eu fiz esta casa do meu serviço, atualmente. Não falo que eu tirei da roça. Da roça, o que nós temos aqui hoje é essa data que comprei ela vazia. Essa casa aqui na frente que nós fizemos da mãe, foi tirado do serviço da cidade. E essa aqui também. Então, hoje, eu falo pra você a verdade: não tenho... eu trabalhei na usina, trabalho de tratorista hoje na usina aí. Se você falar pra mim: - Você quer voltar pra roça? Você quer voltar a plantar soja? Mexer com roça de novo eu falo pra você que não quero mais. Porque? Porque hoje se você for trabalhar de empregado e você plantar soja, qualquer outra lavoura, cê de empregado você faz mais futuro do que se tá lá.

A gente, eu trabalhei na usina e vou te falar a verdade, quantas e quantas propriedades, hoje, tá arrendado pra cana? A cana tá tomando conta. Porque? Porque é os pequenos igual eu. Pequeno que tem aí 10, 20 alqueires. Tá tudo quebrado. Igual esse ano, deu esse problema na soja, então o cara tem dívida. Então, a usina paga lá, vamo supor, 40 toneladas/ alqueire, dá 1200 reais / alqueire pro dono da terra. Ele não tem despesa de nada. Ele não tem problema de frustração do tempo, se o tempo tá bom ou se o tempo tá ruim, ele não tá nem aí. No fim do ano ele vai lá e deposita na conta dele, é 20 alqueires, dá 22 mil reais: tá lá na conta e ele não tem despesa de nada. (G2 -1)

Em contraste com os pronunciamentos acima, as informações descritas a seguir retratam o valor de estabilidade, tranqüilidade e previsibilidade associado ao PRONAF. Este valor manifestou-se no discurso de 'A10' enquanto o investigado respondia se suas expectativas foram atendidas pelo programa.

Superou. Porque, que nem eu disse, por um lado, eu estava descapitalizado, não tinha recurso próprio pra investir na lavoura, aí com o recurso eu tive como plantar, eu tive até com sobra pra manutenção da casa, deu tranqüilidade. Então a expectativa foi boa e eu alcancei o objetivo, acho. Se bem que, por outro lado, não tem nada a ver com o recurso né, nestes últimos 3 anos a estiagem acabou prejudicando o pequeno produtor. [...]

E de positivo é que sempre que você vai lá no banco tem o recurso disponível, o acesso tá fácil, né? Não tem mais aquelas promessas do tipo:

- Vem amanhã ou mês que vem. Hoje tem recurso sobrando praticamente. (A10 -1)

No relato de 'N1' que se segue, o valor em questão transpareceu quando este se reportava ao período em que recebia os recursos. Portanto, trata-se de um exemplo em que a perda de vínculos com o programa não influenciou negativamente na opinião a que se tinha sobre este aspecto do programa.

Quando eu fiz PRONAF eu vi que era mais fácil trabalhar, né? Acho que é mais o... As vezes você queria adquirir o dinheiro, só que era muito pouco, mas, pelo menos, vinha. [...]

Naquela época (do PRONAF), nós já tinha financiamento na mão. Hoje (com PROGER), financiamento vencendo hoje e o dinheiro não saiu ainda pra mim. Eu tenho que sair do trabalho pra ir lá correr. (N1 e A7 -1)

Seguindo esta linha de raciocínio, no segundo grupo - de produtores que ainda recorrem ao crédito bancário concedido por meio do PRONAF ou que apenas recentemente se desligaram - a maior parte dos elementos revelou o valor de segurança relacionando-o positivamente a algum aspecto do PRONAF. No fragmento de 'R1' na seqüência, obtiveram-se informações que revelam relação entre o valor de estabilidade/ segurança e a capacidade de administração dos recursos advindos do financiamento.

Muito bom, né? PRONAF... se a pessoa souber administrar, cada ano que você tem que pagar, os juros e depois o capital, então cê pode trabalhar sem preocupar, sabendo devolver no final da safra. Então, muita gente acha assim: é financiamento e aí começa a pegar outro financiamento e joga um em cima do outro, um pra pagar o outro e fica aquela dívida lá, vira uma bola de neve. (R1 -2)

Da mesma forma, 'R1' associa este valor ao seguro agrícola. Nota-se que a intensidade de sua assertiva é alta, dado que, para ele, o seguro seria a motivação para o pequeno produtor se submeter ao vínculo com o programa.

Era correria (antes do PRONAF), aquela correria mas, a questão de seguro, essas coisa aí, parece que não tinha muita coisa... você perdia, cê perdia mesmo. Então isso ajudava você a cair cada vez mais. Porque na lavoura você depende muito do tempo também, então se você tem um seguro, você tem segurança. [...]
Geralmente todo mundo aqui usa PRONAF. Você usa PRONAF porque tem seguro, né? Também, então se você planta com o próprio capital, não tem como fazer seguro, né? E isso aí já é uma ajuda. (R1 -2)

Na fala de 'O1', logo abaixo, consta também a relação entre o valor de Segurança/Estabilidade e o seguro agrícola. Contudo, merece destaque o ponto em que a identidade do pequeno produtor com o PRONAF é expressa, pelo que esta representa no contexto relacional entre a entidade do governo e os atores, público alvo de suas atividades.

Ele (PRONAF) ajudou, porque se não fosse esses juros baixo – eu falo que é baixo perto dos outros – tinha muito produtor que não ia ter condição de financiar. Porque ele não ia enquadrar nem como grande e nem como pequeno. Então pra ele financiar, vamos supor, que nem eu: se fosse pra mim financiar uma área de 6 alqueires e eu financiar com juro de 7,8%, não tem... o que eu ia fazer? eu não ia pegar nem PRONAF, não ia ter assistência da EMATER, não ia ter nada. Porque aí eu ia pegar na firma, tudo a base de troca os produtos, pra depois pagar com grãos pra eles. Então, como tem PRONAF, você tem uma segurança porque você vai lá, você financia, você sabe lá os juros, você tem o Pro-agro lá porque no caso de uma perca geral aí você recolhe o pró-agro, você vai ter uma cobertura. Então isso aí que ele tem que eu acho que facilitou bastante. Esse sistema de base de troca você fica na mão da empresa, ou você pega ou você abandona a roça, o sítio e vai embora. (...) Então aí que favoreceu muito, né? O PRONAF favoreceu muito o pequeno nessa parte aí. Eles tem aonde recorrer. Pode ir no banco e pedir: - oh, eu quero, eu enquadrado no PRONAF, vou pegar o PRONAF. (O1 -2)

A identificação positiva é retratada por Kostova e Roth (2002) como uma forte influência na adoção de práticas, visto referir-se à crença e a aceitação dos valores e metas da organização. Este fator favorece um melhor entendimento do significado das práticas e, ademais, favorece uma redução dos efeitos advindos de uma prática considerada “de fora”, vista como estranha e “dos outros” e fará com que a adoção seja internamente motivada. Dessa forma, mostra-se pertinente o trecho abaixo que contém elementos que denotam a identidade.

Traz uma tranquilidade pelo que a agricultura vem passando. Dá mais tranquilidade pro agricultor, porque o agricultor pequeno praticamente não tem acesso ao banco e o pessoal do banco trata muito mal, então com o PRONAF dá pra ter o movimento dele, ter o dinheirinho pra comprar os insumo tudo, né? [...]

Agora, fazer crédito na cooperativa assim, tem que vender logo porque o juro é maior. Nós fazer a base de troca também já compromete que fica preso com o pessoal também né? É obrigado a comprar de lá e vender, né? A vantagem então é ter uma liberdade de estar com o dinheiro, você pode comprar da cooperativa ou onde tá com melhor preço. E na cooperativa você consegue comprar à vista, não vai depender do crédito cooperativo que é mais juro maior. (R6 -2)

Modernização tecnológica/ Atualização técnica	G1	8 ocorrências
	G2	7 ocorrências
O valor de modernização tecnológica refere-se à percepção pelos produtores de mudanças das técnicas agrícolas e de seus benefícios. Já o valor de atualização técnica revela a necessidade sentida pelo produtor de atualização e a sua percepção de como se deu esta através da EMATER.		

No Grupo 1, o valor de Modernização e atualização tecnológica apareceu em 8 das entrevistas, tendo somente uma ocorrência a mais que no Grupo 2, o que, proporcionalmente indica que esteve mais representado neste último. Os relatos com referência negativa a esta dimensão de análise do PRONAF foram irrisórios em ambos grupos. A intensidade das afirmações foi maior nos pronunciamentos dos produtores mais antigos.

Na passagem abaixo, o valor da modernização técnica é reforçado quando ‘J5’ expressa relutância à manutenção de práticas antigas, sem que se busque atualiza-las. Destaca a relevância dada pelo produtor de se basear nas orientações da EMATER para estar condizente com as técnicas atuais, fundamentadas em estudos e pesquisa.

Então, você tem que obedecer. Não porque ele (técnico da EMATER) tá lá, ficando de cima, mas porque precisa confiar, eles estão ali, sabem das técnicas, eles ficam estudando, então não adianta você fazer como em 1960-70, né?... (...) Normalmente eles fazem algumas reuniões que, pra gente que não sabe, são importantes. Então, o agricultor que não participa, acaba *apanhando*, então, por isso que eles tentam fazer as coisas certas. (J5 -1)

No trecho subsequente apresentam-se elementos que, como no anterior, ressaltam a percepção do produtor da modernização tecnológica. Quando inquirido visando obter sua opinião no que tocante às implicações da resistência em adotar as recomendações da

EMATER, 'J11' atribui ao próprio produtor à responsabilidade pela atualização técnica, do contrário não irá usufruir dos benefícios proporcionados pelos avanços e melhorias.

Daí é porque hoje as pesquisas elas vai avançando. Vai sempre jogando coisas novas no mercado, né? Então tem que ir modificando, né? Se você não acompanha, fica sempre com aquelas variedades antigas. No caso da soja e milho também. Então, ou seja, você vai acompanhando e sempre vai vindo variedade nova. Sempre tão jogando... agora tem transgênico agora, sempre vem coisa nova. Então... e as pesquisas, a tendência é agora sempre melhorar, né? Ir melhorando, ir melhorando. (J11 -1)

Na seqüência, 'J20' responde a questão sobre a recomendação pela EMATER do báculo vírus, técnica que visa proporcionar economia através da redução da aplicação de insumos agrícolas. O agricultor reporta-se a importância que atribui às pesquisas e a assistência da EMATER no repasse de orientações para a atualização técnica do produtor.

Sim, naquela época já tinha (recomendação do báculo vírus). Tinha depois um pouco, inclusive eu já usei. Essa foi a EMATER que orientou, trouxe a lagarta, depois eu colhi. Eu passei numa parte aí depois eu colhi ela e passei em tudo. Teve muita coisa nova que a EMATER trouxe, inclusive teve uma época que o governo quis desativar estas pesquisas. Isso aí tem continuar vivo, caminhando porque é muito importante. É importante... porque senão fica todo mundo parado, porque agricultor não é... Eu plantei porque eu sou chapéu fincado, eu nasci lá na terra e tô lá na terra. Tem que ter alguém que vai estudando por aí pra ir atualizando, porque as coisas vão mudando, né? As coisas vão mudando... é que nem eu estudei até meu terceiro ano e numa matemática eu não apanho de ninguém, não. Mas do outro lado, eu já sou chapéu fincado por que hoje já tem computador, gente. Quer dizer, não tem mais nada. [...] Então, eu acho que a assistência ao produtor, a EMATER, a pesquisa, tem que continuar. Esta é minha opinião. (J20 -1)

Coerente com o restante dos depoimentos, 'A10' posiciona-se positivamente em relação à atualização técnica realizada pela EMATER confirmando os benefícios que se lhe apresentaram.

Houve assim, novidade na variedade da semente, orientaram também na variedade da semente, é... aplicação de inseticida, defensivo, né? Foi bom, trouxe benefício. Tem, além do tratamento da ferrugem, eles trouxeram uma orientação pra tratamento de semente. Porque antes nós pegava a semente certificada das cooperativa, onde faz as semente, e não fazia o trato da semente. E aí jogava no solo e como soja é uma... é que a semente é oleosa, sabe? Se não tiver uma umidade suficiente, ela não germina. Ela começa a pegar caloria, ela derrete um pouco e não germina bem. [...] Aí elimina o fungo e também, se hoje você planta e não chove durante 15 dias, a semente, ela conserva aquele trato, ela conserva a semente. É muito bom porque, depois, aquela semente germina uniforme, então teve esse

benefício do trato de semente. Eles passaram orientar muito assim, o espaçamento de semente por metro, sabe? Quantidade X de semente. Foi novo, eles foram melhorando as técnicas e passando pro produtor. Aquela questão da... ferrugem asiática. Aí eles também orientaram, estão orientando pra fazer aplicação de defensivo pra combater, né? que é preventivo. (A10 -1)

O fragmento deste mesmo produtor a seguir reforça seu posicionamento. Quando indagado se continuaria recorrendo à assistência da EMATER, mesmo que não mantivesse vínculo com o PRONAF, este expressa seu valor quanto à atualização técnica vinculada ao programa, indicando-a como fonte de apoio para a integração do produtor às novas práticas.

Ah, mas tem , porque ela (EMATER) sempre traz inovação. Sempre traz novidade, então é importante o produtor estar bem relacionado com os órgãos, né? Porque eles vão buscar pesquisa, estão sempre inovando. (A10 -1)

Os produtores do Grupo 2 e 1 trazem semelhanças em seus discursos conferindo à assistência prestada pela EMATER, os méritos da sua atualização técnica. O caso de 'A18', de onde foi extraído o relato abaixo, confirma essa semelhança além de listar algumas implicações do acompanhamento das mudanças tecnológicas.

No meu caso eu não tinha vocação agrícola, eu venho de outra formação. Minha esposa é que tem vocação agrícola. Então - e também, mesmo que ela tenha, mas ela também, a parte de tecnologia tudo avançou, mudou, produção, plantio direto, estas coisas tudo vão mudando e nós só conseguimos fazer graças a orientação deles (EMATER), dos amigos também. [...]

Porque a gente depende de tudo, né? Hoje em dia, ou você investe em tecnologia, compra tecnologia, ou então, você fica lá na maquininha lá e aí não produz. E pra você mexer com tecnologia, você depende de trator, você depende de pessoas, de plantadeira, precisa de tecnologia, né? Tem que manter curvas de nível, tem que manter tudo isso aí. Tem que compactar terra, você não pode perder área verde, a cobertura verde, tudo essas coisas tem que ter e aí isso demanda custos, né? (A18 -2)

À seguir, o produtor reporta-se à modernização tecnológica em termos das máquinas agrícolas que, tendo um alto custo, não seriam viáveis aos pequenos produtores que não trabalham em grande escala.

Porque, agora a gente não pode trabalhar mais como trabalhava antigamente. Antigamente todo mundo sabia que era no braço e agora não é, agora ninguém trabalha mais na enxada, não. Ninguém trabalha mais braçal, não. Todo mundo é

maquinário. Máquina é caro e meu cantinho de terra lá é pequeno, não vai ninguém porque não compensa. (J21 -2)

No entendimento de O1, o acompanhamento das palestras direcionadas aos pequenos produtores teria importância além da atualização técnica, possibilitando o atendimento do produtor em termos da atualização de seus direitos e interesses. Mais adiante se refere às recomendações da EMATER no sentido de estar indicando produtos menos agressivos e novas variedades mais compatíveis com o clima e a região.

E você tem que estar sempre acompanhando palestra pra você saber o que tem de novidade em financiamento, em seguro, você tem que estar sempre acompanhando, porque se você não acompanhar você fica pra trás. [...]

Pesquisadora: e no caso das novidades, já que a EMATER é vinculada com a EMBRAPA, que faz pesquisas e está sempre descobrindo coisa nova, eles traziam estas pra você?

Trazem na parte de semente, né? Quando tava tendo uma variedade nova lá, mais resistente, então eles... fala: - oh, vai ter essa variedade aí, tá lançando essa variedade aí, adaptou bem aqui na região, é uma variedade que vocês pode plantar que vai bem.[...] Eh, assim, parte de variedade de semente, essas coisas sempre foi útil. Produto mesmo, cê tá usando veneno pra matar lagarta, aí sai um produto novo, menos tóxico, prejudica menos o meio ambiente: tem tudo estas coisas. Então, isto aí, eles que traz. (O1 -2)

Representando a situação do produtor que exerce uma profissão na cidade simultaneamente aos cuidados agrícolas no meio rural, 'R6' destaca ainda mais o papel da EMATER na modernização técnica do pequeno produtor.

Porque a gente também que trabalha direto, estando na cidade ou na roça, não dá pra ficar acompanhando tecnologia e tudo, né? Então o pessoal da EMATER que sempre viaja e participa de encontros, sempre tem alguma novidade lá pra gente aumentar a produção. (R6 -2)

Liberação de recursos mais dinâmica	G1	8 ocorrências
	G2	5 ocorrências
Valor detectado nas entrevistas quando o produtor exprime a necessidade de que a transferência de recursos se dê de forma mais fácil e rápida.		

Através dos discursos emitidos pelos produtores de ambos os grupos, pôde-se perceber equilíbrio, tanto na quantidade de ocorrências, sendo um pouco maior em termos de

proporção no Grupo 1, quanto na intensidade dos depoimentos em que foi expresso o valor referente à dinamicidade na liberação dos recursos. O sentido das exposições apresentou-se homoganeamente, sendo que, em sua maioria, foi negativo. Muitos dos produtores reforçaram a necessidade de agilizar a liberação de recursos, como a própria condição para que os produtores continuem retirando o seu sustento do campo. Fazendo referência ao mencionado, 'J5', abaixo, lista as etapas do processo e enfatiza a necessidade de flexibilização.

A EMATER é necessária, mas teria que desburocratizar um pouco. É porque você tem que ir na EMATER, tem um processo lá, depois tem que fazer um projeto, depois tem que ir no Banco do Brasil, que ainda te pede a escritura e uma série de coisas pra você... cê entendeu? Então, eu acho que tinha eliminar um pouco isso daí. Burocracia emperra e às vezes quando o gerente libera, já até passou da hora de você plantar. [...] Hoje se você vai entrar com um processo, tem que esperar 20-30 dias, um mês, pra liberar, quando você tem o direito, quando o cara realmente precisa. Porque eles também investiga muito. [...] Eu acho que quanto à assistência, o governo tá tranqüilo. O que ele precisa é liberar recurso, pro pequeno. Então cê tem. lá 5, 6, 7 alqueire, pô! desburocratiza isso: “precisa de quanto?”. Ah, faz lá um valor, R\$500,00 por alqueire, tem 10 alqueire, R\$5.000,00. Senão você quebra... Comprar semente, adubo, cê já vai ali, libera, cê entendeu? “Me mostra aqui só a sua, só me mostra ou fica com a xerox do registro de imóveis”. Libera esse dinheiro o mais rápido! E aí sim, os caras da EMATER verifica se realmente foi comprado, traz nota fiscal e faz o encaminhamento. Mas agora, de momento, tem que desburocratizar e liberar dinheiro pro pequeno, se não, não vai ficar ninguém na lavoura. (J5 -1)

Esta passagem retrata a visão de 'J11' quanto à condição de vida do pequeno produtor que, sendo penosa o suficiente, deveria lograr o direito ao recurso facilitado. Da mesma forma, o produtor enfatiza o êxodo rural como remediável mediante investimentos do governo, ou até, inevitável sem esforços públicos.

Eu acho assim: ainda há uma grande burocracia - Tem que trazer, tem que ir... então eu acho que tem que desburocratizar. Eu acho que o homem tá lá, no campo, cê vê que o cara tá lá suando, chega lá o cara tá molhado, fica lá se matando... não precisa fazer muito questionamento, ficar com muita papelança pra liberar um dinheiro pro cara. (...) acho que tem que desburocratizar pro pequeno, porque o pequeno tá lá de teimoso, se não ele não ficava ali. Porque qualquer servicinho quando você vem pra cidade ganhar R\$600,00 contos é menos penoso e te dá estabilidade e você não... cê entendeu? Então acho que o pequeno, não sei não... a não ser que o governo libera mesmo. (J11 -1)

No fragmento abaixo, 'V1' reivindica por mais amparo ao pequeno produtor reforçando a sua identificação com o meio rural e com o PRONAF. Para ele o banco atende

mal o pequeno produtor em prol de uma consideração mais privilegiada aos grandes produtores.

A gente vai lá na última e devia ser diferente, ter um apoio melhor, um... negócio melhor. A gente nasceu aqui, a mulher, ajuda a gente aqui, junta os filhos. [...] Também já trabalhou na roça, ajudou a colher café, passar adubo, mas, você tem que encaminhar pra cidade. Fazer o que?! Eles não vê uma vantagem, uma renda de você pegar e comprar uma moto, comprar uma coisa pra gente, pro uso, pra eles, pra família. Você só faz pra pagar o banco! Se você tem uma coisa (PRONAF) é porque é um direito teu, é um direito da gente. O grande fazendeiro ele contribuiu, né? Contribuiu. E aí, né? Esse aí (PRONAF) é pra nós. Mas dificulta, eles procura dificultar. O banco do Brasil não é mais aquele banco de quando nós mexia com ele, comecei a mexer. Eles procura dificultar. O atendimento é péssimo. Eles põe lá a lavoura e a lavoura tá debaixada, tá. Em vez deles te atender ocê com presteza lá, eles põe duas pessoas lá pra te atender, aquele monte de gente. Atende com pressa. (V1 -1)

A partir de quando se observa os relatos no Grupo 2, percebe-se que o enfoque negativo mantêm-se, porém, agora, sem que os produtores apelem para a vulnerabilidade do pequeno agricultor. Este fato tem relação com outro dado encontrado na pesquisa que será analisado mais adiante: a crença na vulnerabilidade e na falta de perspectivas na agricultura para o pequeno produtor. Esta crença foi destacadamente mais representativa no Grupo 1.

Portanto, ver-se-á que o valor de maior dinamicidade na liberação de recursos aparece salpicado em meio aos relatos dos produtores quando nem mesmo estavam se referindo diretamente ao problema na liberação do financiamento. No trecho apresentado a seguir, 'A6' versa sobre as motivações que o teriam feito ignorar a gratuidade da assistência técnica no PRONAF e recorrer à assistência particular.

Eu não achei muito ruim o PRONAF, eu acho uma coisa muito boa que o governo incentivou, né? Mas, pra fazer os negócios de projeto, não sei o quê: isso é uma enchessão de saco danada. Você sabe que é! É que tem que ter uma coisa, tem que ter outra, que ter outra e outra e a gente não tinha tempo pra andar com isso aí. (A6 - 2)

Referindo-se ao tempo em que não existia PRONAF e os produtores indistintamente recorriam ao financiamento agrícola normal, 'G1' enfatiza este último pelo apoio maior em relação ao seguro. Apesar de hoje, no PRONAF, haver esta garantia aos pequenos produtores, tendo ficado um período ausente, o produtor reclama por maior agilidade na liberação dos recursos advindos do seguro agrícola.

Aí você vendia e pagava o financiamento, se desse menos, o Pro-agro cobria uns por cento: se colhia 50 sacas, aqueles 50 sacas você guiava. Pra você ver como as coisas mudou de 1000%, você podia tirar as suas despesas da casa pra você passar o ano e o resto você entregava pro banco e o resto o governo cobria. Não tinha tanta burocracia que nem hoje. (G1 -2)

A passagem apresentada em seguida releva a agilidade na etapa do processo em que a EMATER faz o projeto, mas, quando se referindo a liberação propriamente dita pelo Banco, ‘R6’ remete a esta instituição os obstáculos para o recebimento do financiamento.

E o PRONAF, o problema é o banco, né? Demora... esse ano não saiu ainda, saiu dois meses depois que começou a chover, né? Ainda não saiu. Então, a parte de fazer o planejamento foi rápido, uma tarde fui lá com o... Dr. Joaquim já fez, né? da EMATER. Eu levei pro banco já faz dois meses e nem deu resposta ainda. Hoje vou dar uma passada lá pra ver. [...]

O problema mesmo é a liberação pelo banco. Muito demorado mesmo. Leva 2-3 meses, né? e já, praticamente tá acabando o plantio e o banco nem teve pra ver como está o cadastro, o andamento do processo do contrato de custeio. (R6 -2)

Regularização dos tratos agrícolas	G1	5 ocorrências
	G2	3 ocorrências
Valor representado pelos produtores quando estes expressavam a importância para eles do tratamento contínuo, fosse do solo ou da sua lavoura.		

No Grupo 1 com número de ocorrências um pouco superior ao do Grupo 2, esta diferença não expressa-se significativamente a ponto de indicar uma tendência. Com as passagens abaixo se ilustra a posição dos produtores no tocante ao valor. No trecho imediatamente após estas linhas ‘A10’ interpola a pesquisadora quando esta menciona a questão da estiagem na região, perguntando se este problema teria interferido nos resultados do PRONAF.

Mas no início ele gerou aumento de produtividade. Quando vinha correndo bem o clima, né? Então, ele acabou superando porque você planta num solo bom, você aplica os defensivos tudo certinho, né? Então contribuiu para o aumento da produção. (A10 -1)

Portanto, verifica-se a importância do PRONAF, na opinião deste produtor, para o aumento da produtividade, visto que, os financiamentos permitem cuidados apropriados conforme as necessidades. Entretanto, num segundo momento, 'A10' menciona a elevação sobremaneira dos custos como empecilho para a regularização dos tratos agrícolas, com efeitos na queda da produção.

Na verdade, poderia ser melhor, a produção, poderia ser melhor... se os custos fossem menor. Estes 3 anos aí foram muito alto os custos da produção, então poderia ser melhor o resultado se você tivesse condições de comprar.. Ao invés de aplicar 500kg de adubo, você aplicava 100kg. Então, os custos né? Estes últimos 3 anos o quadro foi muito alto. Então, as empresas elas hoje elas sentiram que elas estão com dificuldade de vender, que o produtor deu uma recuada na compra, tá aplicando menos na lavoura. Isso faz com que, amanhã ou depois, o solo comece a ficar defasado e comece a produzir menos. Então caiu a... na verdade a produção caiu um pouco também porque... caiu nestes termos. (A10 -1)

No fragmento extraído de sua entrevista, 'J20' exprime o valor da regularização dos tratos agrícolas de forma ainda mais nítida:

É porque o agricultor é lá. Ele tem de tirar de lá. Então ele tem de zelar de lá. Agricultura é uma indústria, se eu deixar de engraxar a indústria, deixar de engraxar um rolamento, ele vai arrebentar, né? A agricultura se eu deixar de cuidar da terra e ver o que falta, eu vou plantar e não vai produzir. Eu vou ter que fazer tudo que é preciso e o resto deixar por conta de São Pedro. (J20 -1)

Fazendo uso da expressão: "Você não faz pra família, mas faz pro café", 'V1' demonstra a intensidade a qual atribui ao valor eminente.

Rapaz, o café densado ele depende muito de adubo e esterco. Café densado dá muito! Tem uns amigos nossos que planta café lá em SP, eles colhe 700 sacas/ por alqueire. Mas lá é bem tratado, muito bem tratado, adubado, esterco. Eu já fiz isso, já comrei muito esterco, pus esterco... você investe, já vendi um carro que eu tinha pra passar adubo em café. Você não faz pra família, mas faz pro café. (V1 -1)

A regularização técnica apresentou-se homogeneamente em ambos os grupos. Contudo, mesmo que de forma sutil, quando se analisando a intensidade dos trechos que se reportam a este valor, percebe-se que esta é menor no segundo grupo em que, além disso, destoa-se um produtor que se pronuncia de forma negativa em relação ao valor em questão. O

sentido negativo neste depoimento decorre de 'A17' que, mesmo ressaltando a regularização dos tratos agrícolas, reconhece como prática corrente adiar os tratos agrícolas em razão dos altos preços dos insumos.

Porque a gente plantou tem que cuidar porque senão não dá certo. Se não cuida fica pior. E a turma mesmo já vai... Agora, de uns 4 anos pra cá tá meio abandonada as roças que tem, cabeça de curva, que a turma precisava arrumar lá um negócio, é que não tá correndo é grana, então, nego vai podendo empurrar pro outro ano, vai empurrando. A turma fala do clima, mas mais é o preço. (A17 -2)

Neste outro caso, quando investigando sobre as motivações que o levaram a recorrer ao financiamento do PRONAF, o produtor responde que foi pela própria possibilidade de manter regulares os tratos na lavoura.

Era poder ter acesso a insumo, né? no tempo certo, porque geralmente seu dinheiro não dá pra comprar a adubação certa no período certo. (R1 -2)

Apesar de confirmar que a produtividade não apresentou melhoras, 'R6' atribui este fato ao clima, ao passo que apresenta suas expectativas de aumento. Estas perspectivas relacionam-se com a possibilidade, proporcionada pelo PRONAF, de manter constantes os cuidados agrícolas, como se retrata abaixo.

Produtividade, assim, não aumentou ainda, não. É que tamo vindo de 2-3 anos de seca, problema climático. Mas tem tudo pra aumentar porque você tem o dinheiro pra comprar as coisas no horário certo. Herbicida, adubação, tudo, né? Se atrasar já cai a produção, né? então tando com... tipo hoje assim eu já comprei, né? Se você ver lá, tá todo avalizado. Aí agora quando chegar a hora eu já mando. Agora, se você não tiver dinheiro, atrasa e aí complica. Dá tranquilidade porque tem o dinheiro, já sabe que vai dar pra utilizar tudo que precisa. [...]

(...) É, agora, a EMATER já fez tudo o plano e com o financiamento dá pra comprar os insumo tudo certinho, né? Aí dá pra programar tudo melhor, né?: O plantio com tudo certinho. [...]

Geralmente seu dinheiro não dá pra comprar a adubação certa no período certo. E agora com financiamento você compra, né? A sua capacidade aquisitiva é maior. (R6 -2)

b) Crenças

As principais crenças expressas pelos produtores nas entrevistas referem-se à: disponibilidade da assistência técnica, percepção da coerção exercida, assistência técnica

como órgão fiscalizador, vulnerabilidade do pequeno produtor e a capacidade aquisitiva proporcionada pelo recurso do PRONAF.

Assistência técnica é suficiente	G1	10 ocorrências
	G2	5 ocorrências
Crenças dos produtores sobre a necessidade, ou não, de mais assistência técnica.		

A orientação técnica tem um papel de destaque no atingimento do objetivo do PRONAF enquanto transmissora dos padrões, padrões estes que pretendem tornar as propriedades rurais mais competitivas no mundo moderno e mais aptas a sobreviver. Neste sentido, para que se pretenda a retenção dos padrões na prática cotidiana do público a que se destina a política pública, a EMATER tem como desafio inculcar significados a estes padrões, para aqueles que os recebem. A forma como são interpretados tem forte vínculo com o contexto relacional e determinará o ‘grau’ de adoção.

Portanto, analogamente, a maneira em que os produtores se sentem em relação à disponibilidade da assistência técnica, vincula-se fortemente com o contexto relacional das partes, exercendo, assim, influência na adoção imposta. Contudo, tanto no Grupo 1, quanto no Grupo 2, prevaleceu o sentido negativo quando os produtores se referiram a esta crença. Ou seja, eles expressam a necessidade de que se tenha mais assistência técnica ou que esta se dê de forma mais personalizada. No primeiro grupo foram encontrados 3 produtores que expressaram-se contrariamente ao restante, manifestando-se positivamente; todavia, com intensidade média ou média/ alta, enquanto que os relatos em sentido negativo tiveram intensidade alta em todos os casos. Já no segundo grupo, só foram encontrados fragmentos reportando-se negativamente.

Nós esperava deles, inclusive o que foi o problema maior nosso era a comercialização, né? Então o problema maior era na comercialização. Produzir nós produzía em quantidade e qualidade também, só que na hora de comercializar era esse problema e a gente esperava de algum órgão, que nem você diz: da EMBRAPA ou da EMATER, alguma coisa mais, mas não aconteceu, pelo menos no nosso município aqui de Maringá. Agora Marialva-PR que é a capital da uva, eles já tinha mais recurso, a EMATER acho que estava mais ligada, entendida, né? (A10 -1)

Neste segmento de entrevista, ‘A10’ toca em uma questão importante, qual seja a profissionalização do agricultor com a transferência de conhecimentos não só técnicos, como

também de conhecimentos administrativos, comerciais e de mercado. Este ponto foi considerado no estatuto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, mas, na prática não é focado pela assistência técnica, mesmo na cidade de Maringá onde, como já foi dito antes, este trabalho da assistência é mais forte. Os próprios técnicos da EMATER, quando procurados durante a fase exploratória da pesquisa, comentaram que somente o aspecto tecnológico é visado. No entanto, através dos relatos, mesmo o aspecto tecnológico tem sido falho, como se percebe subsequentemente.

Ah, não, a EMATER visitava bem pouco. Ah, isso aí vou te falar que eu acho que não visitava quase que nada. Até, a gente ia até talvez exigir deles alguma coisa e eles não vinha, não visitava, muita pouca coisa. Chegava de vim uma, no máximo duas vezes por ano.(...) Não, mas eles faziam o projeto e a gente ia lá, fazia o projeto, dava todos os dados e... Geralmente era isso aí, eles não acompanhavam, podemos dizer, quase que nada assim. [...]

Quem costuma passar algumas vezes também é a cooperativa que acompanha com assistência, mas é muito pouco também. Mais mesmo, a gente faz mais é do jeito da gente porque assistência técnica não tem muita, não. É pouca mesmo. (E2, L2 e R2 - 1)

No relato discorrido, o produtor enfatiza o quanto foi reduzida a dedicação por parte da EMATER para consigo, representando os seus 3 filhos. Verificou-se ao longo das entrevistas que a disponibilidade da assistência técnica foi muito criticada, entretanto, geralmente os produtores destacaram que, sob solicitação, a visita era certa, o que não ocorreu neste caso. Quando afirma: “a gente faz mais é do jeito da gente porque assistência técnica não tem muita, não”, o produtor adverte que em sua propriedade são adotadas somente as técnicas tradicionais da família ou as oriundas do conhecimento entre pares. Desta forma, o programa não promoveu a adoção dos padrões a que se tinha a pretensão com o financiamento das atividades rurais.

A seguir, ‘J5’ atribui ao favorecimento dos grandes proprietários a falta de assistência técnica aos pequenos produtores.

Eu acho que é uma boa ajuda, precisa incentivar mais, acho que precisa mais deste pessoal... É que alguns grandes latifúndios é que usufrui mais disso do que o pequeno. Essa é a grande verdade. [...]

Então o que eu estou sugerindo é que a EMATER deveria dar mais assistência, tá junto do pequeno, mas tá junto mesmo pra sentir a necessidade do pequeno. (...) A EMATER deveria pegar por atacado os pequenos. Falar nós vamos ajudar. Tem um grande lá? Fala não filho você espera, ou você procura um técnico pago, particular. Tem que ter prioridade. Quantos pequenos têm no Paraná? (J5 -1)

Referindo-se ao valor do recurso fornecido pelo programa como insuficiente, ‘M5’ pondera que este poderia ser compensado pela assistência técnica gratuita, interessada e de qualidade, o que não ocorre segundo esta produtora, como se mostra abaixo.

Não dá, não é muito, é pouco (valor do PRONAF). Mas, eu acho assim, que é válido, igual se fosse realmente assim, se você tivesse uma assistência dum agrônomo, alguma coisa assim. Mas a gente tinha que procurar por conta, tinha que procurar uma casa agropecuária, onde você comprou a semente, tinha que ir lá pedir pro agrônomo: - ah, vai lá dar uma olhadinha porque tá aparecendo isso, isso e aquilo. (M5 -1)

O produtor que adquiriu empréstimo para a construção de uma estrutura para a suinocultura através do PRONAF-Investimento reclama pela falta de assistência também nesta vertente do programa.

Olha, pra falar a verdade, eu acho que isso aí também foi uma falha do programa. Porque eu acho que não tava tendo assistência, eles fizeram o projeto, tudo, entendeu? Mas, não teve um acompanhamento inteiro assim, não. Não sei se por falta da cobrança da gente ou da... mas eles não tava acompanhando o investimento assim não. Fizeram o projeto mas nunca apareceram lá perguntando. No custeio eles ia fazer, você tem que fazer a avaliação... os laudos. Pra ver como é que está o... Na soja eles fizeram análise de solo, a correção, isso aí eles fizeram. Do que eu falo, mais é no investimento. (M9 -1)

No Grupo 2, os elementos continuam esta trajetória em que os produtores manifestam-se insatisfeitos em relação à assistência técnica, porém, com menor representatividade em relação ao grupo total. Alegam que, apesar de interessados, os técnicos seriam insuficientes para atender aos pequenos produtores em número de visitas e dedicação necessárias ao acompanhamento regular de qualidade. Abaixo, ‘A6’ e a sua esposa apresentam dados que corroboram para esta crítica.

(esposa): A EMATER, só no primeiro ano que veio o agrônomo da EMATER, aí a gente geralmente... então você faz o PRONAF, né? Você financia no banco, daí você compra semente na cooperativa – Quem que dá assistência é os agrônomos das cooperativas, não é os agrônomos da EMATER. Foi só no primeiro ano, cê entendeu? Que nem Maringá mesmo, eu acho que tem 3 só na EMATER agora. Então não dá pra eles fazer a área total, então sempre sobra pra os agrônomos da cooperativa.

(Produtor): Que é o Marcão, né? É os agrônomo da cooperativa que tá fazendo a assistência pra nós agora.

(Esposa): Ele veio sim, ele veio, mas só que eles não dão assim... porque - não sei se você entendeu? – geralmente quando você planta, o agrônomo vai na sua roça 3, 4

vez durante a safra. Só que eles não tinha este tempo, então, por exemplo: você planta, eles vinha dar uma olhada, só que daí era passado pra os agrônomos da cooperativa. E eles não têm, assim, tempo deles rodar. (A6 -2)

Como nos outros fragmentos, 'G1' destaca a assistência da cooperativa que vende os insumos como a predominante no fornecimento de instruções para sua propriedade. Ao final adverte que não está alheio aos interesses por trás desta iniciativa.

Eu não gosto de enrolar as coisas, não. Eu não gosto. Eu acho que foi uma coisa boa os técnicos aparecer, só que é o seguinte: eles têm muito a desejar, viu?! Porque eles vêm, eles faz o projeto e depois eles só vem ver se você plantou, aí depois eles não acompanha mais, aí vem ver se deu colheita ou não deu. Eu acho que isso tá errado isso aí, isso tá errado.[...]

A gente vai muito pelos técnicos da COCAMAR, porque a EMATER, por exemplo, ela só... que nem eu disse: cê vai lá, faz o projeto, ela vem ver se nasceu, mas ela ficar andando pra ver se tem uma doença... (G1): A EMATER já foi boa, infelizmente. O cara que trabalha na EMATER, não sei se vocês conhecem pelo nome, Joaquim é quem tá agora, o Jorge, Vicentino que era um... Vicentino ainda, não. Mas tinha uns que só faz o projeto e seja lá o que Deus quiser. Então, que nem meu irmão falou daí, 99% é os técnicos da COCAMAR mesmo, segundo também meio interessado, né? pra gente levar mercadoria na COCAMAR, a gente é por segundas intenções, ninguém é por livre e espontânea vontade, isso tem que falar mesmo. (G1 -2)

A assistência da cooperativa, juntamente com as informações através de palestras, foi mais influente para 'A18' que a assistência a que se tinha direito como participante no PRONAF. O produtor ressalta a boa vontade dos técnicos que, no entanto, não foi suficiente para atender a sua necessidade.

Oh, o problema é que o acompanhamento deles é precário, porque eles tem pouca gente pra uma área muito grande. Então, só se tiver o problema mesmo. (...) eles são de muita boa vontade, mas eles não tem condição de chegar e ficar em cima. Eles não tem recurso humano pra isso. [...]

Quanto a orientação: oh, vamo dizer assim, a contento, a contento, não é, porque eles não podem dar um atendimento personalizado. É aquilo que eu te falei, eles não tem pessoas pra ficar, não tem elemento humano pra te dar um atendimento personalizado, então, como é que a gente conseguiu? A gente conseguiu também através de informação deles, mas também de, aquilo que te falei, da COCAMAR e também de palestras, porque a gente ia, freqüentava tudo quanto é tipo de palestras, Dia de Campo, informações, leitura. Buscava informação de todos os jeitos, né? (...) Deles devia usar o que?: 10% da informação deles. (A18 -2)

O discorrido no trecho produzido por 'A18' reforça o que já foi mencionado pelos outros, resumindo a imagem a que o Grupo 2 faz sobre a disponibilidade e o interesse da assistência técnica do PRONAF.

Coerção	G1	9 ocorrências
	G2	7 ocorrências
Crença de que se exerce coerção sobre os produtores pelo PRONAF		

A sanção econômica é um dos meios coercitivos mais eficientes, sendo facilmente aprovado e por isso recorrido com maior frequência como método de controle social. Na difusão de práticas, representa um importante instrumento para coibir os comportamentos considerados ‘inapropriados’. No entanto, ao passo que consideramos os seus efeitos negativos, a crença da existência da coerção no repasse dos padrões resulta em que, cada vez menos os produtores percebam a transferência como mimética.

Recorrendo-se às contribuições de Kostova e Roth (2002), estes afirmam que as características positivas do contexto relacional funcionam no sentido de se amenizar os efeitos negativos de uma adoção coercitiva. Portanto, através da fala dos produtores abaixo, pretende-se analisar como interpretam a coerção que se exerce sobre eles e, da mesma forma, identificar fragmentos que ressaltam aspectos do contexto relacional. Na maioria dos casos os agricultores confirmam a coerção, variando nos relatos a intensidade de sua afirmação. Em G2 percebeu-se expressiva em relação a G1.

Em seguida, apresenta-se um trecho que retrata a perspectiva de ‘G2’ da coerção a que se submetia enquanto mantinha vínculos com o programa.

Não é que... o incentivo do banco, do PRONAF é bom, ajuda. Porque quem que paga o banco? É o pequeno agricultor. PRONAF foi feito, por isso tem o juros baixo, que é pra usar. Porque? Hoje vai no banco lá e faz uma pesquisa aí: um agricultor aí de 20 ou 30 hectares, 10 alqueires no caso, 15 ou 20 alqueire, ele paga o banco certinho. Sempre ele tem... ou ele tem uma propriedade pequena ou ele é arrendatário e tem um trator, uma coisa lá, quer dizer, ele tem medo de perder. Já o grande, ele vai empurrando. O grande ele vai embolando a dívida, ele vai levando. O pequeno, não. Ele não vê a hora de quitar o banco lá e ficar livre disso aí, dormir sossegado. [...] Porque eu acho que o pequeno é o mais fiel pagador no banco. (G2 - 1)

Na afirmação de ‘G2’ acima, elemento que deixou a atividade agrícola e não está mais na condição de pequeno produtor, está expressa a noção de relatividade na interpretação da coerção. Para ele, esta seria mais veementemente sentida pelo pequeno produtor, o que se relaciona, provavelmente, com o fato de ter obtido com mais dificuldade suas posses e em razão de sua maior vulnerabilidade, historicamente demonstrado, diante dos interesses das

instituições financeiras. Como efeito direto, esta interpretação resulta na sua fidelidade com relação ao cumprimento dos compromissos no PRONAF.

Abaixo, estão representados outros três exemplos em que os produtores retratam sua crença com relação a coerção que emana do programa.

Pra mim eu não sei, porque a gente sempre anda direito. Mas tem gente que queimava a palha e com esse negócio do Plantio Direto, numa época, já deu até multa queimar a palha! (J20 -1)

Eu confiei. Sim, mesmo porque estas orientações foram vindas pra nós antes de você conseguir o benefício. Então, quer dizer: ou você faz, ou você não vai ter. Então você tem que seguir (risos). [...]

Pesquisadora: E se você não adotasse os procedimentos na época que eles passaram? Eu acho que não sairia o recurso. (M5 -1)

Nesta passagem de ‘V1’, o produtor explica uma situação prática em que se exerceu a coerção:

É, eles sempre tá de cima. Eu peguei uma irrigação aqui oh, do governo, do PRONAF do Paraná. Aí um abaixo assinado tá me dizendo que eu não tô usando ela. [...]

Voltando no assunto da irrigação - ainda não acabei de falar: Aí, eu peguei a irrigação e aí a gente trabalha, aí demorou a instalar, demorou... que, sei lá, você tem que pegar e usar pra servir, concordo com isso, tem que usar. Aí demorou uns dias pra usar, uns tempos pra usar, aí pararam na esquina ali e queriam pegar de todo jeito pra dar pra outro. Aí eu falei:

- Não, eu peguei pra usar, então eu vou usar, eu vou desfrutar melhor, é um direito meu. E quanta viagem, quanta coisa de papel, documento, quanta coisa: você vai sai daqui e vai lá na cidade e eles insistem que querem pegar – o pessoal da EMATER. Querem dar pra outro, querem dar pra outro, uma sarna! Mas aí peguei o motor e levei no carro, levei num cara muito ordinário [...] porque era do barato e o cara não me entregava o motor, passei uma aflição. E eles querendo pegar, querendo pegar pra dar pra outro... Querendo pegar porque eu não tava usando. (V1 -1)

Neste outro fragmento, ‘V1’ reporta-se a questão a que é indagado sobre as conseqüências do não seguimento das recomendações passadas pela EMATER. O produtor se expressa compelido por lei à observância das instruções.

Pesquisadora: Mas se você tivesse pego o dinheiro e eles vissem que você não adubou, você acha que aconteceria o que?

Produtor: Aí tem uma lei. Tem uma lei, né? Eles já pega seu CPF. Aí vai tirar, acaba com teu crédito. Eu tenho crédito com o PRONAF, faz... acho que 10 anos agora. Aí corta e acabou. Eu vou deixar de ganhar, de produzir, de ter uma lavoura bonita, zelada, porque a gente sabe mexer [...].

Sim, eles (EMATER) sabe, eles dão uma força, ajuda. Eu sou obrigado a passar por ela. É obrigado a passar por lá. Isso aí a gente aprende. (V1 -1)

Semelhantemente, 'A17', produtor do Grupo 2, refere-se às regras do programa de assistência técnica, a que os produtores têm de se submeter, caso queiram o financiamento e as orientações gratuitas oferecidas pela EMATER.

Pesquisadora: E se vc não adotasse aquilo que o PRONAF traz de recomendação, quais conseqüências teria?

Se não quiser fazer igual eles faz, por exemplo, o transgênico aí, quem quis plantar transgênico não pegou o PRONAF, não pega! Tem que ser na regra deles. O cara quiser plantar do jeito dele, então planta pela cabeça dele, né? (risos) (A17 -2)

O cultivo de soja transgênica representa um exemplo de padrão a que o Estado não pretende difundir. Seria um daqueles 'comportamentos inapropriados' a que se referiu anteriormente e que, portanto, pretende ser desmotivado pela sanção econômica. Esta sanção se daria, não pelo fato do financiamento ser restrito àqueles produtores que plantam a soja convencional, mas, porque é negada a assistência técnica gratuita no estado do Paraná aos produtores que não se conformarem a esta norma. Abaixo 'O1' retrata esta questão.

Produtor: Ah, eles têm tudo meu lá, só que, assim, nesse ano por causa que eu plantei transgênico, eu teve que mudar tudo, por que já o EMATER não pode fazer o planejamento, eu teve que fazer um outro planejamento. (...) A EMATER não pode fazer o projeto porque o Requião não deixa. Até eu fiquei surpreso, porque eu fui lá pra fazer o projeto na EMATER e cheguei lá, começamos a conversar e o Joaquim começou a fazer as contas lá e tal. Aí ele falou:

- o que você vai plantar?

- Eu vou plantar 214. Ele falou:

- então vamos parar por aqui. Eu:

- Mas porque? Ele falou:

- Ué, porque o Requião não quer que faz. Falei:

- tudo bem, mas quem é que vai fazer o projeto? Ele falou:

- oh, você procura o homem na COCAMAR

Aí eu teve que mudar, né? Teve que fazer tudo... aquela documentação que eu já tinha lá feita, precisou fazer tudo de novo. Peguei assistência particular. Na EMATER eu não pagava, já agora eu vou ter que ter uma despesa a mais também porque eu vou ter que pagar um serviço de um agrônomo. (O1 -2)

A seguir, com a percepção dos produtores, os fragmentos completam os aspectos que caracterizam a visão que têm sobre a coerção no Grupo 2.

Acho que eles pune a gente, né? Eles falam pra gente. Fala: você não fez isso, não fez aquilo. O financiamento, não. (J16 -2)

Tinha que tá com uma atenção maior pra fazer certinho. Pra poder colher bem pra pagar o financiamento não podia ficar dormindo no ponto, não. Tinha que plantar bem plantado, porque tá financiado tem que cumprir. [...]

No caso, se a gente falhasse com alguma coisa eles podia cortar no outro ano, né? Cortava parte do financiamento, não deixava renovar. Isso é que acontecia, que nem aconteceu com pessoa que a gente conheceu. Aí corta financiamento, no outro ano já não pega mais financiamento bom, corta, né? (M1 -2)

Assistência técnica exerce função de fiscalização	G1	9 ocorrências
	G2	4 ocorrências
Crença de que se exerce fiscalização no PRONAF		

A coerção tem estreita relação com a fiscalização, sem a qual, no caso do PRONAF, não poderia ser exercida. Portanto, a crença pelos produtores de que há fiscalização quanto a sua conformação com os procedimentos que se pretende disseminar no PRONAF, reforça os efeitos da coerção durante o processo de difusão de padrões. Contudo, enquanto que a crença de coerção foi verificada em ambos os grupos de forma representativa, pode-se perceber, no entanto, que a existência de fiscalização foi mais sentida pelo Grupo 1.

Como foi mencionado no início deste trabalho, no Brasil há uma cultura em que os brasileiros tendem a enxergar as leis de forma instrumental, ou seja, elas somente são percebidas quando associadas com as conseqüentes sanções. Decorre-se desta colocação a importância de maior fiscalização na observância de leis, regras, normas, etc. as quais visam à manutenção da ordem social. Sem fiscalização perde-se o vínculo entre a punição ou a recompensa e o comportamento que se pretende desestimular ou estimular. Os trechos subseqüentes pretendem demonstrar, portanto, a consideração dos produtores em relação à fiscalização para adotar os padrões que lhes são impostos.

Uai, eles vêm ver assim: ver a lavoura se está beleza, se tá trabalhando certo, tocando ela como, digamos assim, como é obrigado a fazer, né? Aquelas ordens que eles dá, você tem que fazer, né? Se você põe o adubo, põe o veneno tudo certo, porque precisa, né? Então, a gente tem que fazer, né? (M10 -1)

Vai gente acompanhar, é o pessoal da EMATER. Porque é eles que faz os laudos, né? Então, eles dá assistência. É a mesma coisa do cê, quando você não faz PRONAF, é um agrônomo particular que vai fazer o laudo pra você. E ele é responsável pela lavoura lá, sabe? Então ele é responsável, então ele tem que sempre tá olhando pra lavoura lá. (J11 -1)

Acima, 'J11' atribuiu à EMATER a responsabilidade pela lavoura do produtor, o que justifica para ele a fiscalização exercida. Por outro lado, 'M5' associa o papel de fiscalização ao banco que, tendo responsabilidade nos financiamentos, teria maior interesse nos retornos advindos da produção agrícola, como se vê em seguida. Assim, ambos os casos determinam a adoção dos padrões para o Grupo 1.

Olha, uma vez veio um rapaz aqui do banco do Brasil, eu não sei se ele era um técnico. Ele veio olhar realmente se a gente tinha plantado, como é que tava a situação da lavoura. Mas, assim, verificar se tinha realmente empregado o dinheiro ali. Eu sei que era do banco, mas eu não me lembro se ele era agrônomo, ou o que ele era.[...]

O banco vem fiscalizar. O banco veio ver se a gente tinha realmente plantado, como é que tava o solo, coisa assim... (...) Porque ele chegou aqui, ele olhou: quantos dias já plantou, quanto é que tem, que soja que plantou, quantos alqueires cês plantaram... (M5 -1)

No trecho que se apresenta subsequente, ao ser questionado sobre o acompanhamento da EMATER: se este teria intuito fiscalizador, 'A6', do Grupo 2, enfatiza a necessidade deste papel para reforçar a adoção dos comportamentos tidos como apropriados.

Pesquisadora: E você sente que essa forma de acompanhamento da EMATER seria como uma fiscalização?

Não, mas é fiscalização. É uma fiscalização, se ele não vir, nego faz *xuxo*. Mas eles têm que vir! Ver quanto o cara planta, a área que o cara planta, ele tem que vir saber o que está acontecendo. Porque ele não pode dar um projeto pra você sem conhecer a área, né? (A6 -2)

Semelhantemente, 'M1' se sujeita ao que ele chama de vistorias da EMATER, atendendo ao objetivo proposto pelo PRONAF de que os produtores se adaptem aos novos padrões, como se vê em seguida.

A gente pegava sim a assistência ali da EMATER. O técnico fazia análise da terra pra ver se faltava adubo, o nitrogênio, o calcário, o fósforo, esse negócio tudo. Então eles vinham fazer análise da terra pra gente vê se adapta. [...]

Vinha ver a lavoura, né? Também. Conforme estava reagindo a lavoura, saindo as... crescendo. Então, eles vinham ver se estava bom o serviço, se deu uma ajudada o que eles mandou nós por na terra, então eles vinham sempre fazer a vistoria. [...]

Quando eles vinha, quando nós tocava a terra, ela vinha pra ver se você plantou, [...], se a semente que você usou é a semente indicada pra plantar. (M1 -2)

Discorrendo sobre a função do acompanhamento realizado pela entidade de assistência técnica, 'M1' reporta-se a verificação de padrões por parte desta, coincidindo com o ponto de vista de 'O1' que especificamente trata desta questão em seu comentário:

Então é assim, ele vem, vai lá, nós vamos lá na lavoura. Lá ele, vamos supor que nós plantou, ele vai contar quantas plantas nasceu por metro, se tá dentro do padrão que eles exige, se nasceu bem, se não deu defeito a semente, essas coisas assim. [...]

Geralmente eles falam assim que a planta de soja pra ser uma planta ideal, tem que ter 15 até 18 pés/ metro. Então você planta... (...) O *standard* que eles falam é quinze... no mínimo 13 pés num metro. Aí é uma planta de soja ideal, tá dentro do padrão deles.[...]

Eu acho que quando eles vêm, eles vêm já pra tudo as coisas, porque eles têm que prestar serviço também. Então eu acho que eles já vêm pra fazer essa parte aí de fiscalizar, ver se está tudo certinho na lavoura ou se não tá... (O1 -2)

Um aspecto que deve ser mencionado e que pode estar relacionado com a menor manifestação da crença de fiscalização no Grupo 2, atribui-se às demonstrações, durante as entrevistas para este grupo, de que a assistência técnica procedente do PRONAF seria insuficiente. Como dito, todas as manifestações do segundo grupo, quanto à disponibilidade da assistência técnica, foram no sentido negativo.

Vulnerabilidade do Pequeno Produtor	G1	8 ocorrências
	G2	3 ocorrências
Crença de que o pequeno produtor apresenta-se vulnerável frente às condições que lhe são impostas		

A crença dos produtores em sua vulnerabilidade, de certa forma, confirma os achados referentes à valorização de segurança/ estabilidade e previsibilidade. Foram encontradas ocorrências de expressões destacando este valor em maior número no Grupo 1, sendo de fato significativa a ênfase negativa atribuída pelos produtores. Este fato remete às condições que produzem o efeito contrário no segmento de produtores em questão, de insegurança/ instabilidade e imprevisibilidade. Por conseguinte, analogamente, no Grupo 1, a crença na vulnerabilidade do pequeno produtor teve maior destaque em quantidade e intensidade, como se ilustra abaixo.

Só que... foi que a gente, crescer mais não tem jeito, porque o pequeno é sempre pequeno! Já disse, porque o pequeno é o seguinte: você planta aí 3 alqueires ou até se ele planta 10 e tem um vizinho que planta 50, 60 ou mais, o que é que acontece, hoje? Aquele ali que planta 50 quer tomar o seu que planta os 10, então você fica ali espremido. Expandir você não vai! Entendeu? Não tem como. O cara hoje ali... eu falo porque eu sei disso, muita gente ali, às vezes, o que acontecia? O Cara:
- ah, rapaz! Para com isso aí rapaz, pouca terra, não compensa... não sei o que, sabe? O outro grande, não foi um só, não. É a mesma coisa de você jogar um boi dentro dum rio de piranha pra destruir, entendeu? E é a mesma coisa, o pequeno hoje, a tendência dele é: ou ele para, ou não meche. Não adianta, porque não vai pra frente.
(G2 -1)

‘G2’ discute um aspecto importante no que tange a um dos mais graves problemas no meio rural, com reflexos no meio urbano: o êxodo rural e a concentração fundiária. Diante de suas limitações e a insuficiência das medidas para reverter o quadro de exclusão econômica e social, os pequenos produtores percebem-se crescentemente mais vulneráveis às condições que se apresentam. ‘J5’, contribui para este pensamento, relatando sua visão.

Ah, não tem jeito. Eu acho assim, se o governo não vê esse lado, não vai ter pequeno, não. Eu vim de uma região de Ibatuba onde hoje 4 latifundiário abarcou todo ele, comprou tudo. Ele vai comprando 5 destes, meu sogro vendeu 20, outro vendeu 15, outro vendeu 10... (...) Então não adianta, o cara tem que se espirrar mesmo. E o pequeno pra ficar lá naquela cidade, não sobrevive, não tem emprego, então tem que inchar os grandes centros. Então acho que o governo tem que, independente de que seja o Lula, FHC ou sei lá quem, acho que ele tem que olhar pro cara pequeno: Dar. Se não..[...] vai pipocar aqui na cidade. (J5 -1)

Nos trechos subseqüentes, ‘A12’ e ‘G2’ relatam seus pontos de vista em relação à vulnerabilidade do pequeno produtor, da perspectiva do arrendatário:

Tá difícil pra todo mundo, mas os pequeno colhe pouco, não paga do jeito que esse ano passado correu. Esse ano correu tempo ruim, né? Não dá. Quem tem a terra dele ainda dá, mas quem paga a renda e ainda paga tudo é duro. Porque o lucro é os 30% e você tem que chegar e dá pro outro, pro dono da terra. Agora, tendo a terra dele não dá muito prejuízo, nem coisa. Agora, você pagar 30%, tem nego que paga 35% aí que eu sei, daqui mesmo. (A12 -1)

É assim. Você não pode vender, vamos supor que você deve lá 200 sacos pro banco lá, o financiamento vai dar 200 sacos, no caso. Se você tem 400 sacos você pode vender só os 200. Se você quiser vender, não vende, porque já tá tipo hipotecado. Ele fica lá e a COCAMAR não libera. O banco nunca perde! Por isso que eu falo com vocês que o pequeno tá sempre com problema. Então, aí... tinha que pagar a renda, não tem com que pagar, né? Mas tem que pagar, né? Tem que pagar a renda dele. Aí você vai e paga uma coisa, aí, vamo supor, você pega veneno (...).Você tem que pagar aquilo lá também. Quando vê vai, vai, vai computando a dívida, não vai sobrar nada pra você. (G2 -1)

Neste ponto os produtores destacam sua incapacidade para influir em prol de seus interesses frente ao poder da entidade financeira. Abaixo, ‘J20’ ressalta a vulnerabilidade do pequeno produtor familiar que arrisca, além da sua atividade produtiva, a sobrevivência e a moradia de sua família.

Sim, sim, por que: quem é pequeno é pequeno mesmo, perde... quer dizer não é questão de ser pequeno, porque quando é grande o tombo é maior, mas, eu acho que os pequenos tão lá trabalhando, é a mulher, os filhos – por que é eles que tão ali! - então, dá uma seca e acaba com tudo e a dívida tá lá. Então, eu acho que neste ponto é que eu reclamo do seguro. (J20 -1)

O produtor do Grupo 2 refere-se ao descaso do governo para com o setor agrícola, o que, para ele, se destoa da importância que este representa para o país, como se observa abaixo.

A turma fala assim que o Brasil é mais agricultura (referindo-se a importância que a agricultura representa no PIB), mas, eu acho que não, porque eles dão muito pouco

valor. Tem muito pouco equilíbrio, tem que ter umas políticas mais equilibradas, se fosse tão importante assim. Eu acho que eles não tá nem aí. Eu acho que isso aqui se ficar que nem lá o Paraguai, pra eles é a mesma coisa. (A17 -2)

Já neste relato de 'O1', o produtor comenta sobre sua vulnerabilidade em relação a experimentar novas práticas agrícolas e associa esta à sua necessidade de maior segurança enquanto pequeno produtor.

A gente fica assim, eu sou assim: eu, quando eles vêm, quando lança a primeira variedade, é o primeiro ano, eu fico meio por fora, eu espero primeiro um vizinho plantar pra ver se vai mesmo pra depois eu entrar. Que nem o transgênico, mesmo. Ano passado meu primo já plantou 50% da propriedade dele, esse ano ele fez 100%. Falei:

- bom, primeiro eu deixo ele plantar que ele é grande [...] (risos). Eu sou pequeno, se eu perder eu estou enrolado (risos). (O1 -2)

Valor do recurso é suficiente	G1	8 ocorrências
	G2	6 ocorrências
Crença em relação à quantidade de recursos		

Aspectos relacionados a esta crença foram mencionados pelos produtores de forma semelhante, havendo 7 e 4 relatos negativos no Grupo 1 e 2, respectivamente, o que denota que a maioria não está satisfeita com o valor que é fornecido. Contudo, apesar desta semelhança, quando se verifica a intensidade destes fragmentos negativos, percebe-se que esta foi mais alta no Grupo 1 em que cada um dos produtores expressaram-se pelo menos uma vez com intensidade alta, enquanto que, no Grupo 2, houve maior incidência de comentários com média intensidade.

Abaixo, 'N1' e 'M9' do Grupo 1 versam sobre às variações na forma do contrato no PRONAF que se acometeram de modo a suprir as necessidades de mais recurso.

Até 97 quem fazia era meu pai. Ele que fazia em nome dele. Ele cuidava das finanças e eu cuidava do maquinário. Aí ele passou tudo pra mim administrar. Tem o PRONAF, mas como era só até 19 hectares, então o dinheiro era muito pouco, dava 5 mil e pouco/ ano. Então, o que que se fazia: ce punha 19 pra mim e botava meu pai também com 15 hectare pra ele também, dois PRONAF no mesmo nome. (N1 e A7 -1)

Nessa época mesmo eu fiz em dois, tive de fazer dois financiamentos porque o limite era R\$5000,00. Com R\$5000,00 você não plantava, era o limite do custeio. Então teve de fazer em dois. Daí eu queria fazer o financiamento da laranja e já não tinha como fazer. Então, o valor não era suficiente. (M9 -1)

Deixando transparecer que a sua expectativa anterior com relação ao PRONAF não foi realizada pelo programa, a produtora comenta sobre a insuficiência do recurso para a aplicação nos tratos agrícolas necessários ao cultivo.

Não é muito dinheiro, é uma coisa assim, mais pra cobrir as primeiras necessidades do plantio. Se for ver mesmo, não dá pra cê falar assim: - Não, eu vou plantar com o dinheiro do PRONAF. Não dá, não é muito, é pouco. [...]

Oh! Que eu me lembre do primeiro PRONAF que eu fiz - aqui são 8,5 alqueires – então nós fizemos um cálculo que daria 7 alqueires de plantio. Aí saiu 5 mil reais. Com 5 mil reais você vai plantar o que?! (riso irônico).

O que eu achei que foi bom, ah, sei lá, é um programa assim, que dá até uma certa ajuda pra quem não tem condição de comprar semente, adubo, estas coisas. Mas se você for falar assim: - Não, eu tenho que comprar tanto de semente, tanto de adubo e você esperar que vai comprar com dinheiro do PRONAF só, você não compra. Porque não é financiado 100%. Então se a pessoa não tiver uma maneira... igual se nós não tivéssemos aqui metido as cara e preparado a terra antes, né? Porque meu marido já tinha muito conhecimento com o pessoal da agricultura, então um emprestava o trator, a gente punha o diesel, o outro emprestava o implemento, nós íamos preparando a terra, bico de pato, solador, grade, tudo... Então, o dinheiro do PRONAF ficou praticamente pra semente, adubo, né?: o final, porque a terra tava quase pronta. Então se você for preparar a terra, plantar, tudo com esse dinheiro! E depois a passagem de veneno que tem?! (M5 -1)

Da mesma forma, ‘M9’ refere-se ao seu descontentamento em relação ao programa no tocante ao eixo de investimentos. Neste caso a atividade foi inclusive interrompida, situação que, segundo ele, poderia ter sido remediada se fossem disponibilizados mais recursos.

Foi a taxa de juros menor, né? Só que, eu achei que o limite do... não tava, não dava o valor que a gente precisava.

Só que, a atividade ela não foi pra frente, ela teve problemas de mercado, os custos tavam elevados, aí a gente não conseguiu manter a atividade. Então, por fim, a gente acabou abandonando. Teve que parar com a atividade porque tava dando muito prejuízo. (...) Aí não teve como manter. Acho que se tivesse uma forma de financiar, não só na hora do investimento, mas, poder continuar pegando o recurso pra poder... ir pagando o investimento, mas também tem que ir mantendo a atividade porque muitas vezes... tipo um custeio do investimento que foi feito. [...]

Pesquisadora: Aquilo que você esperava de PRONAF antes de você pegar o empréstimo, você pode dizer que se realizou?

Porque na época... foi muito pouco, né? Então não deu pra assim... (M9 -1)

Na passagem que se segue desponta-se uma questão importante que surgiu durante as entrevistas: a necessidade de renda por outros meios que não a agricultura. Sendo assim, neste ponto suscitam-se indícios, mesmo que necessitem de maior confirmação, de que o PRONAF não estaria conseguindo alcançar um de seus objetivos, qual seja: a de tornar o produtor e suas propriedades mais competitivas, visto que, a própria sustentabilidade do pequeno produtor no meio rural ainda encontra-se comprometida. O produtor, logo abaixo, se diz ‘obrigado’ a recorrer a uma fonte alternativa de renda, que não a agrícola, de modo a que possa pagar as dívidas de financiamento.

Então eu vou pegar uma coisa que depois nós não pode pagar?! Mais tarde aí precisa, até inclusive a gente foi obrigado a trabalhar fora, cê viu, eu trabalho na usina. Na usina de açúcar e aí passei a estar sempre trabalhando, sou obrigado a trabalhar porque o café devia poder pagar o banco com a conta. (V1 -1)

Continuando seu relato ‘V1’ refere-se ao valor prometido pelo PRONAF que, sendo diferente do anunciado pela propaganda, remete-o a procurar outros meios de sobrevivência.

Então, eu agora fui lá esses dias e falei: - Seu Joaquim, se você desse o dinheiro pra gente trabalhar, fala que é familiar, fala no rádio e fala na televisão que é uma coisa, chega vem aqui, eles muda. Falei: - Se desse pra gente pra ficar na lavoura, ia ficar, mas, simplesmente não é. Eu vou comê o que?! Falei pra ele assim. Não dá... o valor. (V1 -1)

Esta questão também é retratada no Grupo 2, representado por ‘J16’ que, juntamente com sua esposa, menciona que sua família é dependente dos recursos provenientes da aposentadoria porque, apesar da ajuda da EMATER e/ou do PRONAF, a sua sustentabilidade não estaria sendo viabilizada pela agricultura.

Mais trabalho dá (para seguir as orientações da EMATER). Se precisar calcariar você tem que corrigir. Vem o caminhão e espalha. Eles atendem bem, sim. A EMATER atende bem as pessoas. (esposa do produtor): Mas só que não tá dando nem pra comer direito. Se nós não tivesse aposentado nós dois, ahhhh! É a aposentadoria que tá ajudando. Já é fim de ano e nós ainda não pode tirar o mais novo! (financiamento). (J16 -2)

Apoiando-se na elevação dos custos dos insumos e produtos agrícolas em geral, o agricultor propõe o aumento do valor do recurso para o pequeno produtor, sugerindo dessa forma a elevação do enquadramento do programa.

Agora, que nem vou falar pra senhora, que nem hoje o PRONAF pra plantar hoje não dá. Que as... Herbicida subiu, inseticida subiu, soja subiu – a semente – custo de ... subiu bastante, subiu demais. Hoje tem que tirar um pouco dinheiro do bolso pra plantar.

(esposa): pra melhorar, eu diria assim, tinha que dar uma quantia de dinheiro a mais pro financiamento, com o mesmo juro. Devia vir assim, por exemplo, eles dão R\$1000,00/alqueire, né? Então deveria vir R\$1.500,00, R\$1.700,00, mas, com juros baixo, porque se você for pegar a mais, já vem o PROGER, né? Já é 8,5% a.a., né? e o PRONAF parece que é 4,5%, né? Taria ajudando mais gente. (A6 -2)

Uma outra questão que se despontou em alguns relatos, relacionada com o objetivo de modernização agrícola, foi a impossibilidade, causada pela escassez de recursos, de se adotar integralmente as próprias orientações repassadas pela EMATER. ‘A18’ e ‘A17’ pronunciavam-se sobre o problema.

O valor do PRONAF é o seguinte: ele não cobre os custos reais, os custos reais não cobre, PRONAF não cobre. Ele deve cobrir aí uns 70%, talvez nem isso, não cobre. Porque a gente depende de tudo, né? (...) Pra você mexer com tecnologia, você depende de trator, você depende de pessoas, de plantadeira, precisa de tecnologia, né? Tem que manter curvas de nível, tem que manter tudo isso aí. Tem que compactar terra, você não pode perder área verde, a cobertura verde, tudo essas coisas tem que ter e aí isso demanda custos, né? E aí o PRONAF não cobre, ele deve cobrir aí em torno de 70% no máximo. [...]

Vem caindo o valor em termos percentuais, né? Esta última agora, acho que financiou 80%, acho que nem isso. Nem lembro mais, mas foi um valor bem a menos que o começo. Vai diminuindo, acho que a cada dois anos, três anos, diminui um tanto lá. [...]

Oh, pra dizer a verdade, eles fazem um projeto lá, mas você não tem como seguir bem aquele projeto deles. É um projeto feito... mas se você for acompanhar mesmo, não dá. (...) por isso que eu falo com você que aquele orçamento que faz lá, se der 60%, 70% é muito. O resto você tem que tirar do bolso e investir mesmo. Senão, não tem jeito. (A18 -2)

Ah, tem muita idéia, uns gosta, outros já... porque na realidade, é um pouco... mas o dinheiro também não é suficiente de plantar tudo. Fazer tudo às custas, sai dinheiro pra pagar as sementes, os venenos, tudo às custas, que nem eles falam, mas e os custos de maquinário, de salário, aí não... então sempre nós tem que ir ponhando um pouquinho. (A17 -2)

c) Interesses

Como dito anteriormente, os interesses representam objetos ou fins que se relacionam com o atendimento das necessidades individuais, reais ou potenciais, das pessoas ou do grupo, que são econômica ou materialmente desejados por estes (HININGS; GREENWOOD, 1988). Abaixo, por conseguinte, estão representados os interesses que mais se destacaram pela amostra de produtores utilizada na pesquisa, classificados pelo objeto ou fim desejado.

Juros baixos	G1	9 ocorrências
	G2	1 ocorrências

A maioria dos produtores no Grupo 1 revelou seus interesses nos juros do PRONAF, diferentemente do que se observa no Grupo 2, em que se verifica apenas um produtor fazendo esta referência. Uma hipótese para esta discrepância reside nos dados constando, no segundo grupo, de produtores que ainda mantém-se com vínculos ao programa ou que se desligaram somente recentemente e, no primeiro grupo, daqueles que estão registrados a mais tempo no programa, sendo que, a maioria deles não permaneceu ativa. Os juros baixos em comparação aos que são cobrados nos outros financiamentos estariam sendo mais enfatizados pela primeira categoria de produtores, provavelmente, em razão de a maioria deles estarem perpassando a experiência com o financiamento agrícola normal e sentirem, mais veementemente, o aspecto financeiro como consequência da mudança de situação. Os fragmentos abaixo, demonstram este posicionamento dos produtores.

Era bem melhor (PRONAF). Alguns conhecia e eles falavam, diziam que era bom pra eles também. Falava dos juros baixinho que era de 3% acho, que os juros era no PRONAF. Agora (no financiamento normal) veio 8-9%, agora que é ano que você toca mais, você tem que pagar mais caro. (...) Primeiro PRONAF, não. Primeiro era 6%, mas era aquilo lá só. Agora, não, juros agora é mais caro. Juros agora tá na faixa de 8 até 9%. (A12 -1)

Sim. Oh, quem pega hoje fala bem porque quem tá com PRONAF ta privilegiado porque pega um custeio com juros menores, né? Sendo um pequeno produtor ele pega com juros menores, então eu vejo as pessoas que quem pegam agora, falam bem e tem quem procura e também não conseguem porque tem que pegar um PRONAF, mas, financia uma área maior, não consegue pegar PRONAF. (E2, L2 e R2 -1)

Os dois casos abaixo refletem o interesse nos juros baixos como a motivação pela qual ‘J20’ e ‘M10’ aderiram e continuaram no PRONAF, respectivamente. A pesquisadora questiona o produtor sobre a razão pela qual decidiu recorrer ao PRONAF:

Juro mais barato. [...] a expectativa que eu tive foi no aspecto de render um pouco mais barato, sabe? De sobrar mais... Aquilo já está no meu bolso e eu não tô aqui gastando, né? Então, eu deixando de pagar um juros mais alto, pagar um mais barato, foi aonde... eu corri atrás. E quem me atravessou isso aí, não foi propaganda de rádio, nada. Foi os outros agricultores, porque a gente conversa um com o outro... aí eu fui lá e peguei e financiei. (J20 -1)

Isso aí (PRONAF) eu fiquei porque foi uma ajuda boa, né? Porque ajuda e eles cobra um juro bom. Um juro que não machuca a gente, que nem estes outros tipos de financiamento que nem tem aí, que é muito caro, então, talvez você vai pegar isso aí e fica mais caro as coisas e depois não consegue pagar. (M10 -1)

No trecho abaixo, percebe-se que o produtor também releva o seu interesse nos juros mais baixos. Neste caso, M1, apesar de apresentar o critério para estar incluído no Grupo 2, ou seja, de ter recorrido ao recurso do PRONAF entre 2003 e junho de 2006, desvinculou-se do programa. Portanto, trata-se de um exemplo, como se falou anteriormente, que reflete as condições do primeiro grupo de produtores.

Eu achava que eu podia continuar sempre esse PRONAF com juro baixo, né? pra lavoura. Sempre, todo ano, que acontecesse, né? Ou a cada dois ano. Mas, todo ano era melhor que acontecesse esse PRONAF pra lavoura. Houve essa crise atrás aí do governo Lula e pouco dinheiro, atraso de dinheiro e o preço baixo... agora não tá bom, não. Agora tá ruim pra lavoura. (M1 -2)

PRONAF? Ajudou sim. Ajudou bastante. Agora, que prosseguisse, que tivesse sempre PRONAF a juro baixo, né? Porque banco hoje em dia tá um juro muito forte, muito bravo, muito alto. A lavoura hoje em dia está um problema pra você manter a lavoura hoje em dia. (M1 -2)

Aumentar o apoio ao pequeno produtor	G1	6 ocorrências
	G2	3 ocorrências

As expressões que denotam interesse em maior apoio ao pequeno produtor foram enunciadas de diversas formas, geralmente em meio a críticas que os produtores faziam. Dentre os objetos das críticas estavam o seguro agrícola, a política do governo e as

cooperativas e firmas agrícolas que, de um lado, recebem o produto e de outro fornecem os insumos aos produtores. Como exemplo destas manifestações, os trechos extraídos das entrevistas são apresentados:

É o seguinte, falta também subsídios, né? acho que uma parte de subsídios, porque estes outros países desenvolvidos aí tem... e o Brasil não, é o agricultor que banca. Então, seria acho que o caminho... porque o Brasil é... acho que é 80% é agrícola, depende da agricultura. [...]

É, eu acho que tinha que partir destes órgãos: da EMATER, da EMBRAPA, das próprias cooperativas, né? Fazer reuniões com os líderes e governantes e jogar isso aí no congresso. Pq o adubo, o veneno e a semente ela tá monopólio, tá na mão de meia dúzia. Então se estes órgãos fizessem um trabalho em cima, chamasse este pessoal destas empresas pra conversar: - Oh! O agricultor tá com dificuldade, vamo reduzir custos. (...) Então é por aí. Acho que... estes órgãos: A EMATER, EMBRAPA, as próprias cooperativas, né? chamasse este pessoal com os representantes de governo: - vamos acertar este lado aí. Era importante. (A10 -1)

Nos fragmentos de 'J20' e 'V1' subsequentes, nota-se que os produtores apelam para a identidade com o meio rural enfatizando suas raízes com a agricultura e, assim, reforçam as dificuldades a que vêm passando, vendo-se cada vez mais excluídos e menos favorecidos nos resultados de seu trabalho na atividade agrícola. Assim, lançam mão da entrevista para expressar a percebida necessidade de maior apoio, como se vê logo abaixo.

Agora, quanto ao PRONAF é bom, o único ponto que eu achei errado, não é por mim, não, porque eu não passei por isso aí. Mas eu vi pessoas da minha idade chorando na televisão porque tem que vender a propriedade, vender os boizinhos, a vaquinha. E a gente criada junto com a terra, aquilo dá dó, aquilo corta o coração. A gente quer bem a terra. Chegar numa situação assim é duro, né? [...]

Sim, dar mais apoio. Porque na verdade mesmo, agricultor, 99% são honestos, sabe? Dificilmente você vê um agricultor caloteiro. Você pode prestar atenção em todos os dados no Paraná, lá na sua terra em Minas Gerais, 99 - tira um só - de repente é caloteiro. Então eu acho que eles merecem um respeito mais, mais aprofundado, mais... uma atenção maior.[...]

O PRONAF foi bom, o defeito do PRONAF só foi aquilo que te disse antes, falta de um pouco mais de apoio, apoio assim, um pouco mais de cuidado. O produtor precisa de uma acolhida. (...) Faltou no PRONAF é um pouco mais de cuidado com a gente no seguro da lavoura, porque nós já é pequeno, pequeno é pequeno mesmo. (J20 -1)

A gente vai lá na última e devia ser diferente, ter um apoio melhor, um... negócio melhor. A gente nasceu aqui, a mulher, ajuda a gente aqui, junta os filhos. [...] Também já trabalhou na roça, ajudou a colher café, passar adubo, mas, você tem que encaminhar pra cidade. Fazer o que?! Eles não vê uma vantagem, uma renda de você pegar e comprar uma moto, comprar uma coisa pra gente, pro uso, pra eles, pra família. [...]

Tinha que ter uma cooperativa do governo. Do governo pro produtor. Diferente, uma cooperativa pra ajudar! Tem que mudar, tem que ter uma cooperativa diferente pro pequeno produtor. Eles inventa tanta coisa na política. (V1 -1)

Para este produtor, representando o Grupo 2, os argumentos contra o descaso e a necessidade de maior atenção às políticas do setor agrícola, como expresso no Grupo 1 representado por A-10, também se apóiam na importância que este setor apresenta para a economia do país.

A turma fala assim que o Brasil é mais agricultura (referindo-se a importância que a agricultura representa no PIB), mas, eu acho que não, porque eles dão muito pouco valor. Tem muito pouco equilíbrio, tem que ter umas políticas mais equilibradas, se fosse tão importante assim. Eu acho que eles não tá nem aí. Eu acho que isso aqui se ficar que nem lá o Paraguai, pra eles é a mesma coisa. (A17 -2)

Diferentemente das menções acima, para 'J16' o apoio para os pequenos produtores viria por meio da liberalização do plantio de transgênico pelo Governo, ampliando os benefícios do PRONAF e da EMATER àqueles que optarem por essa forma de cultivo, tal como se apresenta abaixo.

É bom, só que precisava melhorar um pouquinho, né? Esse lote aqui é dos meus cunhados, eles tudo ia fazer PRONAF esse ano. Eles fizeram tudo o projeto lá na EMATER, depois eles ia plantar o transgênico, como o Requião não perdeu, aí deu passagem, né? Eles falou assim: - então eu não vou... aí eles pegaram em base de troca. Na Campos Verdes, eles faz tudo na base de troca.[...]
Ué! Os adubos, a semente, os insumos, tudo que pegou pra pagar só na colheita. Eles não fizeram PRONAF porque a EMATER só faz se for plantio de soja convencional. O transgênico não faz, EMATER não faz. [...]
Foi bom (as orientações da EMATER), mas falta ainda. Agora tem de ajudar os outros também. Que nem os meu cunhado mesmo, eles tava afim. Tem de liberar os transgênico pra eles fazer, né? (J16 -2)

Maior disponibilidade da Assistência Técnica	G1	5 ocorrências
	G2	3 ocorrências

Representando uma das mais relevantes crenças dos produtores: de que a assistência técnica não seria suficiente, o interesse dos produtores de 'maior disponibilidade e interesse dos técnicos da EMATER' não acompanhou esta importância em termos numéricos tendo, contudo, se manifestado em alguns relatos. Portanto, com os exemplos que seguem, teve-se a pretensão de situar o ponto de vista predominante para cada um dos dois grupos.

Então o que eu estou sugerindo é que a EMATER deveria dar mais assistência, tá junto do pequeno, mas tá junto mesmo pra sentir a necessidade do pequeno, não é só ir lá cobrar aquele dinheirinho que ele emprestou. Mas tá junto. (...) Então eu acho que a EMATER deveria pegar por atacado os pequenos. Falar nós vamos ajudar. (J5 -1)

Neste caso a produtora reclama por mais assistência advogando que o valor do financiamento do PRONAF, mesmo sendo insuficiente, poderia ser compensado por mais atenção pelos técnicos da EMATER, assim como está expresso nas linhas seguintes.

Não é muito dinheiro, é uma coisa assim, mais pra cobrir as primeiras necessidades do plantio. Se for ver mesmo, não dá pra cê falar assim: - Não, eu vou plantar com o dinheiro do PRONAF. Não dá, não é muito, é pouco. Mas, eu acho assim, que é válido, igual se fosse realmente assim, se você tivesse uma assistência dum agrônomo, alguma coisa assim. Mas a gente tinha que procurar por conta, tinha que procurar uma casa agropecuária, onde você comprou a semente, tinha que ir lá pedir pro agrônomo: - ah, vai lá dar uma olhadinha porque tá aparecendo isso, isso e aquilo. (M5 -1)

Abaixo, 'A17' do Grupo 2 reporta seu descontentamento quando questionado se ele acreditava que havia fiscalização pela EMATER na adoção das orientações recomendadas.

Fiscalizar até que eles fiscalizam pouco, porque eles vêm umas duas vezes só olhar a roça. Até que podia fiscalizar até mais, porque era mais vantagem pra nós, porque teria mais assistência. Mas ele vem 1, 2 vezes só. (A17 -2)

Mais agilidade na liberação de recursos	G1	3 ocorrências
	G2	3 ocorrências

Este interesse se demonstrou na forma de reivindicações para a maior rapidez na liberação do financiamento, a maior flexibilização das exigências do seguro agrícola ou para a adequação dos prazos de liberação de acordo com os períodos em que os produtores conseguem abatimentos nas firmas de insumos agrícolas. Apresentando-se em ambos os grupos semelhantemente, os relatos de 'J5' e 'R1', abaixo, ilustram a forma como o interesse foi expresso no Grupo 1 e 2, respectivamente.

Mas eu digo assim, mesmo você não utilizando (recurso do PRONAF), a EMATER é necessária, mas teria que desburocratizar um pouco. É porque você tem que ir na EMATER, tem um processo lá, depois tem que fazer um projeto, depois tem que ir no Banco do Brasil, que ainda te pede a escritura e uma série de coisas pra você... cê entendeu? Então, eu acho que tinha eliminar um pouco isso daí. Burocracia emperra e às vezes quando o gerente libera, já até passou da hora de você plantar. (J5 -1)

O produtor, no trecho seguinte, reclama da atualização/ renovação do contrato de financiamento, questionando a necessidade de repetição anual dos procedimentos.

Olha, o que eu não gosto é que tem um tempo pra fazer atualização ali, né?. Tem que tá, por exemplo, toda vez que eu for fazer financiamento tem que estar atualizando na EMATER pra poder fazer o pedido. Atualização porque?! Deveria ser um pouco mais... se você já pegou uma vez, cê precisa e quer pegar de novo, acho que deveria ser mais automático o sistema, né? Da EMATER com o Banco. Porque se eu quiser o financiamento agora eu tenho que ir lá na EMATER, pra poder fazer o cadastrinho de novo, fazer o ... não sei como chama: renovar o contrato lá pra você fazer pro outro ano. (R1 -2)

4.3.3 Resumo dos Resultados

O valor de **Aquiescência** foi expresso de forma similar pelos dois grupos, sendo que em todos os relatos dos produtores se manifestou. No entanto, apesar da intensidade dos relatos positivos se apresentar mais elevada, é no grupo 1 também que estão a maior parte dos relatos negativos. No Grupo 2, de forma geral, constatou-se apenas relatos com intensidade média. Portanto, com relação a este valor, arrisca-se a dizer que a proximidade entre os dois grupos denota internalização, porém, sem o aporte da intensidade das afirmações.

Apesar de ter se verificado o valor de **Orientação técnica** em trechos de todos os produtores do Grupo 1, foi neste mesmo grupo que se observou a maioria dos relatos negativos. No Grupo 2 a intensidade dos relatos exprimindo-se positivamente foi mais alta e houve só um produtor que manifestou-se negativamente. Esse valor já não corrobora a internalização, demonstrando-se mais favoravelmente no grupo que se submete a coerção financeira.

A **Segurança/ estabilidade e previsibilidade** expressa na forma de valor apresentou-se com sentido negativo no Grupo 1 em mais da metade dos relatos e, sendo estes com maior intensidade se contrastados com o Grupo 2. Este fato não indica, também, que haja proximidade com relação a este item, entre os dois grupos de produtores.

Já em relação ao valor de **Atualização/ Modernização técnica**, os pronunciamentos dos produtores indicaram uma maior ênfase positiva pelo Grupo 1, destoando-se da suposição que defende que a coerção financeira a que os produtores do Grupo 2 se submetem, teria efeito favorável em suas revelações .

O paralelo entre G1 e G2 apresentou equilíbrio quanto ao valor da **Dinamicidade da liberação do recurso** do PRONAF reforçando a crença na compatibilidade dos esquemas interpretativos dos grupos.

Em relação às crenças, a que se refere à percepção de que **Se exerce coerção pelo PRONAF**, destacou-se pela homogeneidade considerando a quantidade de produtores dos dois grupos. No entanto, as afirmações com alta intensidade foram maiores em G2, condizente com a situação em que se encontram.

Quanto a **Suficiência da assistência técnica**, esta questão foi destacadamente mais retratada pelo Grupo1 que também aferiu os relatos negativos de maior intensidade o que reflete a necessidade de maior interesse e disponibilidade dos técnicos vinculados ao programa.

Aspectos relacionados à crença de que o **Valor é suficiente** foram mencionados pelos produtores de forma semelhante, sendo os relatos em sua maioria negativos em ambos os grupos. Apesar desta semelhança, quando se verifica a intensidade destes fragmentos negativos, percebe-se que esta foi mais alta no Grupo 1 em que cada um dos produtores expressaram-se pelo menos uma vez com intensidade alta, enquanto que, no Grupo 2, houve maior incidência de comentários com média intensidade.

As menções da crença do papel da EMATER como sendo de **Fiscalização dos padrões** ocorreram desproporcionalmente entre os grupos, nitidamente em maior número no Grupo 1 em que dois produtores expressaram-se negativamente.

Já em relação à crença na **Vulnerabilidade do pequeno produtor**, a desproporção entre os grupos é mais aceitável em termos de seu significado para a pesquisa. No Grupo 1, em que a crença aparece mais, estão incluídos os produtores que deixaram de recorrer ao PRONAF, não só porque desenquadraram e tiveram necessidade de mais recursos para aumentar suas atividades, mas estão também aqueles que tiveram de interromper com as atividades rurais pelos percalços inerentes a estas.

Os principais interesses dos produtores relacionam-se com a diminuição dos **Juros**, **Maior apoio** ao pequeno produtor, aumento da **Dinamicidade na liberação dos recursos** e da atenção disponibilizada a eles pela **Assistência técnica**. Em relação ao primeiro interesse, tamanha disparidade não deixa margem para uma análise mais aprofundada, permitindo apenas que se tente justificar esta com base na experiência de alguns produtores do Grupo 1 (onde foram maioria as demonstrações) que passaram a pegar financiamento com juros maior e, portanto, sentem mais fortemente seu impacto.

O interesse por maior apoio ao pequeno produtor, pronunciado semelhantemente pelos dois grupos, sobressai em intensidade no Grupo 1, mesmo sendo pouca a diferença. Os outros dois interesses reforçam ainda mais a sobreposição dos esquemas interpretativos.

Até este momento foi seguido o planejamento proposto para a pesquisa. Esta orientação só foi possível mediante os dados de registro dos produtores fornecidos pela EMATER, contendo apenas seus dados pessoais como nome, idade, endereço e as rotas de acesso às propriedades juntamente com o ano de realização do documento. Estes permitiram separar os produtores em dois grupos segundo o critério estabelecido, no entanto, sem maiores ponderações, no momento, quanto à veracidade dos arquivos.

No entanto, durante a pesquisa, apareceram imprevistos que demonstraram ser pertinente uma segunda análise. No Grupo 1 percebeu-se que alguns dos produtores com registros antigos são os mais fieis ao programa mantendo laços com este ininterruptamente até os dias atuais. Da mesma forma, no Grupo 2 há produtores que se desligaram e não se configuram segundo as características a que se pretendia obter nos produtores mais recentemente cadastrados no PRONAF. Por conseguinte, os produtores foram alocados novamente de forma a obedecer estritamente ao critério de vínculo com o programa e se sucedeu uma segunda análise.

4.4 II Fase de Análise dos Dados de Campo

Nesta fase da análise, portanto, pretendeu-se auferir a partir de nova combinação dos dados, informações relativas à institucionalização dos padrões. Reitera-se que, da mesma forma que na fase I, na fase II a comparação dos esquemas interpretativos dos produtores inseridos nos Grupos 1 e 2 pretende demonstrar se, através da imposição dos novos padrões tecnológicos, houve mudança organizacional nas propriedades rurais com a sua internalização

pelos produtores. O pressuposto teórico baseado em Zucker (1987) seria de que: retirada a pressão coercitiva para a adoção, os produtores deixariam de recorrer aos padrões, ao contrário do que a autora expressa, denotando que não houve internalização. No entanto, Kostova e Roth (2002) apontam para os fatores que poderiam influenciar na internalização pela adoção imposta.

Portanto, acredita-se que uma nova disposição dos dados contribuiria para resultados mais coerentes com a pesquisa proposta, incrementando o estudo. Deste modo, estabeleceu-se o seguinte arranjo para os elementos da pesquisa, para o qual se intenta captar suas implicações:

Grupo 1: Somente dos produtores que já se desligaram do PRONAF

A6	A14	J5	M1
A7 e N1	A18	J11	M5
A12	G2	J22	M9

Quadro 10: constituição do Grupo 1 na II fase de análise.
Fonte: Dados primários coletados.

Grupo 2: Somente dos produtores que mantêm o vínculo com o PRONAF

A10	H1 e G1	J21	O1	V1
A17	J16	L3	R1	–
E2, L2 e R2	J20, J1 e P2	M10	R6	–

Quadro 11: constituição do Grupo 2 na II fase de análise.
Fonte: Dados primários coletados.

A partir da nova configuração de dados foi possível verificar algumas diferenças que aparentemente indicam maior homogeneidade dos esquemas interpretativos entre os Grupos 1 e 2. Mesmo que somente se permita um exame simplificado dos resultados, estes encontram-se resumidos no Quadro 12 de forma a possibilitar uma análise comparativa entre as fases I e II. Contudo, com o intuito de apreender as informações resultantes de um maior detalhamento, empreende-se uma nova análise.

Valores (G1 - G2)	Fase de análise I	Fase de análise II
Aquiescência	14-11	12-13
Orientação técnica	14-7	12-9
Segurança/ Estabilidade/ Previsib.	11-8	9-10
Atualização/ Modernização técnica	8-7	5-10
Dinamicidad. liberação de recursos	8-5	8-5
Regularização de tratos agrícolas	5-3	2-6
Crenças (G1 - G2)		
Assistência técnica é suficiente	10-5	9-6
Coerção é exercida	9-7	8-8
Valor é suficiente	8-6	7-7
Fiscalização	9-4	7-6
Vulnerabilidade do P. produtor	8-6	4-7
Interesses (G1 - G2)		
Juros baixos	9-1	7-3
Maior apoio	6-3	3-6
Maior disponibilidade da A.T.	5-3	4-4
Mais agilidade na liberação de rec.	3-3	3-3
Seguro/ Maior cobertura do seguro	2-3	1-4

Quadro 12: Comparação dos resultados de esquemas interpretativos na fase de análise I e II.
Fonte: Dados primários coletados.

O valor de Aquiescência ao PRONAF, tendo sido restabelecido o critério para a divisão dos produtores nos dois grupos, manteve sua representatividade nas expressões dos produtores verificando-se, inclusive, maior semelhança na intensidade dos relatos. O sentido (negativo/ positivo) para este valor, da mesma forma, contribui para se afirmar maior conformidade entre os grupos.

No entanto, apesar desta dimensão para o valor de Orientação Técnica apresentar-se ainda mais idêntico entre os grupos e, embora este valor apareça em mais relatos do Grupo 1, a intensidade destes, neste caso, conota a diferença entre os segmentos de produtores. No Grupo 2 a intensidade dos fragmentos favoráveis ao programa destoam-se dos observados no Grupo 1, sendo expressivamente mais fortes.

No valor de Segurança/ Estabilidade/ Previsibilidade o sentido e a intensidade dos relatos apresentaram-se inversamente nos grupos. No Grupo 2, com maior ocorrência de trechos com direção positiva ao PRONAF, percebeu-se maior intensidade destas afirmações, enquanto que no Grupo 1, com maior número de pronunciamentos com sentido negativo, verificou-se nestes a intensidade mais alta, ou seja, mantendo a relação encontrada na primeira análise em que: os produtores do primeiro grupo ressaltam a importância para eles de que haja mais Segurança, estabilidade e/ ou previsibilidade, enquanto que os produtores do outro segmento atribuem melhoria nestes itens ao programa. Reforça-se o mencionado com os trechos extraídos das entrevistas daqueles produtores que foram re-locados nos grupos.

Aqui planta mais ou menos uns 7 alqueires, só que eu financiei só 5 daqui na época do PRONAF. Eu financiei 5 alqueires. Eu não gosto de financiar área total, você sabe como é que é, né? Sempre... tem que ter uma escorinha. A gente não pode abrir as pernas não, porque o trem tá feio. Uma que a agricultura não tá... o tempo não tá ajudando a gente direito. O tempo tá ruim pra daná. A gente tem que ir meio devagar porque... tá esquisito. (A6 - antes do Grupo 2 e agora pertencente ao Grupo 1)

Eu tô dizendo pra você: que eu não tinha como tocar minha roça se não fazia um financiamento no PRONAF, entendeu? Aquilo me ajudou que eu tive condição de tocar a roça, porque entra um dinheiro, porque você faz um financiamento. Por exemplo: você toca aí 10 alqueires, toca 20, toca 30, então, tá entrando dinheiro pelo tanto de terra que você vai tocar. Então aquilo ajuda você a movimentar aquilo durante, até você colher aquilo, pra você sobreviver. (M10 – antes do Grupo 1 e agora pertencente ao Grupo 2)

Com relação à Atualização/ Modernização técnica, percebe-se que, diferentemente do percebido na primeira análise em que se observou uma maior representatividade no Grupo 1, este valor passa a ser mais corrente no Grupo 2 quando submetido ao novo exame. Fazendo o paralelo entre os dois grupos, percebe-se também que os produtores que se pronunciam mais intensamente a favor do programa, no tocante a esse valor, estão inseridos no Grupo 2.

Já o valor que preza pela Dinamicidade na liberação de recursos apresentou-se mais coerentemente a partir desta nova configuração dos dados. Sabe-se de alterações no

funcionamento do programa visando melhorar este quesito ao longo dos anos, portanto, era mais provável que este valor fosse mais retratado negativamente pelos produtores mais antigos dos quais muitos não puderam nem ao menos perceber estas mudanças por terem se desligado do programa. Logo, posicionando-se em maior consonância com o mencionado, na fase II de análise observa-se que o Grupo 1 enfatiza mais esta questão, contudo, diferente dos esperado, a intensidade dos relatos desfavoráveis é apenas ligeiramente maior.

Este fato se deve em parte aos produtores que se desligaram do programa, mas, continuam com a atividade agrícola buscando recursos por outros meios. Percebendo este aspecto em relação ao financiamento agrícola normal que atualmente recorrem e em que o processo de liberação de recursos é mais lento, estes produtores o comparam com o PRONAF e atribuem-lhe referências positivas. A passagem abaixo, ilustra este posicionamento quando se questiona à 'N1' sobre o aspecto que mais o agradou do programa do governo.

Da maneira de tratar a gente. Fácil de resolver problema, fácil de fazer financiamento (PRONAF). Resolvia tudo fácil. Que nem agora, pra mim financiar aí, meu pai precisou assinar 68 vezes pra mim de avalista. O PROGER é muito complicado... (N1 e A7 -1)

Em um outro trecho 'J11' que, já tendo expressado sua crítica ao processo de liberação de recursos do PRONAF de quando era participante, comenta da melhora percebida através de outros produtores.

Pra eles melhorou parece. Melhorou porque... eu tenho conversado com quem tá com PRONAF, né? Então, o PRONAF agora ele já faz automático, sabe? Você paga um e já sai o outro, automático, sabe? Então, já melhorou muito. (J11 -1)

Com relação ao valor de Regularização dos tratos agrícolas percebe-se que, com a nova disposição dos dados, houve alteração nos resultados com implicações para a pesquisa. Antes, a concentração maior de ocorrências do valor situava-se no Grupo 1 o que destoa-se do encontrado seguindo o critério atual, em que, a maior parte dos relatos aparece no segundo grupo. Ademais, reforçando a ênfase deste valor para os produtores que ainda estão sob a coerção financeira, a intensidade dos pronunciamentos é significativamente mais alta neste segmento a partir de quando se submete os dados à nova análise.

No tocante à categoria analítica de crenças dos produtores, a partir de quando se baseou no novo enquadramento dos elementos da pesquisa, percebeu-se que houve melhoras em termos de um maior equilíbrio entre as ocorrências dos relatos no primeiro e segundo grupo. Nas crenças em que esta adaptação não demonstrou melhores resultados, ao menos se manteve a proporção inicial entre eles, portanto, permitindo inferir validade a esta iniciativa.

Com respeito às minúcias reportadas, a crença sobre a Disponibilidade e o Interesse da Assistência Técnica esteve mais presente no Grupo 1, como foi encontrado na fase I de análise. No entanto, diferentemente do observado na fase I, quando se passa a observar a intensidade dos relatos de afirmação negativa, permite-se concluir que é também no grupo 1 que, destacadamente, se apresentam as de tom mais elevado.

A crença de que se exerce Coerção pelo PRONAF sobre os pequenos produtores não sofreu alteração aparente quando consideradas as mudanças na fase II de análise. O equilíbrio que já se apresentava antes se conservou mesmo na intensidade e direção dos relatos. Já a crença de que o papel fiscalizador insere-se em meio às funções da assistência técnica, com as alterações, culminou apresentando-se mais equilibrada no paralelo entre G1 e G2, com uma leve tendência mais forte em intensidade nas alegações positivas do Grupo 2.

Com relação à crença na vulnerabilidade do pequeno produtor que, na primeira fase da análise destoou-se o Grupo 1 em termos de representatividade, na segunda fase de análise, sobressaiu o Grupo 2. No entanto, essa inversão, apesar de significativa, não retira a ênfase no Grupo 1, incidida pela intensidade dos relatos que continua confirmando um grau mais elevado das afirmações neste segmento. O trecho a seguir elucida o mencionado com um trecho em alta intensidade.

Só que... foi que a gente, crescer mais não tem jeito, porque o pequeno é sempre pequeno! Já disse, porque o pequeno é o seguinte: você planta aí 3 alqueires ou até se ele planta 10 e tem um vizinho que planta 50, 60 ou mais, o que é que acontece, hoje? Aquele ali que planta 50 quer tomar o seu que planta os 10, então você fica ali espremido. Expandir você não vai! Entendeu? Não tem como. O cara hoje ali... eu falo porque eu sei disso, muita gente ali, às vezes, o que acontecia? O Cara:
- ah, rapaz! Para com isso aí rapaz, pouca terra, não compensa ... não sei o que, sabe? O outro grande, não foi um só, não. É a mesma coisa de você jogar um boi dentro dum rio de piranha pra destruir, entendeu? E é a mesma coisa, o pequeno hoje, a tendência dele é: ou ele para, ou não meche. Não adianta, porque não vai pra frente. (G2 -1)

Com a nova disposição dos elementos da pesquisa, a crença sobre o valor do recurso - sua adequação, ou não, ao que se destina no programa - também apresentou modificações

aparentando maior equilíbrio na comparação numérica das ocasiões em que os produtores do Grupo 1 e 2 se reportam a ela. Entretanto, com maior aprofundamento na fase II da análise, atentando-se para a intensidade das menções, torna-se mais clara as demarcações reais entre estes dois grupos. A desproporção afigura-se pela maior ênfase das declarações negativas no primeiro grupo, enquanto no segundo, a intensidade reforça os pronunciamentos positivos.

O trecho a seguir exprime a situação em que o produtor reporta-se negativamente ao valor do financiamento do PRONAF, afirmando a sua incapacidade para suprir os cuidados necessários como a causa por ter se desvinculado.

Era, (mais fácil de trabalhar) mas só que era num coisa... vinha pra 24 hectares, vinha 10, 11 mil reais. A despesa era muito mais! [...] Desenquadrei e fui pro PROGER pra poder pegar mais dinheiro por que não dava. [...]
 Não, se fosse, se eu tivesse verba suficiente pra plantar eu voltaria pro PRONAF. Mas o limite é muito pouco. O que deixou a desejar foi o valor então que não cobria todas as despesas. (N1 e A7 -1)

Já o fragmento de texto abaixo destaca uma outra declaração de intensidade alta mais condizente com a situação em que o produtor não se remete ao vínculo coercitivo com o programa do governo, portanto reforçando sua colocação no Grupo 1 de acordo com os novos critérios estabelecidos.

O valor do PRONAF é o seguinte: ele não cobre os custos reais, os custos reais não cobre, PRONAF não cobre. Ele deve cobrir aí uns 70%, talvez nem isso, não cobre. Porque a gente depende de tudo, né? (...) Pra você mexer com tecnologia, você depende de trator, você depende de pessoas, de plantadeira, precisa de tecnologia, né? Tem que manter curvas de nível, tem que manter tudo isso aí. Tem que compactar terra, você não pode perder área verde, a cobertura verde, tudo essas coisas tem que ter e aí isso demanda custos, né? E aí o PRONAF não cobre, ele deve cobrir aí em torno de 70% no máximo. [...]
 Oh, pra dizer a verdade, eles fazem um projeto lá, mas você não tem como seguir bem aquele projeto deles. É um projeto feito... mas se você for acompanhar mesmo, não dá. (...) por isso que eu falo com você que aquele orçamento que faz lá, se der 60%, 70% é muito. O resto você tem que tirar do bolso e investir mesmo. Senão, não tem jeito. (A18 - antes do Grupo 2 e agora pertencente ao Grupo 1)

Da mesma forma, como já se retratou, a alteração nos dados situou 'A10' no Grupo 2, obedecendo coerentemente o princípio que propõe separar os produtores conforme o vínculo com o programa, advogando a existência de influência coercitiva nos seus discursos. O trecho abaixo mostra o posicionamento do produtor em que ele se refere positivamente e com alta intensidade à suficiência do recurso oriundo do PRONAF.

Colheu o produto, você vai lá e paga no vencimento e já no outro dia, no dois, três dias, eles retorna aquele recurso novamente pra você plantar a outra safra. Então, em termos de recurso sempre teve bastante. Principalmente, de 4 anos pra cá, eu falo assim da gestão do Lula, no governo do Lula que a gente tem assim um recurso mais maior e mais rápido e de mais fácil acesso. Antes era uma promessa, que ia ter de início, ia no banco... [...]

Pesquisadora: E a expectativa que você tinha? O PRONAF superou sua expectativa? Superou. Porque, que nem eu disse, por um lado, eu estava descapitalizado, não tinha recurso próprio pra investir na lavoura, aí com o recurso eu tive como plantar, eu tive até com sobra pra manutenção da casa, deu tranquilidade. Então a expectativa foi boa e eu alcancei o objetivo, acho. (A10 - antes do Grupo 1 e agora pertencente ao Grupo 2)

Os interesses, por sua vez, sofreram alterações mais discretas com a adoção da nova diretriz de enquadramento dos elementos amostrais. Mesmo porque, como foi dito, as demonstrações de interesses pelos produtores não ocorreram de forma significativa como nos valores e crenças.

As expressões de interesses dos produtores pelos juros baixos do PRONAF, mantiveram uma diferença significativa entre os dois grupos, estando mais presente no primeiro, tanto na fase I, quanto na fase II, todavia, estando a relação entre eles mais equilibrada na fase II. Nesta, a intensidade dos relatos continuou reforçando o maior interesse pelos produtores do grupo 1 nos juros baixos. Semelhantemente, o interesse em maior disponibilidade e interesse da assistência técnica apresentou-se mais homogêneo e o interesse em maior agilidade na liberação de recursos manteve o equilíbrio que já havia sido constatado na fase I, tendo ambos maior intensidade no Grupo 1.

O interesse em maior apoio do governo, seja ele na forma de subsídios, seguro agrícola ou, mais abrangentemente na forma de políticas ao setor rural teve sua representatividade invertida, tanto em termos numéricos quanto na intensidade dos relatos expressos pelos produtores. A fase II denota uma ênfase maior pelo Grupo 2 para esse interesse.

A convergência entre os dois grupos foi em geral reforçada com as alterações em todas as categorias. Chama-se atenção, no entanto, para os valores de Atualização/ Modernização técnica e Regularização de tratos agrícolas que, com as adequações, demonstraram-se mais relevantes para o Grupo 2. Como defendido com base na teoria, tal fato indica que os produtores não internalizam os padrões e que, pelo menos nestes aspectos, os produtores que se desligam do PRONAF deixam de valorizar e acreditar na eficiência das práticas tanto quanto os produtores que ainda mantêm vínculos com o programa.

5 CONCLUSÕES

No trabalho, as conjeturas, a busca por materiais teóricos que as suportassem e os caminhos escolhidos para a sua averiguação empírica foram todos lançados visando abarcar as questões compreendidas pelo seguinte problema de estudo: ‘De que modo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar via crédito (PRONAF -Crédito) impactou na institucionalização de novos padrões tecnológicos em propriedades rurais familiares do Pólo Regional de Maringá-PR, no período de 1997 a 2006?’. Portanto, desenvolveu-se a investigação sob o referencial das teorias que sustentam os processos em meio à difusão de padrões tecnológicos.

Os pressupostos da Teoria Institucional englobam as abordagens a que se recorreu para entender a relação entre as partes deste processo. Tanto na consideração dos efeitos tecnológicos para a população de produtores rurais em estudo, como no raciocínio em torno da mudança organizacional e institucional implicada, adotou-se uma perspectiva interativa. Esta perspectiva fundamenta-se na consideração dos aspectos interpretativos e simbólicos na análise da relação entre as propriedades estruturais e a agência daquelas pessoas que respondem à transferência coercitiva dos padrões.

Os resultados obtidos via análise comparativa dos esquemas interpretativos construídos ao longo da interação com as técnicas repassadas aos dois grupos de produtores, demonstram grande similaridade entre eles. Em consonância com a concepção de pesquisa adotada, credita-se esse fato à internalização dos padrões ou, ao menos, à uma forte tendência a isto, o que vai de encontro ao pressuposto institucionalista. No entanto, destoando-se da suposição inicial que se propôs no trabalho de que a adoção se manteria somente enquanto associada à imposição e, portanto, sendo inviabilizada a internalização a partir de mecanismos coercitivos, descobriu-se que a conciliação entre estas instâncias é possível.

Destacou-se anteriormente neste trabalho que o Brasil apresenta-se como ambiente instigante para esta pesquisa por distinguir-se culturalmente dos contextos em que foram realizados os estudos que basearam os pressupostos para a questão da difusão coercitiva. Ademais, ressaltou-se a importância de ampliar a abrangência dos pressupostos da Teoria Institucional com aplicações em estruturas sociais distintas e características desta nação.

Portanto, a análise mais aprofundada em relação ao contexto dos produtores rurais e seus possíveis efeitos nos resultados é pertinente.

A alegação acima se apóia no que se chamou na Teoria Institucional de mecanismo operacional da recursividade inerente à institucionalização, ou seja, a interpretação. Através da natureza cognitiva cultural da interpretação é que os atores exercem influência nas instituições, ao passo que é somente através desta instância do processo que as instituições, por sua vez, influenciam e determinam as ações dos atores organizacionais diferentemente nas localidades com contextos culturais distintos.

Observou-se que, através do método desenvolvido para esta pesquisa, a interpretação da coerção neste contexto rural onde foi realizado o estudo acarreta em internalização dos padrões. Se considerarmos que historicamente no Brasil de forma geral os produtores agrícolas relacionaram-se sempre de forma dependente com o Estado, fato que se enxergou também em fragmentos das entrevistas para esta pesquisa, talvez se possa compreender melhor as condições que incidem neste resultado.

Supõe-se que a coerção do Estado seja tão legítima neste contexto empírico que atue até como elemento de estabilidade pelo qual os produtores enxergam mais facilmente os benefícios e as sanções conseqüentes da adequação de sua atuação. Sendo assim, argumenta-se que, apesar de se ter obtido coerência com o pressuposto institucionalista defendido em Tolbert e Zucker (1983), tal aferição somente se fez possível analisando o contexto empírico e suas implicações na maneira em que os produtores interpretam o fenômeno.

Mesmo não sendo os resultados coerentes com a expectativa inicial que se tinha, eles são procedentes visto que, percebe-se que a difusão de padrões tecnológicos do PRONAF está alicerçada pelos mecanismos de institucionalização identificados por Lawrence, Winn e Jennings (2001). As quatro formas de poder são empregadas, umas mais, outras menos, mas, de forma que uma compensa na outra suas desvantagens e conjugam seus benefícios o que faz com que seus efeitos sejam potencializados nas duas dimensões: ritmo e estabilidade. Como foi dito, o ‘modo de poder’, seja episódico ou sistêmico, associa-se com a estabilidade da instituição e a forma de relacionamento com os atores ‘alvo’, com o ritmo da institucionalização.

Portanto, o PRONAF, através da fiscalização pelos técnicos da EMATER, faz uso do mecanismo de ‘influência’ para que os produtores adotem as técnicas recomendadas, sendo

que, para isso pressupõe dos atores o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão e de avaliação dos custos e benefícios relativos à conformação, o que torna o processo de institucionalização lento. Por outro lado, os episódios de ‘influência’ requerem repetição contínua o que denota instabilidade a institucionalização decorrente deste mecanismo. Logo, através desta forma de poder, a institucionalização dos novos padrões agrícolas somente seria eficiente enquanto perdurasse a fiscalização ou a expectativa de sua ocorrência.

A institucionalização de novas técnicas pelo PRONAF está apoiada também pelo mecanismo de ‘força’. Este se acomete aos produtores através de medidas como as que impedem a renovação do contrato de financiamento por um período, que restringem o direito à assistência técnica gratuita enquanto se adotar o padrão inadequado ou as que evocam a destituição de posses para o pagamento das dívidas (somente em casos extremos). Desta forma pretende-se desestimular aqueles produtores que falham em seguir os padrões recomendados. Este recurso é empregado de forma episódica, apresentando o mesmo efeito da ‘influência’ quando da interrupção do mecanismo, o que afere caráter de instabilidade às instituições apoiadas nesta forma de poder. Entretanto, como o público alvo desta intervenção é objetificado, ou seja, desconsidera-se a sua capacidade de agência, este mecanismo sobressai quando se preza por um ritmo de velocidade maior ao processo de institucionalização.

Atuando conjuntamente com formas ‘disciplinares’ de poder, o PRONAF, através da assistência técnica, estaria lançando-se ao atingimento dos objetivos de formação dos produtores familiares visados pelo programa. Desta forma, diferencia-se do recurso de ‘influência’ que se preocupa somente em moldar as suas ações mesmo que considerando o potencial de agência. Os mecanismos disciplinares recorridos tiveram efeito em termos da identidade dos produtores que absorveram para si as demandas externas de adoção dos padrões o que revela a internalização verificada pela pesquisa e indica um alto nível de estabilidade ao processo de institucionalização.

Completando o apoio aos três mecanismos de institucionalização já mencionados, destina-se também aos produtores que recorrem aos recursos do PRONAF mecanismos de dominação. Na forma de ameaça, seja da EMATER ou da agência bancária, de se incorrer coerção sobre eles, os produtores com vínculo ao PRONAF estão sob constante pressão para se conformar aos padrões orientados pela assistência técnica, caracterizando o modo que se exerce o poder como sistêmico. Mesmo tendo se desligado do programa, os produtores

aparentam continuar sujeitos às ameaças, não mais de não poderem renovar os contratos ou de terem confiscadas suas posses para pagamento das dívidas com o banco, mas ameaçados de se relacionarem mal com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que continuará sendo importante para aqueles que vivem no meio rural independente da utilização dos recursos do programa.

Por ser intermediário nos programas do governo e os produtores, através dos treinamentos, das palestras, das ações de extensão e dos projetos de custeio e investimento necessários para se recorrer a quaisquer financiamentos bancários, a EMATER exerce um papel importantíssimo para todos os produtores, sejam eles grandes ou pequenos. Portanto, sendo razão suficiente para que a ruptura ou o distanciamento nas relações com esta entidade represente de fato uma ameaça aos produtores. O que explica em parte porque os produtores, mesmo cessando a pressão, continuam reforçando os padrões e apresentando esquemas interpretativos como se estivessem sob coerção: porque continuam, de certa forma, sob dominação.

Tal conclusão só pôde ser vislumbrada após a análise das características do contexto relacional entre os produtores e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Sendo, toda a questão referente à como a coerção é percebida, estas características – confiança, identidade e dependência – desempenham um papel essencial na difusão dos padrões tecnológicos, amenizando a interferência negativa da coerção neste processo. Tendo em vista a reconhecida legitimidade no Brasil da EMATER, antes mesmo do estabelecimento do PRONAF, este fato se destacou na pesquisa permitindo que se observasse tamanha aquiescência pelos produtores, mesmo por aqueles que não mantêm mais vínculos com o programa.

Portanto, pode-se extrair destas colocações que o PRONAF, neste período de tempo o qual se restringiu a pesquisa, foi eficaz enquanto política institucionalizadora ao favorecer a incorporação de novos valores, crenças e interesses ao contexto institucional de referência dos produtores os quais se pretendia introduzir as novas práticas. Como conseqüência desta demonstração, tal fato fortalece a suposição da adoção concreta dos padrões e de que em Maringá-PR o programa estaria proporcionando o alcance do objetivo de modernização rural na região ao criar condições para a mudança nas propriedades.

Como a generalização não é a intenção neste trabalho, sugerem-se novos estudos adotando a mesma estratégia empregada com os produtores familiares de Maringá em outras

regiões beneficiadas pelo PRONAF, ampliando a abrangência da análise do programa governamental. Um novo contexto onde a assistência técnica não realizasse um trabalho tão forte junto aos produtores tenderia a demonstrar resultados distintos. Diferentemente do que se observa no estado do Paraná, onde aquelas características do contexto relacional afetam positivamente na adoção imposta, outros estudos em que a EMATER tivesse influência negativa possibilitariam mais inferências.

A limitação do trabalho refere-se à escolha pelo enfoque somente a partir do público do PRONAF, ou seja, daqueles atores ‘instituídos’ pelo programa. A análise simultânea que focasse também nas categorias ‘instituintes’ permitiria evidenciar a questão da recursividade, esta que foi apenas brevemente mencionada quando se notou as formas diferenciadas de interpretação dos contratos em meio aos produtores como um meio de aumentar os recursos financeiros advindos do programa. Portanto, sendo esta questão uma deixa para novos estudos que, pressupondo a recursividade da estrutura e da agência, atentem-se na influência dos atores na esfera institucional.

Recomenda-se ainda que mais estudos se realizassem futuramente, com a possibilidade de que se adotasse a presente pesquisa como estimativa para se perceber alterações no tocante à relação do programa com seu público. Distanciando-se da época em que o PRONAF foi implementado, os estudos trariam subsídios que poderiam ser comparados com os encontrados aqui, resultando em maior número e qualidade das informações podendo contribuir de forma mais pontual para propor melhorias no programa.

Acredita-se que a relevância empírica do estudo resida em sua contribuição ao destacar aspectos que devem ser considerados na difusão de padrões. Portanto, ressaltando a necessidade de avaliação do PRONAF-Crédito como programa de transferência de recursos para viabilizar o aumento da competitividade do segmento de produtores familiares e sua qualidade de vida, este estudo destaca o papel da assistência técnica na transferência dos padrões. O estudo em Maringá-PR demonstrou ser possível, através do incremento positivo das características de contexto relacional do programa e dos produtores, diminuir o contraste entre o potencial do acesso ao crédito e seus resultados em termos da desigualdade do padrão tecnológico.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: J. P. Stédile, ed Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 94-103; 1994.

ABRAMOVAY, R. Combate à pobreza: chegou a hora da qualidade. Valor On Line, 16-08-2006. Disponível em: 25 de agosto de 2006.

Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel. Acesso em: <<http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>>. Disponível em: 07 de mar., 2006.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisa survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Banco do Brasil – PRONAF. Cartilha do Agricultor, 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. S. Institutionalization and Structuration: Studying the links between action and institution. *Organization Studies*, v. 18, n.1, p. 93-117, 1997.

BARNES, J. A. Redes Sociais e processo políticos. In: FELDMAN – BIANCO, Bela (Org.). *A antropologia das Sociedades contemporâneas: Método*. São Paulo: Global, 1987.

BARROS, J. R. M., MANOEL A. Insumos agrícolas: evolução recente e perspectivas. In: BRANDÃO, A. S. P. *Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 295-332, 1988.

BARTUNEK, J. M. Changing interpretive schemes and organizational restructuring: the example of a religious order. *Administrative Science Quarterly*, v.29, n.3, p. 355-372, 1984.

BAUER, M.W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução: Pedrinho a. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, p.57-107, 2001.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUAINAIN, A. M. *Trajatória recente da política agrícola brasileira*. (Projeto UTF/FAO/036/BRA.). Campinas, 1997.

CARVALHO, C. A. P. de; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, *Anais...* Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD.

CARVALHO, F.C.; TEIXEIRA, E.C. *Política governamental aplicada ao agronegócio*. Apostila MBA gestão do agronegócio, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

CARVALHO, J. C. M. *O desenvolvimento da agropecuária brasileira*. EMBRAPA, Brasília, 1992.

CASTRO, E. R. de; TEIXEIRA, E. C. Brazilian Agricultural Credit Interest Rate Equalization Policy: a growth subsidy? In: EAAE – European Association of Agriculture Economics Congress. 11., 2005, Copenhagen. *Anais...* Universidade Federal de Viçosa, 2004.

COLEMAN, J. R. *Power and the structure of Society*. New York: Norton, 1974.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Disponível na internet: <www.cna.org.br>. Acesso em: 07 de dez., 2005.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. *Estratégias de reprodução e mercantilização da agricultura familiar no alto Uruguai/RS: Um estudo de caso no município de três Palmares*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

COOPER, D.J.; HININGS, B.; GREENWOOD, R. e BROWN, J. L. Sedimentation and transformation in organizational change: the case of Canadian law firms. *Organizational Studies*. vol. 17, n.4; p.623-647; 1996.

CRUBELLATE, J.M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A.A. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. In: *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, v.8, Edição Especial, p. 37-60; 2004.

DACIN, M. T.; VENTRESCA, M. J.; BEALE, B. D. The embeddedness of organizations: dialogue and directions. *Journal of Management*, v. 25, p 317-356, 1999.

DACIN, T. M.; GOODSTEIN, J; SCOTT, W R. Institutional theory and institutional change: Introduction to the special research forum. *Academy of Management Journal*. vol. 45, n. 1, p. 45-57; 2002.

DIMAGGIO, P; POWELL, W. Introduction. In: DiMaggio, P; Powell, W (ed). *The new institutionalism in organizational analyses*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 1-40, 1991. (também disponível em *American Sociological Review*, v.48, April, p.147-160, 1983)

EMIRBAYER, M.; MISCH, A. What is Agency? *The American Journal of Sociology*, v.103, n.4, p.962-1023, 1998.

ENZ, Cathy A. The Role of Value Congruity. In: Intraorganizational Power. *Administrative Science Quarterly*, v. 33, p. 284-304, 1998.

FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. Boletim Informativo PRONAF 2005/2006. Curitiba, ago., 2005.

FONSECA, V, S. Estrutura de decisão: um estudo de caso em uma organização catarinense. In: XV Encontro Anual da ANPAD, 1992, Rio Grande do Sul. *Anais...* Salvador. ANPAD, 1992, v.6, p. 209-223.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

GARUD, R.; JAIN, S. The embeddedness of technological systems. In: Baum, J.; Dutton, J. (Eds.). *Advances in strategic management*, v. 13, p. 389-408. Greenwich, CT: JAI Press, 1996.

GARUD, R.; JAIN, S.; KUMURASWAMY, A. Institutional entrepreneurship in the sponsorship of common technological standards: the case of Sun Microsystems and Java. *Academy of Management Journal*, v. 45, n.1, p. 196-214, 2002.

GARUD, R.; KARNOE, P. Bricolage vs. Breakthrough: distributed and embedded agency in technology entrepreneurship. *Research Policy*: In Press, 2002.

GARUD, R.; KUMURASWAMY, A. Changing competitive dynamics in network industries: an exploration of Sun Microsystems` open systems strategy. *Strategic Management Journal*, v. 14, p. 351-369, 1993.

- GARUD, R.; RAPP, M. A socio-cognitive model of technological evolution. *Organizational Science*, v. 5, p. 344-362, 1994.
- GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001. p.479-537.
- GIDDENS, A. *The constitution of Society*. Berkely: University of California Press, 1984.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- GOULDNER, A.W. *Patterns of industrial bureaucracy*. New York Free Press, 1971.
- GREENWOOD, R.; COOPER, D. J.; HININGS, C. R.; BROWN, J. L. Biggest is the best? Strategic assumptions and actions in the Canadian audit industry. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 10, 1993, p. 308-321.
- GREENWOOD, R.; HININGS, C. R. Understanding radical organizational change: Bringing together the old and the new institutionalism. *Academy of Management Review*. v.21, 1996, p.1022-1054.
- GREENWOOD, R.; HININGS, C.R. e BROWN, J. Merging Professional service firms. *Organization Science*, v. 5, n. 2, 1994, p. 239-257.
- GREENWOOD, R.; SUDDABY, R; HININGS, C.R. Theorizing change: the role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. *Academy of Management Journal*. v.45, n.1, 2002, p.58-80
- HATCH, Mary J. *Organization Theory: Modern Symbolic and Postmodern Perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- HININGS, C.R.; GREENWOOD, R. *The dynamics of Strategic change*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- HUGHES, T. *Networks of power*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.
- IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1985. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBIC - Rede Nacional de Transferência e Difusão de Tecnologias Apropriadas. Disponível na Internet: < [http:// www.ibict.br](http://www.ibict.br) >. Acesso em 17 Ago. 2005.

KOSTOVA, T.; ROTH, K. Adoption of an organizational practice by subsidiaries of multinational corporations: Institutional and relational effects. *Academy of Management Journal*. v.45, n.1, 2002, p.215-233.

LAWRENCE, T. B.; WINN, M. I; JENNINGS, P. D. The temporal dynamics of institutionalization. *Academy of Management Review*. v.26, n. 4, 2001, p. 624-644.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V., S. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 17., 1993, *Anais...* Salvador: ANPAD, 1993, v.3 p.147-159.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V., S.; CRUBELLATE, J. M. *Unlocking the Institutionalization Process: insights for an Institutionalizing approach*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005, 1 CD.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V., S.; FERNANDES, B. H. R. Um modelo e quatro ilustrações: em análise a mudança nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, *Anais...* Foz de Iguaçu: ANPAD, 1999, 1 CD.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E.R.; NASCIMENTO, M.R.; OLIVEIRA, P.T. Formalismo como mecanismo institucional coercitivo de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, *Anais...* Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD.

MACHADO-DA-SILVA, C.L. Respostas estratégicas da administração e contabilidade ao sistema de avaliação da CAPES. *Organizações e Sociedade*, v.10, n.18, p.63-77, set-dez, 2003.

MARQUES, Paulo E. M. *Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

Mata Ciliar. Disponível em: < <http://www3.pr.gov.br/mataciliar/perguntas.php> >. Acesso em: 12 de dez. 2006

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: Powell, W.; DiMaggio, P. (ed.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: the University of Chicago Press, p. 41-62, 1991. (também disponível em *American Journal of Sociology*, v.83, n.2, p.340-363, 1977)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em:

<www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 07 de dez. 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=134&ctuid=9371>> . Acesso em: 02 de jun. 2006.

MOHRMAN, S. A.; MOHRMAN Jr, A. M. *Large-scale organizational change*. San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

MONTEIRO, J. A. *A geração de tecnologia agrícola e a ação de grupos de interesse*. São Paulo, IPE – USP, 1995.

MONTOYA, M. A e GUILHOTO, J. J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, p.7-11, 2001.

MUNIR, K. The social construction of events: a study of institutional change in the photograph field. *Organizations Studies*, v.23, London, 2005.

MYRDAL, Gunar. *O valor em teoria social*. São Paulo: Pioneira e Ed. da Universidade de São Paulo, 1965.

OLIVER, C. Antecedents of deinstitutionalization. *Organizations studies*, n.13, v.4, p.563-588, 1992.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, v.16, n.1, 1991, p. 145-179.

ORLIKOWSKI, W. J. The duality of Technology: Rethinking the concept of technology in organizations. *Organizational Sciences*, v. 3, n. 3, p. 398-427, 1992.

ORLIKOWSKI, W. J. Using technology and constituting structures: a practice lens for studying technology in organizations. *Organizational Science*, v. 11, n, 4, p. 404-428, 2000.

ORLIKOWSKI, W. J.; YATES, J.; OKAMURA, K.; FUJIMOTO, M. Shaping electronic communication: the metastructuring of technology in use. *Organizational Science*, v. 6, n. 4, p. 423-444, 1995.

PAIVA, R. Miller. *O comportamento do setor agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro: uma apreciação crítica*. Campinas, Curso de formação de instrutores em Administração Rural/ CATI, mimeog., 1976.

PARSONS, T. *Structure and process in modern society*. New York: The Free Press, 1960.

PEIXOTO, Sérgio E. A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. *Revista Bahia Agrícola*. v.2, n.3, novembro de 1998.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 27 de agosto de 2005.

RANSON, S.; HININGS, B.; GREENWOOD, R. The structuring of organizational structures. *Administrative Science Quarterly*, v.25, p.1-17, 1980.

RATTNER, H. *Tecnologia e Sociedade: uma proposta para os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

REED, M.I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. *Organizational Studies*, v.18, n.1, p.21-42, 1997.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. Terceira edição, São Paulo: Atlas, 1999.

ROBERTS, K. H.; GRABOWSKI, M. Organizações, tecnologia e estruturação. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*, v. 3., Ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Caso do Pronaf. In: Enanpad, Atibaia, 2003. *CD ROM*.

ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. 4^a ed. The Free Press, 1995.

ROMANELLI, E; TUSHMAN, M. Organizational transformation as punctuated equilibrium: an empirical test. *Academy of management journal*; v. 37, n. 5, 1994, p. 1141-1165.

ROSENZWEIG, P. M.; SINGH, J. Organizational Environments and the Multinational Enterprise. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 2, p. 340-361, 1991.

SACOMANO NETO, M., TRUZZI, O. M. S. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. *Departamento de Engenharia de Produção*. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP. G&P v.9, n.1, p.32-44, abr. 2002

SANTOS, J. V. Tavares dos. A sociologia dos processos sociais agrários na perspectiva do século XXI: realidade e utopia. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, p.7-11, 2001.

SCOTT, R. W. Conceptualizing organizational fields: linking organizations and societal systems. In H.U. Derlien, U. Gerhardt, & F.W. Scharpf (Eds.), *System-rationalitat und partialinteresse* [Systems rationality and partial interests]: Baden Baden, Germany: Nomos Verlagsgesellschaft. 1994, p.203-221.

SCOTT, R. W. *Institutions and Organizations*. 2^a. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.

SCOTT, R. W. *Organizations: Rational, Natural, and open systems*. Prentice-Hall. New Jersey, 1992.

SCOTT, R. W. Symbols and organizations: from Barnard to the institutionalists. In: WILLIAMSON, O. (ed.) *Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond*. New York: Oxford University Press. p.38-55, 1995.

SCOTT, R. W. The adolescence of institutional theory. *A administrative Science Quartely*, v.32, p. 493-511, 1987.

SCOTT, R., MEYER, J. The Organization of Societal Sectors: Propositions and Early Evidence. In: DIMAGGIO, W, POWELL, W., DIMAGGIO, P. (orgs.) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. The University of Chicago Press, Chicago, 1991.

SCOTT, W.R. & CHRISTENSEN, S. (eds.). *The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). Disponível em: <pronaf@pr.gov.br>. Acesso em: 28 de maio de 2006.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S.T. *Métodos de pesquisa nas relações sociais: medidas na pesquisa social*. 11^a reimpressão, São Paulo: EPU, 1987.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa*. São Paulo: EPU, 1987.

- SELZNICK, P. Institutionalism “old” and “new”. *Administrative Science Quarterly*, v. 41, p.270-277, 1996.
- SEWELL, W. H. Jr. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *The American Journal of Sociology*, v.98, p.1-29, 1992.
- SILVA, J. G. da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SILVA, R. E. A. da. IPEA - PRONAF: *Relatório Técnico das ações desenvolvidas no período 1995-98*. Brasília, 1999.
- SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, M. O. *Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.
- SOUZA, P. M. de; LIMA, J. E. de. Intensidade e Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 57, no. 4, 2003.
- STRANG, D., MEYER, J. W. Institutional conditions for diffusion. *Theory and Society*, v. 22, 1993, p. 487-511.
- TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. *Passo Fundo*: UPF, 2001.
- TOLBERT, P. e ZUCKER, L. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. *Administrative Science Quarterly*, v.28, n.1, p. 22-39, 1983.
- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999. Cap.6, p. 196-219.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas, 1987.
- TRUJILLO, Ferrari, Alfonso. *Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- TUSHMAN, M. L.; ANDERSON, P. Technological discontinuities and organizational environments. *Administrative Science Quarterly*, v. 31, p. 439-465, 1986.

VAN de VEN, A. H. Managing the process of organizational innovation. *In: HEBER, G. P; Glick, W. H. (eds.) Organizational change and redesign. Ideas and insights for improving performance. Oxford University Press, 1995.*

VAN DEN BELT, H.; RIP, A. The Nelson-Winter-Dosi model and synthetic dye chemistry. *In: BIJKER, W; HUGHES, T.; PINCH, T. (Eds.). The social construction of technological systems. Cambridge, MA: MIT Press, p.135-158, 1987.*

VASCONCELOS, Flávio C.; VASCONCELOS, Isabella F. F. G. *Isomorfismo estrutural e os limites da normalização: dois estudos de caso sobre a implantação das normas iso 9000 em empresas de informática na França. In: ENEO, Curitiba, 2000. CD ROM.*

VIEIRA, M. M. F.; MISOCZKY, M. C. *Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: ENEO, Curitiba, 2000. CD ROM.*

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1. Brasília: Editora UnB, 1972.*

WEICK, K. E. Technological as equivoque: sense-making in new technologies. *In: GOODMAN, P. S.; SPROULL, L. (Orgs.). Technology and organizations. San Francisco: Jossey Bass, 1990.*

WEICK, K. E. *The social psychology of organizing. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969.*

WESZ Jr., Valdemar J.; TRENTIN, Iran C. L. *Desenvolvimento e agroindústria familiar. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.*

WILSON, D. C. *A strategy of change: concepts and controversies in the management of change. London: 1992.*

WRONG, D. H. The oversocialized conception of man in modern sociology. *In: COSER, L. (ed.) The pleasures of sociology. New York: New American Library, 1980.*

ZILBER, T. Institutionalization as an interplay between actions meanings, and actors: The case of a rape crisis center in Israel. *Academy of Management Journal, v.45, n.1, 2002.*

ZUCKER, L. Institutional theories of organizations. *Annual Review of Sociology, v.13, p. 443-464, 1987.*

ZUCKER, L. Organizations as institutions. In: Bacharach, S. (ed.), *Research in sociology of organizations*, Greenwich, CT: JAI Press, p.1-47, 1983.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, v.42, p. 726-443, 1977.

ZUCKER, L. Where do institutional patterns come from? Organizations as actors in social systems. In: ZUCKER, L. G. (Ed.), *Institutional patterns and organizations: culture and environment*, Cambridge, Mass.: Ballinger, p. 23-49, 1988.

7 ANEXOS

Roteiro de Entrevista Inicial

- 1) Há quanto tempo o (a) senhor (a) tem essa propriedade?
- 2) Como era antes de terem lançado o Pronaf?
- 3) Sempre usou dos recursos do PRONAF? Durante quantos anos usou sem interrupção?
- 4) O que levou você a recorrer ao PRONAF?
- 5) Como é quando o técnico da EMATER vem para dar assistência técnica na sua propriedade?
- 6) Quais as tecnologias agrícolas que o senhor (a) usava antes e usa agora?
- 7) Com as técnicas que foram recomendadas pelo PRONAF o que mudou aqui na sua propriedade?
- 8) O que as orientações requereram/ demandaram? Sempre esteve disposto a aplicar os esforços necessários para adotar as técnicas?
- 9) Você adota o recomendado sem pensar ou pergunta pros outros primeiro para ver se está dando certo com eles? Como você decide se adota ou não a técnica?
- 10) Se você não adotar os procedimentos recomendados, o que isso implica para você?
- 11) Você usaria as técnicas mesmo se não precisasse do aval da EMATER para conseguir o financiamento no Banco?
- 12) Quais as transformações que o PRONAF trouxe para a região?

Roteiro de Entrevista modificado (06 - 14/11)

- 1) Dê um histórico da propriedade, uma contextualizada do que você cultiva, de como funcionam as coisas aqui.
- 2) Há quanto tempo o (a) senhor (a) tem essa propriedade?
- 3) Sempre pegou financiamento agrícola?
- 4) Como era antes de terem lançado o Pronaf?
- 5) O que te levou à pegar o PRONAF, quando você pegou pela 1ª vez?
- 6) Fala pra gente como foi que você ficou sabendo do PRONAF? Você lembra o que se falou na época sobre o PRONAF?
- 7) Como é quando o técnico da EMATER vem para dar assistência técnica na sua propriedade? E no banco, como foi (ou é)?
- 8) Quais as tecnologias agrícolas que o senhor (a) usava antes e usa agora?
- 9) O que as orientações demandaram de você? Sempre esteve disposto a aplicar os esforços necessários para adotar as técnicas?
- 10) Você adota o recomendado sem pensar, de forma direta, ou pergunta pros outros primeiro para ver se está dando certo com eles? Como você decide se adota ou não a técnica?
- 11) Com as técnicas que foram recomendadas pelo PRONAF, o que mudou aqui na sua propriedade?
- 12) Aquilo que você esperava do PRONAF, antes de pegar o empréstimo, você pode dizer que se realizou?
- 13) No PRONAF, o que você pode dizer que gosta e não gosta?
- 14) Se você não adotar os procedimentos recomendados, o que você acha que isso implica para você?
- 15) Você usaria as técnicas, mesmo se não precisasse da EMATER para renovar contrato de financiamento com o Banco?
- 16) Quais as transformações que o PRONAF trouxe para a região?
- 17) E de forma geral, você acha que o PRONAF ajudou o pequeno produtor?

Roteiro de Entrevista modificado (29/11 – 03/12)

- 1) Dê um histórico da propriedade, uma contextualizada do que você cultiva, de como funcionam as coisas aqui.
- 2) Há quanto tempo o (a) senhor (a) tem essa propriedade?
- 3) Sempre pegou financiamento agrícola?
- 4) Como era antes de terem lançado o Pronaf?
- 5) O que te levou à pegar o PRONAF, quando você pegou pela 1ª vez? Que expectativas você tinha? No banco como foi?
- 6) Fala pra gente como foi que você ficou sabendo do PRONAF? Você lembra o que se falou na época sobre o PRONAF?
- 7) Como é quando o técnico da EMATER vem para dar assistência técnica na sua propriedade? Quantas vezes ele já veio aqui?
- 8) Quando ele veio você acha que foi para fiscalizar?
- 9) Além do acompanhamento regular, a EMATER, porque é vinculada com a EMBRAPA que faz as pesquisas, sempre tá sabendo de coisas novas, não é? Ela não trouxe nada de novo, não?
- 10) Quais as tecnologias agrícolas que o senhor (a) usava antes e usa agora?
- 11) O que as orientações demandaram de você? Para estar mantendo à risca a orientação, você teve de aplicar um esforço muito maior ou dedicar-se muito mais? Sempre esteve disposto a aplicar os esforços necessários para adotar as técnicas?
- 12) Você adota o recomendado sem pensar, de forma direta, ou pergunta pros outros primeiro para ver se está dando certo com eles? Como você decide se adota ou não a técnica?
- 13) Com as técnicas que foram recomendadas pelo PRONAF, o que mudou aqui na sua propriedade?
- 14) Aquilo que você esperava do PRONAF, antes de pegar o empréstimo, você pode dizer que se realizou?
- 15) No PRONAF, o que você pode dizer que gosta e não gosta?
- 16) Se você não adotar os procedimentos recomendados, o que você acha que isso implica para você?
- 17) Você teria interesse em estar mantendo tudo àquilo que foi orientado na assistência, mesmo se não precisasse da EMATER para renovar contrato de financiamento com o Banco?
- 18) Quais as transformações que o PRONAF trouxe para a região?
- 19) E de forma geral, você acha que o PRONAF ajudou o pequeno produtor?

Roteiro de Entrevista modificado para produtores que têm A.T. particular

- 1) Dê um histórico da propriedade, uma contextualizada do que você cultiva, de como funcionam as coisas aqui.
- 2) Há quanto tempo o (a) senhor (a) tem essa propriedade?
- 3) Sempre pegou financiamento agrícola?
- 4) Como era antes de terem lançado o Pronaf?
- 5) O que te levou à pegar o PRONAF, quando você pegou pela 1ª vez? Que expectativas você tinha? No banco como foi?
- 6) Fala pra gente como foi que você ficou sabendo do PRONAF? Você lembra o que se falou na época sobre o PRONAF?
- 7) Como é a assistência que vem aqui na sua propriedade? Qual a importância da assistência técnica para a sua propriedade?
- 8) Depois que você começou a pegar o PRONAF, você percebeu alguma mudança na assistência?
- 9) O técnico da EMATER vem para dar assistência técnica na sua propriedade? Quantas vezes ele já veio aqui?
- 10) Quando ele veio, como foi? Você acha que foi para fiscalizar?
- 11) Além do acompanhamento regular, a EMATER, porque é vinculada com a EMBRAPA que faz as pesquisas, sempre tá sabendo de coisas novas, não é? Ela não trouxe nada de novo, não? Tipo: báculo vírus, orientação para plantio direto, tratamento da semente, preventivo para a ferrugem asiática, etc.?
- 12) A assistência particular que vem na sua propriedade atende àqueles requisitos que são exigidos pela EMATER para pegar os recursos?
- 13) Que semelhanças você percebe entre a assistência que você pega e a da EMATER?
- 14) Quais as tecnologias agrícolas que o senhor (a) usava antes e usa agora?
- 15) O que as orientações demandaram de você? Para estar mantendo à risca a orientação, você teve de aplicar um esforço muito maior ou dedicar-se muito mais? Sempre esteve disposto a aplicar os esforços necessários para adotar as técnicas?
- 16) Você adota o recomendado sem pensar ou pergunta pros outros primeiro para ver se está dando certo com eles? Como você decide se adota ou não a técnica?
- 17) Com as técnicas que foram recomendadas pelo PRONAF, o que mudou aqui na sua propriedade?
- 18) Aquilo que você esperava do PRONAF, antes de pegar o empréstimo, você pode dizer que se realizou?
- 19) No PRONAF, o que você pode dizer que gosta e não gosta?

20) Se você não adotar os procedimentos recomendados, o que você acha que isso implica para você?

21) Você teria interesse em estar mantendo tudo àquilo que foi orientado na assistência, mesmo se não precisasse da EMATER para renovar contrato de financiamento com o Banco?

22) Quais as transformações que o PRONAF trouxe para a região?

23) E de forma geral, você acha que o PRONAF ajudou o pequeno produtor?